

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

**FERNANDO PANNO**

**SUCCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: VALORES,  
MOTIVAÇÕES E INFLUÊNCIAS QUE ORIENTAM AS DECISÕES DOS ATORES**

**Porto Alegre**

**2016**

**FERNANDO PANNO**

**SUCCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: VALORES,  
MOTIVAÇÕES E INFLUÊNCIAS QUE ORIENTAM AS DECISÕES DOS ATORES**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como quesito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado

**Porto Alegre**

**2016**

## CIP - Catalogação na Publicação

Panno, Fernando

Sucessão geracional na agricultura familiar: valores, motivações e influências que orientam as decisões dos atores / Fernando Panno. -- 2016.  
164 f.

Orientador: João Armando Dessimon Machado.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Sucessão geracional. 2. Teoria da decisão. 3. Agricultura familiar. 4. Orientações de valor. I. Machado, João Armando Dessimon, orient. II. Título.

**FERNANDO PANNO**

**SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: VALORES,  
MOTIVAÇÕES E INFLUÊNCIAS QUE ORIENTAM AS DECISÕES DOS ATORES**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como quesito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 18 de outubro de 2016 .

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. João Armando Dessimon Machado – Orientador

UFRGS

---

Prof. Dr. Edson Talamini

UFRGS

---

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura

UFRGS

---

Prof. Dr. Adriano Lago

UFSM

Para minhas mulheres, Andréia, Nicole e Alice,  
pelo amor incondicional, compreensão  
e segurança que me fizeram chegar até aqui.

## AGRADECIMENTOS

Dizem que a gratidão é a memória do coração. Nesse momento importante de minha trajetória acadêmica, tenho muito e muitos a agradecer. Certamente deixarei de formalizar aqui minha gratidão a pessoas e instituições que fizeram parte deste momento, mas preciso mencionar aqueles que, de uma maneira mais intensa, me impulsionaram até aqui.

Agradeço primeiramente a Deus pela vida, serenidade e capacidade para cursar um doutorado. Para os que crêem, as forças divinas encorajam e determinam as condições espirituais para as principais conquistas da vida.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, especialmente ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, por ter me acolhido nesta jornada. Estendo a minha gratidão a todos os profissionais desta casa, professores, técnicos e demais colaboradores que constroem com excelência o PGDR. Também aos professores que se dispuseram a ler este trabalho e contribuir com seus apontamentos, tanto no projeto, quanto na tese.

Agradeço a instituição onde trabalho, Universidade Federal de Santa Maria, em especial os colegas professores do Departamento de Ciências Agronômicas e Ambientais da UFSM Campus de Frederico Westphalen/RS, que prontamente aprovaram minha solicitação de afastamento para qualificação, o que me proporcionou a tranquilidade necessária para cursar o doutorado.

Agradeço aos agricultores familiares de Frederico Westphalen/RS, que me receberam em suas propriedades, abrindo seus corações sobre o futuro de suas terras e de seus filhos. Também aos potenciais sucessores, jovens corajosos, que estão buscando os melhores horizontes para construir suas vidas. Às instituições que me municiaram com informações importantes: Prefeitura Municipal, EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e historiadores de Frederico Westphalen/RS.

À minha família, esposa Andréia, filhas Nicole e Alice, pelo apoio incondicional, mesmo nos momentos de ausência. Foram meus pilares de sustentação e jamais me deixaram duvidar de minha capacidade e me impulsionaram com muito amor e paciência rumo ao sonho de me tornar doutor. À minha mãe Lourdes, irmã, cunhado, sobrinhos e demais familiares, que vibraram comigo a cada conquista, esta é mais uma que dedico a vocês. Ao meu pai, que já não está mais entre nós, mas que sempre me incentivou em todos os meus projetos de vida.

Para finalizar, gostaria de tecer um agradecimento especial ao meu orientador, professor Dr. João Armando Dessimon Machado. Profissional de capacidade, postura e sensibilidade incontestáveis e com o coração de um pai que conduz seus filhos pelas trilhas do sucesso, descobrindo suas qualidades e limitações, cobrando quando necessário e exaltando as evoluções com o objetivo de prepará-los da melhor maneira possível. Obrigado professor Dessimon.

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe  
a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou  
ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no  
caminho incerto da vida, que o mais  
importante é o decidir.  
CORA CORALINA

Pais inteligentes formam sucessores não  
herdeiros.  
AUGUSTO CURY

## RESUMO

A presente tese tem por objetivo analisar as decisões dos agricultores familiares de Frederico Westphalen/RS com relação à sucessão geracional nas suas propriedades, sob a ótica da teoria da decisão e orientações de valor, elencando os diferentes fatores que influenciam sucessores e sucedidos nesse processo. Para alcançar este propósito, além de análises bibliográficas e documentais acerca do tema e suas nuances, teorias balizadoras e elaboração de uma construção histórica dos sistemas agrários do campo empírico, considerando o papel de pessoas e instituições nessa construção, foi aplicado um questionário a 50 potenciais sucessores e a 50 sucedidos, buscando compreender os direcionamentos decisórios destes atores sobre sucessão. Os dados coletados a campo, entre os meses de julho e setembro de 2015, foram tabulados com o suporte estatístico do programa *Statistical Package for the Social Science* (SPSS), gerando cruzamentos e informações relevantes acerca do tema e suas relações com o futuro das propriedades rurais familiares. O estudo mostra que a abertura de possibilidades e alternativas de aprimoramento acadêmico dos potenciais sucessores, mesmo em áreas agrícolas, tem oportunizado uma gama de escolhas profissionais que contribui para o constante desinteresse pela sucessão. A postura dos pais nessas situações também é condicionante para que o filho desperte ou não o interesse pela propriedade e tenha uma preparação adequada para assumi-la, sendo o incentivo dos sucedidos visto como um condicionador importante nas decisões dos potenciais sucessores. O estudo aponta também para uma necessidade de pensar a sucessão geracional como um processo e não como uma decisão pontual. A participação dos filhos nas decisões cotidianas da propriedade, bem como na divisão dos resultados financeiros e das responsabilidades, mostram-se fatores determinantes para que esse processo aconteça. Além de delinear e analisar fatores influenciadores das decisões dos atores, o estudo classifica potenciais sucessores e sucedidos dentro das orientações de valor de Ruth Gasson (1973) – instrumental, social, expressiva e intrínseca. Comparando as orientações de pais e filhos, tem-se uma importante diferença de percepção. Assim, tem-se nas variáveis que influenciam o processo decisório dos atores e suas percepções e orientações de valor, atreladas à importância da agricultura familiar, como base de sustentação econômica e social local, a justificativa para que se estructurem alternativas viáveis em prol da manutenção do jovem no campo.

**Palavra-chave:** Sucessão geracional. Agricultura familiar. Processo decisório. Orientação de valor.

## ABSTRACT

The aim of this thesis is to analyze the decisions of family farmers of Frederico Westphalen / RS regarding the generational succession in their properties, from the point of view of decision theory and value orientations, listing the different factors that influence successors and successors in this process. In order to achieve this purpose, besides bibliographical and documentary analyzes about the theme and its nuances, beacon theories and elaboration of a historical construction of the agrarian systems of the empirical field, considering the role of people and institutions in this construction, a questionnaire was applied to 50 potential successors and 50 family farmers, seeking to understand the decision making process direction of these actors over succession. The data collected in the field between July and September 2015 were tabulated with statistical support from the Statistical Package for the Social Science (SPSS), generating crosses and relevant information about the theme and its relations with the future of the properties rural areas. The study shows that the opening of possibilities and alternatives for academic improvement of potential successors, even in agricultural areas, has provided a range of professional choices that contributes to the constant lack of interest in succession. The parents attitude in these situations is also a condition for the child to arouse or not the interest for the property and to have adequate preparation to assume it, being the incentive of the successes seen as an important conditioner in the decisions of the potential successors. The study also points to a need to think of generational succession as a process and not as a one off decision. The participation of the children in the daily decisions of the property, as well as in the division of the financial results and the responsibilities, are determining factors for this process to happen. In addition to outlining and analyzing factors influencing actors' decisions, the study ranks potential successors and succeeded within Ruth Gasson (1973) value orientations - instrumental, social, expressive, and intrinsic. Comparing the orientations of parents and children, one has an important difference of perception. Thus, the variables influencing the decision-making process of the actors and their perceptions and value orientations, linked to the importance of family agriculture, as a basis for local economic and social support, are the justification for structuring viable alternatives for maintenance the young man in the field.

**Keywords:** Hereditary Succession. Family Farming. Decision Process. Value Orientation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura teórica para a elaboração da tese .....	24
Figura 2 - Modelo do sistema adaptativo do sistema familiar.....	32
Figura 3 - Mapa do povoamento do Rio Grande do Sul.....	43
Figura 4 - Regionalização do Estado do Rio Grande do Sul por seus sistemas agrários .....	44
Figura 5 - Mapa da Região do Médio e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul.....	50
Figura 6 - Deslocamento dos viajantes na região do Médio e Alto Uruguai/RS.....	53
Figura 7 - Registro fotográfico do barril que dá origem ao primeiro nome do município de Frederico Westphalen/RS.....	54
Figura 8 - Propostas metodológicas para operacionalização dos objetivos do estudo .....	92
Figura 9 - Localização geográfica do município de Frederico Westphalen/RS .....	94
Figura 10 - Macroáreas rurais de Frederico Westphalen/RS.....	95

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Genealogia e principais linhas da evolução e diferenciação dos sistemas agrários nas áreas de floresta do Rio Grande do Sul .....	46
Quadro 2 - Orientação de valor segundo os potenciais sucessores .....	131
Quadro 3 - Fatores que caracterizam um bom agricultor segundo os filhos .....	133
Quadro 4 - Orientação de valor segundo os sucedidos.....	134
Quadro 5 - Fatores que caracterizam um bom agricultor, segundo os pais.....	135
Quadro 6 - Orientação de valor segundo os potenciais sucessores com interesse sucessório .....	137
Quadro 7 - Orientação de valor segundo os potenciais sucessores sem interesse sucessório .....	138
Quadro 8 - Orientação de valor segundo os potenciais sucessores indecisos .....	139

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Histórico da população rural e urbana de Frederico Westphalen/RS.....	57
Tabela 2 - Atividades desenvolvidas no meio rural de Frederico Westphalen/RS .....	75
Tabela 3 - Tamanho das propriedades rurais da amostra considerada .....	103
Tabela 4 - Existência de sucessor segundo o sucedido (chefe da propriedade) .....	104
Tabela 5 - Existência de sucessor segundo o potencial sucessor .....	104
Tabela 6 - Decisão sobre a sucessão (visão do sucedido – chefe da propriedade).....	105
Tabela 7 - Decisão sobre a sucessão (visão dos potenciais sucessores).....	106
Tabela 8 - Decisão sobre sucessão X existência de sucessor .....	106
Tabela 9 - Idade do sucessor X decisão sobre sucessão .....	107
Tabela 10 - Gênero do potencial sucessor .....	108
Tabela 11 - Gênero X existência de sucessor .....	109
Tabela 12 - Idade do potencial sucessor .....	109
Tabela 13 - Idade X existência de Sucessor .....	110
Tabela 14 - Estado civil do potencial sucessor.....	111
Tabela 15 - Estado civil X Existência de sucessor .....	111
Tabela 16 - Escolaridade do potencial sucessor .....	112
Tabela 17 - Escolaridade X existência de sucessor .....	112
Tabela 18 - Formação na área Agrícola.....	113
Tabela 19 - Tipo e nível de formação agrícola.....	113
Tabela 20 - Formação agrícola X existência de sucessor .....	114
Tabela 21 - Tipo e nível de formação agrícola X existência de sucessor.....	114
Tabela 22 - Estuda ou trabalha fora da propriedade .....	115
Tabela 23 - Estuda ou trabalha fora X Existe sucessor .....	115
Tabela 24 - O quanto a formação acadêmica e aperfeiçoamento profissional motiva os potenciais sucessores para sucessão. Visão dos sucessores .....	118
Tabela 25 - O quanto a formação acadêmica e aperfeiçoamento profissional motiva o jovem para sucessão. Visão dos sucedidos .....	119
Tabela 26 - Grau de influência dos fatores nas decisões sobre sucessão. Visão dos sucessores que estão dispostos a permanecer na propriedade .....	121
Tabela 27 - Grau de influência dos fatores nas decisões sobre sucessão. Visão dos sucessores que não estão dispostos a permanecer na propriedade .....	123
Tabela 28 - Grau de influência dos fatores nas decisões sobre sucessão. Visão dos	

sucedidos .....	124
Tabela 29 - Motivos pela indecisão sobre a sucessão ou não da propriedade familiar.	
Visão dos potenciais sucessores .....	127
Tabela 30 - Motivos pela indecisão sobre a sucessão ou não da propriedade familiar.	
Visão dos sucedidos, pais .....	128

## LISTA DE SIGLAS

APL	- Arranjo produtivo local
ASCAR	- Associação sulina de crédito e assistência rural
CCGL	- Central gaucha de leite
CESNORS	- Centro de ensino superior norte
CODEMAU	- Conselho de desenvolvimento do médio alto uruguai
COREDE	- Conselho regional de desenvolvimento
COTRIFRED	- Cooperativa tritícola de Frederico Westphalen
CRF	- Casa familiar rural
EMATER	- Empresa de assistência técnica e extensão rural
FAG	- Frente agrária gaúcha
FESAU	- Fundação de educação superior do alto uruguai
IBGE	- Instituto brasileiro de geografia estatística
IFF	- Instituto federal farroupilha
MDA	- Ministério do desenvolvimento agrário
SPSS	- <i>Statistical package for the social science</i>
STR	- Sindicato dos trabalhadores rurais
UERGS	- Universidade estadual do Rio Grande do Sul
UFSM	- Universidade federal de Santa Maria
UNAC	- União dos agricultores e criadores
UNOPAR	- Universidade do norte do Paraná
URI	- Universidade regional integrada

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1	DEFINIÇÃO DO PROBLEMA .....	19
1.2	JUSTIFICATIVA .....	20
1.3	OBJETIVOS .....	22
<b>1.3.1</b>	<b>Objetivo geral.....</b>	<b>22</b>
<b>1.3.2</b>	<b>Objetivos específicos.....</b>	<b>22</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO TEÓRICA .....</b>	<b>23</b>
2.1	TEORIA DA DECISÃO.....	24
<b>2.1.1</b>	<b>Princípios da racionalidade limitada nos processos decisórios .....</b>	<b>26</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Processo decisório .....</b>	<b>28</b>
<b>2.1.3</b>	<b>Tomada de decisão na agricultura familiar. ....</b>	<b>29</b>
<b>2.1.4</b>	<b>Orientações de valor por Ruth Gasson.....</b>	<b>33</b>
2.2	TEORIA SISTÊMICA.....	35
<b>2.2.1</b>	<b>A abordagem sistêmica e o ambiente organizacional.....</b>	<b>36</b>
<b>2.2.2</b>	<b>Sistemas agrários .....</b>	<b>38</b>
2.3	AGRICULTURA FAMILIAR E SUCESSÃO GERACIONAL .....	78
<b>2.3.1</b>	<b>Perspectivas da sucessão geracional.....</b>	<b>82</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>91</b>
3.1	DELIMITAÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA PARA COLETA DOS DADOS EMPÍRICOS .....	94
3.2	SELEÇÃO DA AMOSTRA .....	95
3.3	COLETA E ANÁLISE DOS DADOS .....	98
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>101</b>
4.1	CARACTERIZAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL DE FREDERICO WESTPHALEN/RS.....	101
<b>4.1.1</b>	<b>Visões preliminares de potenciais sucessores e sucedidos sobre a realidade sucessória local.....</b>	<b>103</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Perfil do jovem potencial sucessor e suas perspectivas sobre a sucessão geracional .....</b>	<b>108</b>

4.2	O FUTURO DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES: PERSPECTIVAS SOBRE SUCESSÃO GERACIONAL E DECISÃO DOS ATORES .....	116
4.2.1	<b>Influência dos aspectos de formação pessoal e profissional.....</b>	<b>116</b>
4.2.2	<b>Influência dos aspectos estruturais, sociais, econômicos e pessoais .....</b>	<b>121</b>
4.2.3	<b>Opiniões comparadas: entre potenciais sucessores e sucedidos. ....</b>	<b>124</b>
4.2.4	<b>Considerações dos atores indecisos .....</b>	<b>126</b>
4.3	ORIENTAÇÕES DE VALOR SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE RUTH GASSON (1973).....	129
4.3.1	<b>Orientação de valor segundo os potenciais sucessores .....</b>	<b>131</b>
4.3.2	<b>Orientação de valor segundo os sucedidos .....</b>	<b>134</b>
4.3.3	<b>Relações entre comportamento decisório sobre sucessão e orientação de valor. ....</b>	<b>136</b>
5	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>142</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>148</b>
	<b>APÊNDICE A - Questionário aplicado aos agricultores familiares (pais).....</b>	<b>156</b>
	<b>APÊNDICE B - Questionário aplicado aos potenciais sucessores (filhos).....</b>	<b>161</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O acesso à tecnologia da informação, com ferramentas como a internet, telefone celular e televisão por assinatura, defronta os jovens do século XXI com um mundo globalizado e repleto de atrativos que estão ao alcance de suas mãos. Da mesma forma, a ampliação das possibilidades de estudo, com a expansão universitária, oportuniza a muitos jovens uma formação acadêmica até então distante de seus sonhos. Este cenário, vislumbrado pela juventude rural, tem se tornado cada vez mais urbano, o que gera um fenômeno iniciado com a modernização da agricultura e intensificado com as tecnologias e inovações, a evasão juvenil do meio rural, a qual possibilita aos potenciais sucessores seguir seus rumos direcionados pelos benefícios e facilidades dos centros urbanos, tornando crescente o desejo de não reproduzir as atividades dos pais na pequena propriedade (SILVESTRO; CORTINA, 1998). Este fator tem alterado significativamente a estrutura do meio rural, com mais ou menos intensidade.

Nesse contexto, a estruturação de uma imagem do rural na concepção contemporânea tem se tornado cada vez mais complicada. A definição de rural como aquilo que está fora do urbano, chamado distrito ou vila, conforme sugeriu o decreto lei n. 311, de 1938, já não basta para essa compreensão. O rural e o urbano, em muitas regiões, acabam se fundindo, ou ainda, o urbano acaba desestruturando o rural, transformando-o em legado histórico e distante dos olhos. No entanto, devido às amplas dimensões territoriais brasileiras, o espaço rural ainda é uma representação importante do desenvolvimento local em muitas regiões, inclusive do Rio Grande do Sul. Esta relação entre rural e urbano tem se tornado um condicionante para a construção de uma nova ruralidade, a qual perpassa pelos caminhos da sucessão geracional. Afinal, como está se desenhando o futuro e continuidade produtiva das pequenas propriedades rurais brasileiras?

Para essa nova ruralidade emergente, é fundamental que um posicionamento político, social e econômico seja pensado. Para Wanderley (2000), incentivos institucionais e familiares são necessários para a diversificação social, complementaridade ao urbano, diminuição da migração e atração de outras categorias sociais ao rural, modernização do rural, extensão de produtos e serviços, valorização do patrimônio cultural e natural das comunidades, agricultores territoriais e atividades além da produção. As nuances dessas construções e reconstruções do rural partem da estruturação de oportunidades, possibilidades

e atrativos, fazendo com que os jovens oriundos do meio rural sintam-se motivados a dar continuidade ao legado de seus antecessores.

A diminuição do êxodo jovem e alternativas que viabilizem a sucessão dessas terras fazem parte desse processo de reconstrução de um espaço muitas vezes desacreditado, fazendo com que a agricultura familiar encontre dificuldades em garantir a sua reprodução social. Essa dificuldade está intimamente relacionada ao constante e crescente desinteresse da população rural jovem, especialmente feminina, de permanecer no campo. Conforme Camarano e Abramovay (1998), na década de 1990, a saída da população do campo concentrava-se na faixa etária mais jovem (homens tinham de 20 a 24 anos e as mulheres de 15 a 19), com maior proporção de moças. Essa realidade se intensificou na última década, especialmente com a expansão das possibilidades de formação acadêmica para os potenciais sucessores.

Esse fenômeno, quando afeta regiões com economia predominantemente agrícola, pode trazer consequências preocupantes, que se ampliam quando a região é caracterizada pela agricultura estruturada em moldes familiares, ou seja, muitas propriedades com pequenas quantidades de terras, como é o caso da região de Frederico Westphalen – RS, situada geograficamente no Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, a última a ser colonizada no estado (BERNARDES, 1997). O município de Frederico Westphalen é sede do Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio Alto Uruguai (CODEMAU), um Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), composto por outros 22 pequenos municípios, que tem na agricultura familiar sua maior mola propulsora de desenvolvimento.

É nessa região que se encontra a maior concentração de minifúndios do Rio Grande do Sul, e a população rural representa 53,08% do total da região, sendo que o tamanho médio das propriedades é de 15 hectares (IBGE, 2010), predominando assim a agricultura familiar. O desenvolvimento rural local, desde sua origem, vem sendo constituído com base na agricultura familiar, principalmente em função das características fundiárias, caracterizada por pequenas e médias propriedades, que possuem a mão de obra familiar para gerir e manter as propriedades rurais (BRIXIUS; AGUIAR; MORAES, 2006).

Os motivos que levam à evasão e à falta de interesse sucessório dos jovens da região, ao longo do tempo, são claros e compreensíveis e serão expostos no presente estudo. No entanto, têm surgido, nos últimos anos, perspectivas de retração desse fenômeno. Vislumbrar a nova ruralidade que se apresenta, com a presente interatividade das atividades agropecuárias, a modernização dos processos e manejos, além dos atrativos urbanos, torna

instigante a análise do futuro das pequenas propriedades rurais, através dos caminhos da sucessão, especialmente considerando o arcabouço da teoria da decisão.

O arcabouço teórico que compõe o estudo está alicerçado basicamente na teoria da decisão, com ramificações voltadas à racionalidade limitada, teoria sistêmica e abordagem holística dos sistemas agrários, agricultura familiar, sucessão geracional e orientações de valor voltadas à agricultura. As abordagens buscam tecer uma relação entre a problemática da sucessão geracional e as nuances que orientam os direcionamentos decisórios dos agricultores familiares.

No campo empírico, vê-se no município de Frederico Westphalen/RS uma carência de informações sobre suas características agrícolas, especialmente voltadas a uma construção histórica. Dessa forma, o estudo propõe essa construção, identificando as passagens, personagens, instituições e momentos marcantes da história local, que contribuíram para a formação do sistema agrário atual, bem como de passagens históricas com diferentes posturas voltadas à segurança e aos hábitos alimentares da população. Para se chegar a esta construção, foram traçados os caminhos desde os primeiros passos colonizadores, passando pela emancipação político-administrativa do município, tendo sempre como suporte as fases e diferentes sistemas agrários do Rio Grande do Sul, especialmente voltados à colonização europeia.

Nas análises de campo, as percepções de potenciais sucessores e sucedidos, representados por uma amostra representativa da população rural local, com potenciais sucessores residindo no campo, foram identificadas. As evidências apontadas pelo estudo respondem seus objetivos, oportunizando uma leitura dinâmica e contemporânea do cenário rural local, que representa a realidade da ruralidade quando nesta predomina a agricultura familiar. Na construção do perfil dos potenciais sucessores, fatores que moldam e influenciam os direcionamentos decisórios de pais e filhos, voltados à sucessão geracional e orientação de valor desses, observam-se os alinhamentos, possibilidades, alternativas e tendências que moldam o futuro da agricultura familiar nesta região.

O apontamento das percepções dos atores acerca da sucessão, suas particularidades e perspectivas evidenciam a sua preocupação com a problemática. Informações cruzadas, especialmente de perfil e aspectos voltados à formação dos jovens, com a perspectiva sucessória na propriedade, contribuem para a construção do cenário atual e possibilita a projeção de um cenário futuro para a agricultura familiar como um todo, uma vez que a continuidade da atividade depende diretamente da sucessão.

O futuro das propriedades rurais familiares e a prospecção dos cenários rurais nas regiões onde a agricultura familiar é predominante são discutidos a partir das interpretações, por parte dos envolvidos, dos fatores que influenciam suas decisões cotidianas e futuras. Da mesma forma, as orientações pessoais de valor destes indivíduos, suas relações sociais, intrínsecas, instrumentais e expressivas com o rural podem estar direcionando seu processo decisório, em detrimento das condições ambientais, econômicas e sociais que lhes são apresentadas e absorvidas.

A organização e relação teórico-empírica do presente estudo busca esboçar a problemática da sucessão geracional na agricultura familiar, sob a luz da teoria da decisão, dos sistemas agrários e orientações de valor. Trata-se de um tema contemporâneo e importante, que vem sendo alvo de debates institucionais no mundo todo, cujas linhas de discussão estão voltando-se para a consolidação de propostas que venham a despertar o interesse sucessório dos jovens rurais, e de estratégias e propostas que viabilizem a sucessão como um processo, em prol da manutenção dessa classe indispensável para o desenvolvimento econômico e social do rural.

## 1.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

A ruralidade brasileira, e em particular a do Rio grande do Sul, vem sendo modificada em função das novas técnicas de produção agropecuária, modernização do processo produtivo, novas alternativas de mercado e, conseqüentemente, fontes de renda. Essa realidade está presente no cotidiano de quem vive no campo. Famílias com ou sem perspectiva de sucessão que vivem em pequenas propriedades rurais são instigadas a pensar constantemente o futuro de sua propriedade e do próprio setor agropecuário.

Segundo Batalha (2001), uma visão global do sistema agroalimentar, de inserção do agricultor e de sua família, evidencia a importância de uma melhor articulação entre os agentes, públicos e privados, para que se obtenha uma postura decisória coerente e baseada em análise sistêmica e racional. No entanto, o que se percebe é que o acesso às informações ainda é restrito, fato que dificulta a inserção de boa parte dos agricultores neste novo cenário.

As nuances, micro e macro ambientais, que permeiam o processo decisório dos agricultores familiares e seus potenciais sucessores, acerca do futuro das propriedades tendem a influenciar nos cenários futuros desse pujante subsistema agroalimentar. A agricultura familiar representa um importante pilar social e econômico para o desenvolvimento rural,

sendo que as diretrizes tomadas por seus atores são condicionantes para que esta sustentação seja sólida e constante.

Nesses termos, há um agravo quando se trata da agricultura familiar, uma vez que discussões acerca do futuro da propriedade e da preparação de sucessor são temas pouco discutidos entre os interessados, subentendendo-se que a decisão sobre o futuro dos jovens oriundos da agricultura familiar já está traçado e, em muitos casos, a propriedade não faz parte dele. Considerando o ponto de vista, interesses e concepções dos atores, surgem situações problemas passíveis de análise, que podem gerar uma identidade acerca do tema e suas relações com a teoria da decisão. Neste contexto apresenta-se a seguinte questão:

**- Como os agricultores familiares estão tomando suas decisões quanto à sucessão geracional das propriedades?**

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Os fatores supracitados apontam para uma nova imagem do rural, especialmente em locais com predominância de pequenas propriedades. Nesses locais, o cenário aponta para uma masculinização e/ou esvaziamento do campo, em muitos casos com a descontinuidade das atividades na propriedade (SILVESTRO et al., 2001) e abandono ou venda do patrimônio, o qual possui alto valor social e de pertencimento para os agricultores. Essa realidade acaba acarretando importantes prejuízos econômicos, sociais e culturais para a região, uma vez que parte de sua identidade histórica está se perdendo.

Tendências como o envelhecimento e a masculinização da população do meio rural são consequências do êxodo constante que afeta o cenário agrícola das pequenas cidades, cuja agricultura familiar é representativa. Esses enfoques estão diretamente relacionados com as perspectivas que os potenciais sucessores têm em relação aos centros urbanos e às condições de vida do rural. Também, como lembram Silvestro e Cortina (1998), relacionam-se à inviabilidade econômica de propriedades, que já são pequenas, de se dividirem ainda mais para tornar os herdeiros independentes, e à desvalorização da agricultura. Isso tudo, são barreiras importantes que englobam o processo sucessório.

A leitura dessas diferenças parte da própria família que, na maioria dos casos, não vê na propriedade rural uma alternativa de futuro promissor aos jovens. A partir dessa concepção, os potenciais sucessores tomam suas decisões que são condicionadas e

direcionadas por inúmeros fatores. Assim, realizar um levantamento desses fatores torna-se crucial para a compreensão de tais decisões.

Quando tais fenômenos afetam regiões com economia predominantemente agrícola, há uma consequência negativa preocupante. Isso se amplia quando a região é caracterizada pela agricultura estruturada em moldes familiares, com muitas propriedades com pequenas extensões de terras, como é o caso da microrregião a que pertence o município de Frederico Westphalen.

O município tem um perfil agrícola minifundiário com perspectivas de desenvolvimento rural atrelado à diversificação de culturas, ações empreendedoras e pluriatividade econômica para diversificação de renda. No entanto, apesar dos acenos positivos, em longo prazo, a região enfrenta um problema que não é exclusivo seu, mas extremamente preocupante, que é a evasão dos jovens do meio rural e os parâmetros usados por estes para tomar suas decisões pessoais. Comparando os censos do IBGE de 2000 e 2010, tem-se um decréscimo de cerca de mil e quatrocentos habitantes do meio rural do município, o que representa quase 5% do total de moradores e 20% da população rural do mesmo.

Os números parecem pouco significativos, no entanto a realidade local aponta para consequências negativas perceptíveis no cenário rural. A leitura de cenário feita por parte dos potenciais sucessores do rural local é de falta de possibilidades e alternativas, para se manter na propriedade familiar com autonomia e dignidade. Como consequência, eles acabam vislumbrando seu futuro nos centros urbanos.

Com a análise de tais situações empíricas, a partir da organização e conhecimento dos sistemas agrários locais e suas alterações históricas, associados a um olhar teórico, mais precisamente com as intervenções da teoria da decisão e dos valores que orientam as decisões dos indivíduos, cria-se a possibilidade de uma interpretação cognitiva da tomada de decisão dos atores, dentro dos limites de sua racionalidade, principalmente por meio das orientações de valor de Gasson (1973), social, instrumental, expressiva e intrínseca.

Se o sentimento de pertencimento ao mundo rural, associado a boas condições de vida e econômicas, não se sobrepõe ao sentimento de liberdade, atribuído à cidade, a decisão dos potenciais sucessores certamente será direcionada para o urbano, já que as condições requeridas de vida os levam a isso. Por outro lado, os aspectos de modernização, profissionalização produtiva e gerencial, aproximação do trabalho rural com a fixação residencial no urbano podem estreitar as relações dos jovens com o meio rural. Essas descobertas podem facilitar o direcionamento de ações, sejam elas políticas públicas, sociais

ou econômicas, que de forma gradativa oferecem a possibilidade de reverter o quadro atual e apresentar novos horizontes e rumos para a agricultura familiar.

Igualmente, nas discussões acerca do tema, especialmente no que tange à manutenção das características sociais e econômicas que moldam a agricultura familiar minifundiária, vê-se uma constante preocupação com a problemática da segurança alimentar. Essa retórica não recai somente na importância da agricultura familiar para a produção de alimentos, sobretudo saudáveis e sustentáveis, destinados aos centros urbanos; recai também na sua própria sobrevivência, aos hábitos alimentares dos agricultores familiares e de sua família, que foram sendo alterados em decorrência das transformações dos sistemas agrários percebidos ao longo das gerações.

### 1.3 OBJETIVOS

A presente tese é conduzida pelos seguintes objetivos:

#### 1.3.1 Objetivo geral

Analisar as decisões dos agricultores familiares de Frederico Westphalen/RS com relação à sucessão geracional nas suas propriedades.

#### 1.3.2 Objetivos específicos

- a) caracterizar a juventude rural do município de Frederico Westphalen/RS;
- b) identificar os valores e motivações que influenciam a decisão dos pais e potenciais sucessores quanto à sucessão geracional;
- c) verificar se há relação entre a existência de sucessor (ou a preparação de um) em nível de propriedade rural e as diferentes orientações de valores dos agricultores;
- d) elaborar uma cronologia histórica da construção do espaço rural de Frederico Westphalen/RS.

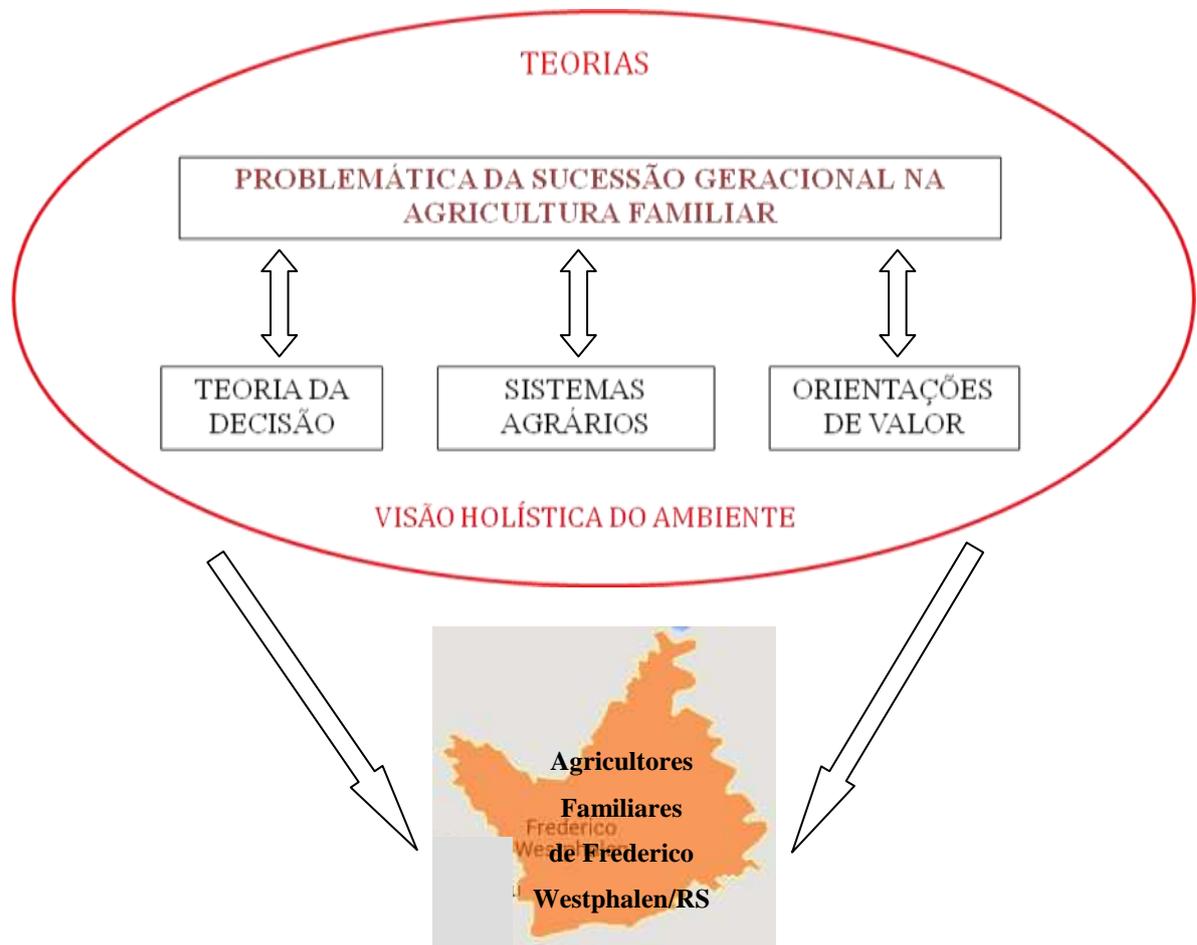
## 2 REVISÃO TEÓRICA

No presente estudo, que tem como tema a sucessão geracional na agricultura familiar, o arcabouço teórico que trará uma base científica às análises dos dados empíricos, tem nos sistemas agrários, teoria da decisão e orientações de valor o principal balizador da associação do comportamento humano, neste caso de agricultores familiares, frente às oportunidades, dificuldades e direcionamentos futuros que o cenário agrário lhes apresenta. A estrutura da tese está alicerçada basicamente sobre dois pilares teóricos: a teoria da decisão e a teoria de sistemas, seguindo os preceitos constantes na seção de referencial teórico.

- a) teoria da decisão: Essa teoria compreende a decisão como um ato processual de planejamento, desenvolvimento e execução de ações, de maneira consciente ou não, que são influenciadas e refletem os valores e comportamentos dos indivíduos, bem como suas percepções sobre o ambiente em que vivem. Para Simon (1965), as decisões são pautadas pelas situações de momento, juntamente com as prerrogativas e experiências do passado, que orientam o comportamento dos indivíduos rumo à alternativa escolhida. A teoria da decisão constituiu o principal aporte teórico na análise e interpretação dos atos e ações dos agricultores familiares e seus potenciais sucessores, considerando aspectos como os limites da racionalidade dos indivíduos, orientações de valor (GASSON, 1973), influências e consequências dos processos decisórios.
- b) teoria sistêmica (sistemas agrários): Para Bertalanffy (1976), sistema é algo como uma estrutura composta de partes que se relacionam entre si e que também mantêm relações com o meio. Considerando que o processo decisório acontece naturalmente num complexo sistema (SIMON, 1965), repleto de agentes globais e locais que atuam como força motriz nos processos cognitivos dos indivíduos, mensurar as participações e influências desses sistemas nas decisões é crucial. Como membros atuantes do complexo sistema agrário, especialmente do sistema observado no campo empírico do estudo, os agricultores familiares acabam adotando uma postura padrão de decisões que determinam suas perspectivas sobre sucessão geracional.

A Figura 1 retrata os laços pretendidos com esses enfoques teóricos e como se dará sua participação na construção da tese.

Figura 1 - Estrutura teórica para a elaboração da tese



Fonte: Elaborada pelo autor (2016)

## 2.1 TEORIA DA DECISÃO

Uma contextualização da teoria da decisão parte do entendimento da decisão como um processo onde o ser humano planeja, desenvolve e executa ações, consciente ou inconscientemente, que refletem seus hábitos, valores e comportamento. Para Simon (1965), as decisões são pautadas pela ação do momento, que possui uma qualidade imperativa, orientando o comportamento rumo à alternativa escolhida pela seleção de situações futuras em detrimento de outro e pela descrição do futuro estado das coisas, que por sua natureza pode ser verdadeira ou falsa, pode se confirmar ou não.

O ser humano passa sua vida toda tomando decisões, que, na maioria das vezes, são cotidianas e simples. No entanto, em determinados momentos, essas decisões são complexas, com consequências importantes e, em muitos casos, irreversíveis. Segundo Borges (2010,

p.19), “[...] as decisões são tomadas em resposta a algum problema a ser resolvido, alguma necessidade a ser satisfeita ou algum objetivo a ser alcançado”. No âmbito empresarial, tomam-se decisões diariamente com intuito de direcionar o negócio nos trilhos do mercado, pensando em posicionar a organização dentro dos moldes apresentados por ele. No contexto do presente estudo, a priori, têm-se decisões que adentram em questões familiares, individuais, sociais e, até mesmo, afetivas. Dessa forma, os *insights* da teoria da decisão seguem um aspecto mais humano e social do que econômico e mercadológico, apesar de apresentar inter-relações. Nesse sentido, os fatores produtivos das pequenas propriedades rurais têm um papel importante no processo decisório dos atores, como fator influenciador.

Desvendar o comportamento humano, frente impasses e situações de escolha, não é tarefa fácil. A teoria da decisão surge como uma base científica sólida para auxiliar nesse contexto. O estudo do comportamento decisório do ser humano, considerando sua racionalidade limitada, foi a grande contribuição de Herbert Simon, especialmente com a obra escrita em 1945 *Administrative Behaviour*, traduzido para a língua portuguesa com o título de “Comportamento Administrativo”. No presente referencial teórico, será utilizada a 3ª edição traduzida da obra de Simon, do ano de 1965, para interpelar sobre a importância da teoria da decisão na análise e interpretação dos atos e ações dos agricultores familiares e seus potenciais sucessores, considerando aspectos como os limites da racionalidade dos indivíduos, influências e consequências dos processos decisórios.

A teoria da decisão, na concepção de Simon (1965), é uma teoria comportamental administrativa. Está intimamente relacionada aos preceitos administrativos, focada na estrutura de análise de situações voltadas à gestão empresarial de atividades práticas que envolvem tanto o decidir como o fazer, numa junção de processos de decisão e de ação, que vai além da ideia de que a tomada de decisão se limita à formulação de política geral da organização (SIMON, 1965). Apesar disso, a teoria da decisão extrapola as barreiras empresariais e adentra em áreas e situações cotidianas do ser humano, de escolha, comportamento, juízos de valor e de fatos que ultrapassam os limites da racionalidade e da relatividade. Dessa forma, a teoria da decisão oportuniza ao agente decisor, seja ele um gestor empresarial ou um pequeno agricultor, um planejamento sobre o futuro da sua empresa ou propriedade, vislumbra uma gama importante de dados, que permitem compreender o conhecimento, distribuição de probabilidades, alternativas de ação disponíveis e consequências de eventos futuros. (ANDRADE, 2010).

Antever essas situações tende a direcionar os atores perante um processo decisório menos turbulento, considerando as variáveis e os direcionamentos das alternativas e possibilidades com um olhar seguro. A teoria da decisão aponta ao decisor processos efetivos e cognitivos, considerando suas preferências e experiências, oportunizando uma leitura concreta dos cenários que envolvem as decisões (ANDRADE, 2010). No contexto da sucessão na agricultura familiar, esse enfoque coincide com a necessidade de considerar os múltiplos fatores motivacionais que circundam o processo decisório dos agricultores familiares acerca do futuro da propriedade e dos sucessores.

A leitura de cenários e oportunidades que este processo traz, associadas às experiências e preferências relacionadas ao dia a dia dos atores e suas percepções cognitivas das consequências de suas decisões, tende a formar uma estrutura adequada ao processo de uma decisão importante, uma vez que, por si só, o decisor não possui capacidade necessária para conhecer e avaliar todas as alternativas existentes em um processo de decisão (DUTRA, 2008). Por outro lado, Machado (1999) afirma que para atingir situações de melhor nível de bem estar, para tirar as pessoas de situações indesejáveis, ou evitar situações de risco a médio e longo prazo, somente com a ativa participação dos interessados. Ou seja, os atores são protagonistas do processo decisório, apesar de suas limitações.

Dessa forma, vê-se na teoria da decisão, a partir de Herbert Simon, que a decisão parte de um processo direcionado por indivíduos que não são totalmente racionais e, conseqüentemente, nem sempre se atingirá a alternativa considerada ótima, mas sim uma alternativa satisfatória, que atenda a determinados critérios de decisão (BORGES, 2010). Nesse sentido, a discussão acerca do processo decisório dos indivíduos, passa a ser interpelada pela inserção do modelo da racionalidade limitada, de conhecimento imperfeito e conseqüente incerteza (SIMON, 1965), confrontando o modelo clássico de decisão racional.

### **2.1.1 Princípios da racionalidade limitada nos processos decisórios**

Os preceitos da Racionalidade Limitada de Herbert Simon sugeriram a partir de sua crítica às teorias microeconômicas que idealizam modelos de atores otimizadores, equipados com completa certeza sobre o mundo, ou, na pior das hipóteses, terem completas distribuições de probabilidades para eventos incertos. Isso foi considerado por Simon de pouca aplicabilidade prática e abriu caminho para uma análise da tomada de decisões em termos de

manuseio de qualquer informação que era, na verdade, disponível aos gestores utilizando os meios limitados de processamento dessas informações. (MINKES; FOXALL, 2003).

Dessa crítica aos modelos de tomada de decisão plenamente racionais, surge uma nova linha de pensamento, a qual sugere que as decisões dos atores são tomadas em ambientes incertos, mutáveis e vulneráveis, de racionalidade limitada (SIMON, 1965). Associando isso à realidade da agricultura familiar e ao interesse sucessório dos jovens, vê-se uma tendência de processo decisório submerso em cenários incertos, voláteis e subjetivos (SPANEVERELLO, 2008). A racionalidade limitada de Simon é perceptível nesse processo, uma vez que, mesmo com acesso às tecnologias, aproximação dos atores com situações urbanas vistas como importantes para sua qualidade de vida e fatores econômicos com boas projeções para o meio rural - poderiam considerar predicados ótimos para uma decisão-, outros fatores importantes são considerados dentro do processo decisório.

Diante de um ambiente de incertezas, Simon (1965) descreve como as decisões poderiam ser tomadas quando as alternativas são pouco conhecidas ou imprecisas, em função de limitadores tecnológicos, ou pelas incertezas do ambiente onde os atores estão inseridos. Para Minkes; Foxall (2003), Simon lida com estes limitadores e situações reais sugerindo vários procedimentos básicos, que são vistos como componentes da abordagem da racionalidade limitada, pelo qual o processo decisório dos atores é conduzido. Em resumo, essas conduções são caracterizadas por três diferentes formas.

A primeira, conforme considerou Simon (1965), em vez de assumir que os agentes econômicos têm uma utilidade bem definida ou função de otimização do lucro, eles fazem escolhas que são satisfatórias em vez de serem ideais. Daí a introdução do termo satisfação para representar a ideia de que os atores tendem a escolher a primeira opção, que atende um critério de pré aceitação, e é nesse ponto que ele deixa de procurar, ou seja, pesquisar.

Já na segunda forma, as metas globais são substituídas por subobjetivos concretos; procura-se a realização daquilo que pode ser observado e medido. A ideia de múltiplos objetivos é significativa. Alguns críticos sustentam que satisfação é simplesmente equivalente à maximização restrita, mas o ponto é que não há um único maximizador como lucro esperado ou a utilidade esperada para governar a avaliação de alternativas comparativas.

Por fim, a tarefa de decisão é dividida entre muitos gestores e especialistas, cujo trabalho é coordenado por meio da autoridade e estrutura de comunicações. O processo de decisão envolve entrada de indivíduos, divisões e departamentos que vêm com informações diferentes e perspectivas diversas.

A abordagem de Simon prega a importância da concentração no processo e não o resultado da tomada de decisão. Os pesquisadores complementam dizendo que a divisão do processo de decisão pode conduzir ao desenvolvimento de conhecimentos específicos dentro de partes distintas da organização, enquanto a ideia de estágios separados no processo de decisão pode gerar alternativas para a escolha em diferentes pontos (MINKES; FOXALL, 2003).

Considerando as particularidades da presente proposta de estudo, cuja base teórica está alicerçada especialmente na teoria da decisão e na visão holística do ambiente, onde o principal não é cada parte, mas o todo (CREMA, 1991), no qual os atores estão inseridos, aliada a um tema que vem sendo amplamente discutido sob outros olhares e teorias, a sucessão geracional na agricultura familiar, vê-se no modelo da racionalidade limitada proposta por Herbert Simon e nos elementos influentes no processo decisório e orientações de valor de Ruth Gasson um vasto campo para analisar o processo decisório e os desencadeamentos desse por parte dos pequenos agricultores e seus sucessores. Isso porque, como lembra Borges (2010), o processo decisório é complexo e sujeito à interferência de diversas variáveis, muitas das quais são aspectos subjetivos do decisor.

### **2.1.2 Processo decisório**

O processo decisório está presente no dia a dia das pessoas, como escolhas, sendo que as mesmas aprendem por tentativa e erro ou por um conjunto de habilidades de tomada de decisão, que incluem a busca por informações relevantes. Este processo passa a ser condicionante para que as consequências das decisões tomadas sejam pré-visualizadas e absorvidas pelos atores, uma vez que acontecem dentro de um ambiente volátil e incerto (DALCIN, 2013)

A tomada de decisão na organização - ou instituição - é bastante clara e pode ser percebida empiricamente em qualquer análise (FREITAS, 1997). Diante da problemática da sucessão geracional na agricultura familiar, a tomada de decisão do agricultor é condicionante para o futuro, não só da propriedade, mas também da agricultura familiar como um todo. O processo pelo qual a família passa é complexo e envolve fatores cognitivos que vão além de aspectos econômicos e empresariais. Cabe ressaltar também que “[...] o decisor é limitado em sua capacidade cognitiva, sendo que o processo decisório também fica limitado a esta capacidade”. (DALCIN, 2013).

Essas limitações seriam minimizadas ou até mesmo extintas se o indivíduo, tomador de decisão, tivesse acesso a informações suficientes, oportunizando, por exemplo, que decisões economicamente racionais fossem tomadas de maneira segura e sem riscos (SIMON, 1965). O autor reitera que isso não é possível, uma vez que existem elementos obscuros no processo decisório que influenciam e determinam a ação de escolha, que geralmente é a mais satisfatória e não necessariamente a vista como ideal. Isso se justifica pelo fato de que o processo de tomada de decisão sofre uma série de influências ambientais, internas e externas, micro e macroambientais.

Considerando as influências de particularidades ambientais no dia a dia do tomador de decisão, Andrade (2010) usa uma analogia interessante. A autora compara o processo decisório a uma arena, onde diferentes interferências determinam as decisões. Habilidades, capacidades, recursos, estrutura, política, imagem, direcionamento dos mercados, concorrência, aspectos legais, segurança, acesso às informações, entre outros, são aspectos importantes a serem analisados e estruturados para que os rumos decisórios tragam benefícios. No âmbito do presente estudo, essas e outras variáveis serão elencadas na compreensão do processo decisório dos agricultores familiares, em termos de intensidade e influências. Um olhar do decisor sobre a arena e suas nuances é importante para mensurar até que ponto o decisor está preparado ou vem se preparando para tomar decisões importantes.

Para compreender o processo decisório, Simon (1965) propõe um modelo com três fases retroalimentáveis. A fase da inteligência, que é quando o problema ou situação controversa é percebido. Nessa fase, busca-se encontrar uma ocasião para a tomada de decisão, vislumbra-se uma situação que deve ser analisada, investigando o ambiente para encontrar condições que exigem decisão. A partir dessa descoberta surge a segunda fase, da concepção ou do desenho, em que as alternativas são analisadas e se busca encontrar o curso de ação; possibilidades são consideradas e prospectam-se posições futuras diante de cada possibilidade. A terceira fase é da escolha ou eleição, sendo que dentre os distintos cursos de ação, são selecionados rumos de ação a partir dos disponíveis. A retroalimentação é a fase da revisão ou avaliação das decisões passadas.

### **2.1.3 Tomada de decisão na agricultura familiar.**

No ambiente rural nacional encontram-se grandes, médios e pequenos agricultores, sendo estes últimos, historicamente, os mais sujeitos a dificuldades, que podem trazer como

consequência sua expulsão do campo. Essa realidade começa a tomar rumos mais otimistas, na medida em que “instituições, públicas e privadas, participam do desenvolvimento do campo através de políticas de incentivo, ações e programas desenhados para proteger a renda rural” (ZYLBERSZTAJN; NEVES, 2000, pg. 07), gerando alternativas de manutenção das famílias no meio rural e oportunizando às mesmas alternativas de agregar valor à sua produção e, conseqüentemente, prosperar com a terra.

A globalização da economia mundial transformou a agricultura em sua essência. Da atividade voltada para a autossuficiência da propriedade, a agricultura modernizou-se, adequando-se à evolução da economia de mercado. Essa transformação originou significativas mudanças na maneira de pensar a agricultura, especialmente quando se trata de pequenas propriedades rurais e seus atores sociais, que vêm-se inseridos em “novos sistemas de produção que chegam ao campo” (ARAÚJO, WEDEKIN; PINAZZA, 2001, p. 02). As alterações de cotidiano, mudanças gradativas dos meios de produção, associadas aos atrativos urbanos, culminaram com um redesenho do rural, fazendo com que os agricultores tomem suas decisões, das mais corriqueiras às mais complexas, considerando uma série de influências e predicados.

Mas como todo processo de construção, a nova caracterização do meio rural tem seu sucesso condicionado à estruturação de ações e estratégias concretas por parte de seus atores. As peculiaridades que circundam a agricultura, especialmente o espaço da pequena propriedade familiar, dependem do modo como os agricultores agem perante essas transformações. Para Dalcin (2013), estas estratégias de ação dependem de como se dá o processo de tomada de decisão dos agricultores, englobando as atividades que devem ser desenvolvidas na propriedade, quem deverá desenvolver, quando, para quem, onde e como serão utilizadas as informações disponíveis. Esse direcionamento do comportamento empreendedor dos agricultores familiares pode ser um condicionante importante na associação das decisões tomadas e na realidade sucessória dessas famílias.

O grau de complexidade de uma decisão depende dos elementos disponíveis para o processo decisório, dos riscos inerentes e das conseqüências que a decisão trará para o futuro do decisor. Na agricultura, as decisões cotidianas, de plantio, aplicação de insumos, colheita e mercado podem adquirir *status* mais ou menos complexos, dependendo do volume de produção e da representatividade econômica dessa produção para a família. Dalcin (2013) enfatiza que tradição, aprendizado, infraestrutura, fatores psicológicos, sociais e econômicos são componentes presentes nas decisões dos agricultores, especialmente os familiares, que

têm um sentimento de pertencimento ligado à terra e, geralmente, demonstram menores tendências à mudança.

Diante dessa realidade, os agricultores criam seus próprios modelos de decisão, cuja adequação a sua realidade também é variável (SILVA NETO; LIMA; BASSO, 2003). Os autores salientam que os agricultores sofrem diversas influências, inclusive de técnicos habituados a pensar apenas a partir de resultados físicos, racionais e econômicos. No entanto, são os agricultores, juntamente com seus familiares, que vivem o cotidiano de suas propriedades e isso os faz decidir privilegiando limitadores que os técnicos têm dificuldade de assimilar.

Considerando essa formatação própria de tomada de decisão, para Lima, Basso e Neumann (2005), os agricultores tomam uma série de decisões diariamente, programam e implementam ações a partir das decisões, para concretizar seus projetos. As decisões são orientadas por esses projetos, que são condicionados por suas limitações e potencialidades. Por nem sempre estarem consonante com o sistema econômico, e considerarem também fatores sociais, culturais e de pertencimento, algumas decisões podem ser tomadas em um caminho contrário dos objetivos traçados.

Nesse contexto as decisões que permeiam o processo sucessório na agricultura familiar adquirem caráter, em muitos casos, definitivos e condicionantes do futuro das pequenas propriedades rurais. Para Loblely (2010), a identificação de um sucessor pode agir como um gatilho para o desenvolvimento dos negócios, assim como a existência de um potencial sucessor pode ser uma forte motivação para investimentos na propriedade, mesmo tendo o agricultor uma idade avançada e prestes a se aposentar. O autor complementa dizendo que, apesar de o impacto da sucessão ser de difícil mensuração, até que o sucessor assuma a propriedade, a antecipação e a expectativa de sucessão podem influenciar a tomada de decisão, uma vez que indica a continuidade da prática.

Considerando o modelo de comportamento adaptativo do sistema familiar (BROSSIER, 1987), é possível analisar os fatores internos e o processo de tomada de decisão (figura 02). A gestão de propriedades familiares geralmente é feita pelo proprietário, com o suporte mais ou menos intenso dos demais membros da família, dependendo da autonomia que lhes é confiada. As decisões tendem a ser tomadas em função da hierarquia e autonomia e, geralmente, o fato administrativo em muitas delas é condicionante apenas de uma pessoa, que planeja e executa ao mesmo tempo (CARRIERI, 1992). Diante disso, vê-se no modelo de Brossier (1987) (FIGURA 02), um olhar interessante dos fatores condicionantes das decisões

dos agricultores familiares quanto à sucessão geracional, uma vez que a realidade supracitada é perceptível nesses atores.

**Figura 2 - Modelo de Comportamento Adaptativo do sistema familiar**



Fonte: Adaptado de Brossier (1987)

O modelo do comportamento adaptativo, proposto por Brossier (1987), ilustra o postulado de racionalidade do processo de decisão e ação no sistema familiar, colocando em evidência os conceitos de situação, projeto e objetivos do sistema. Nele, a situação é constituída por um conjunto de elementos que em determinado momento intervêm sobre as possibilidades de ação do agricultor, elementos nos quais o agricultor está submetido ou crê estar. O autor reitera que os objetivos e os projetos dos agricultores guiam suas decisões. Por isso, as decisões tomadas pelos agricultores são reveladoras de seus objetivos implícitos ou explícitos.

Uma análise da problemática da sucessão geracional sob a lógica do modelo proposto por Brossier (1987) torna-se interessante, uma vez que o sentimento de pertencimento, carregado no produto da história, associado às situações, objetivos e projetos, percepções e

situações de mudança são fatores que circundam as decisões destes atores acerca do tema. As arenas onde os agricultores familiares estão inseridos, muitas vezes exigem deles mudanças de hábitos e de costumes históricos difíceis de assimilar, já que, o sucesso ou fracasso da sucessão na agricultura familiar pode ter forte influência na trajetória do desenvolvimento agrícola (LOBLEY, 2010). Assim, os valores pessoais dos atores são fortemente considerados e as orientações destes podem auxiliar nas respostas dos porquês de suas decisões e projeções de futuro, em todos os níveis hierárquicos e geracionais das famílias.

#### **2.1.4 Orientações de valor por Ruth Gasson**

Em seu estudo “*Goals and Values of Farmers*” Ruth Gasson (1973) estrutura uma teoria baseada em estudos empíricos com agricultores abordando seus objetivos e valores pessoais. A autora aborda os valores que orientam o comportamento dos agricultores, diante de situações que envolvem suas práticas e influências que os leva a agir, assim como as suas orientações de valor, referindo-se a aspectos pessoais e suas inter-relações, como influenciadores das decisões destes agricultores em situações de escolha.

A partir de análises de estudos anteriores e paralelos ao seu, a pesquisadora explora os objetivos, valores e comportamento dos agricultores, para descobrir o que estes realmente percebem e querem da ocupação agrícola. Para Gasson (1973), os objetivos são definidos como extremidades ou estado, em que o indivíduo deseja ser ou coisas que ele deseja realizar. Para isso, considera-se que os objetivos variam entre os indivíduos e para a mesma pessoa em diferentes fases de sua vida e carreira profissional.

Já os valores são uma propriedade mais permanente do indivíduo, menos susceptíveis de mudar com o tempo e com as circunstâncias. Um valor é uma concepção do desejável, referindo-se a qualquer aspecto de uma situação, objeto ou evento, que tem uma implicação preferencial de ser bom ou ruim, certo ou errado. Os valores são sentimentos justificados pela razão, moral e ética. Honestidade, humanidade, sucesso, progresso, liberdade e democracia, são exemplos típicos de valor. Os valores são fins em si mesmos, perseguindo modos disponíveis, meios e fins de ação (GASSON, 1973).

Conceituar valores pessoais não é tarefa simples, pois está diretamente relacionado às características intrínsecas, interpessoais, familiares, culturais, sociais e psicológicas de cada indivíduo. No cenário agrícola, a identificação de valores pessoais tende a adquirir um status

ainda mais complexo, visto que envolve fatores específicos e particulares, muitas vezes paralelos e dissonantes das tendências urbanizadas pelo mundo moderno.

O comportamento depende da interação entre duas variáveis: a pessoa com seus objetivos e aspirações que dirigem o seu comportamento em relação a um fim desejado e o seu meio ambiente e a percepção destes acerca dos recursos e limitações materiais que lhes são apresentados, ou os meios para atingir um objetivo traçado (GASSON, 1973).

Considerando a temática do estudo ora proposto, tem-se na análise de valor dos agricultores familiares um importante instrumento para compreender seu processo decisório com relação à sucessão geracional, uma vez que carregam sentimentos culturais e sociais bem definidos. Diante de um processo decisório mais complexo, baseado em informações incompletas - racionalidade limitada -, os decisores tentem a considerar fatores relevantes de acordo com a sua situação atual, experiências passadas, tendências apresentadas pela conjuntura que os cerca para alcançar seus objetivos. Em muitos casos, os valores contidos na ocupação agrícola, por serem mais subjetivos, não afloram tanto numa decisão.

Se a tendência é que o jovem agricultor tenha na vida urbana seu objetivo de futuro, possivelmente o peso atrelado aos valores, intrínsecos e extrínsecos, inerentes ao rural não estão sendo considerados de forma plena para atingir esses objetivos. Gasson (1973) prega que o comportamento econômico não explica a totalidade das ações dos agricultores. Para a autora, os objetivos não são puramente econômicos ou não econômicos, eles contêm valores que estão relacionados à vida social, cultural e familiar dos indivíduos.

Neste sentido, Gasson (1973) apresenta quatro orientações de valor que norteiam as decisões dos agricultores e são passíveis de interpretação de uma série de situações voltadas ao rural, são elas:

- a) Orientação Instrumental: em suas decisões, os indivíduos buscam maximizar seus objetivos preestabelecidos, considerando um padrão de benefícios mínimos aceitáveis. De forma prática, buscam também expandir seus negócios e ter condições agradáveis de trabalho.
- b) Orientação Social: o processo decisório de um agricultor com orientação social parte da conquista de prestígio social. Além disso, tem uma relação positiva com a comunidade agrícola e prima por continuar a tradição familiar e exercer atividade junto com a família.
- c) Orientação Expressiva: nesta orientação predominam o sentimento de pertencimento, o sentir-se proprietário, o gosto por trabalhar na atividade

agropecuária, a busca de habilidades e aptidões especiais para melhor desenvolver as tarefas e ser criativo no trabalho.

- d) Orientação Intrínseca: o agricultor atua com satisfação, desfruta do trabalho agrícola ao ar livre, valoriza o trabalho duro e a independência nas decisões.

Adiante-se aqui que as orientações supracitadas são constatadas nas decisões dos jovens agricultores familiares, objetos do presente estudo. Diante da realidade que lhes é apresentada pelo cenário agrícola como um todo, especialmente da agricultura familiar, suas decisões acabam sendo direcionadas por variáveis e percepções diversas, influenciando diretamente no processo de sucessão das propriedades analisadas.

O cruzamento das orientações de valor identificadas nos agricultores e o interesse e preparação ou não de sucessores poderá trazer uma gama importante de informações e possibilidades para se discutir e trabalhar essa problemática. Faz-se necessário considerar que, num processo decisório complexo, a interação entre os sentimentos dos atores, seus objetivos e valores, fatores internos como as particularidades das propriedades e fatores externos como incentivos públicos, mercado, tecnologia influenciam diretamente nesse processo (DUTRA, 2008). Assim, um olhar sistêmico, holístico, amplo dessas situações e seu peso nas análises dos decisores é o que vai definir o rumo da decisão e as consequências que ela trará.

## 2.2 TEORIA SISTÊMICA

O processo decisório ocorre em um ambiente de diversidade e multiplicidade, onde a complexidade é crescente (BORGES, 2010). Considerar essa realidade é condicionante para que o processo seja pleno e desencadeie as decisões mais próximas do ideal, satisfatórias. O ambiente no qual toda decisão é tomada sofre influências de fatores que, em muitos casos, fogem do controle do tomador da decisão. Analisar e compreender o micro e o macroambiente de um empreendimento, seja ele comercial, industrial, de serviços ou agrícola, é fundamental para criar condições reais de competitividade e manutenção desses empreendimentos para as gerações futuras.

Diante disso, estudar esta realidade exige um olhar sistêmico ou holístico, para tanto se recorre aos estudos de Bertalanffy (1976), que define sistemas como um conjunto de partes interdependentes, que se interrelacionam entre si e com o ambiente onde estão inseridos, para

a consecução de um ou mais objetivos comuns. A teoria sistêmica, segundo o autor, retrata que o mundo é dividido em diferentes áreas, que formam o todo integrado.

Nas propriedades rurais, os tomadores de decisão devem ter um olhar holístico daquilo que o cerca, compreendendo que os fenômenos jamais podem ser entendidos isoladamente (CREMA, 1982), atentando tanto para dentro da sua propriedade quanto para o macroambiente (DUTRA, 2008). Isso se deve principalmente à dinamicidade e complexidade dos sistemas econômicos e agroindustriais, cada vez mais modernos e influentes no dia a dia dos empreendimentos agrícolas, que, como qualquer organização, representam um complexo sistema de decisões e são projetados como sistemas de atividades interligados com o ambiente externo (DAFT, 1999).

Na visão holística, os fenômenos jamais podem ser entendidos isoladamente. Considerando que o ambiente externo que rege o presente estudo detém características capitalistas e concorrenciais, não se pode deixar de fazer referência ao sistema econômico que ampara a estrutura da sociedade em questão. Para Arbage (2006, p. 43), “o entendimento das relações que se estabelecem entre os diferentes agentes que compõem um sistema econômico é fundamental para a compreensão dos mecanismos de mercado”. Esse sistema engloba os métodos por meio dos quais os recursos são alocados e os bens e serviços distribuídos (ARBAGE, 2006), além da utilização desses recursos para satisfazer as necessidades dos agentes que compõem a sociedade.

O sistema econômico global, condutor central das sociedades capitalistas, torna-se protagonista na compreensão de outros sistemas mais específicos, como os sistemas agrários. Considerando a complexidade e a diversidade desses sistemas, nos quais a agricultura familiar está inserida, a teoria sistêmica, com seu olhar holístico, vem ao encontro da problemática e da proposta de análise empírica do presente estudo.

### **2.2.1 A abordagem sistêmica e o ambiente organizacional**

Caracterizar um sistema não é tarefa simples, tampouco definir suas limitações. Para Machado (1999), sistema é algo como uma estrutura composta de partes que se relacionam entre si e que também mantêm relações com o meio. Essa caracterização e essa delimitação dependem da complexidade e da estrutura dos sistemas, sejam eles econômicos, agrários, empresariais, de informação, etc, que, segundo Andrade (2010), são tratadas pelo número de variáveis que neles são encontradas. Por sua vez, essas variáveis formam uma estrutura

composta de partes que mantêm uma interdependência e, ao mesmo tempo, inter-relacionam-se entre si e com o meio, sofrendo influências do ambiente externo. Para Nakagawa (1993), ocorrências e as modificações existentes em um subsistema, provavelmente afetarão o comportamento de outros subsistemas. Estas inter-relações formam um sistema dinâmico e complexo, capaz de influenciar diretamente o cotidiano dos atores.

Quanto mais complexo for o sistema, maior será o número de variáveis existentes nele e, conseqüentemente, maior será o número de informações necessárias para descrever as características, delimitações e objetivos desse sistema. Cabe ao observador (ator) a perspicácia de análise e interpretação do seu entorno, para a identificação do nível de organização e complexidade dos elementos do sistema. A propriedade rural, inclusive a pequena, pode ser caracterizada como um elemento dentro de um sistema maior e, como organização, pode ser considerada um sistema complexo (ANDRADE, 2010).

Considerando a propriedade rural um sistema organizado como empresa, mesmo com suas particularidades familiares e de carência de premissas administrativas, por fazer parte de um ambiente maior, global, tecnologicamente avançado e em constante mutação, o estabelecimento de estratégias de ação pode oportunizar uma maior adaptação dessa propriedade aos cenários agrícolas, despertando um maior interesse juvenil pela continuidade da atividade (ALCÂNTARA; MACHADO FILHO, 2014). Para o estabelecimento dessas estratégias, por parte das pequenas propriedades rurais, bem como estabelecer uma relação segura com o processo decisório, desses faz-se necessário conhecer e analisar constantemente o micro e macroambiente que envolvem estas organizações familiares.

Em estudos de administração, Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000) afirmam que para que haja harmonia, interação e prosperidade organizacional, há uma necessidade de se reunir o estado interno (micro), com as expectativas externas (macro) das organizações. Assim, pode-se utilizar a análise *SWOT* ou FOFA, que envolve a realização da avaliação dos pontos fortes (*Strengths*) e dos pontos fracos (*Weaknesses*) da organização, percebidos no seu microambiente, frente à avaliação das oportunidades (*Opportunities*) e das ameaças (*Threats*) do ambiente macro. Com o estudo e a análise das variáveis que possam influenciar o resultado da decisão, bem como com outras observações e técnicas, o tomador de decisões pode utilizar-se de informações mais precisas como suporte a sua tomada de decisão.

O ambiente externo no qual uma organização está inserida, está dividido em duas categorias de variáveis, que podem ser relacionadas à realidade dos atores envolvidos no

empírico do presente estudo, bem como tendem a corroborar com a análise da problemática da sucessão geracional e transferência de propriedade na agricultura familiar (DAFT, 1999):

Na primeira categoria aparece o ambiente geral que são as variáveis mais externas, dispersas. As principais variáveis desse ambiente são: sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e grupos de interesse. São variáveis incontroláveis, ou seja, a organização não tem poder influenciador diante delas. No entanto, afetam direta e indiretamente todas as entidades organizacionais, independentes do ramo de atividade. Também, têm forte influência nas decisões organizacionais.

Na segunda categoria está o ambiente tarefa, o qual envolve as variáveis externas, incontroláveis, mas que estão mais ligadas à organização; afeta diretamente o ramo de negócios dessa, podendo interferir no desenvolvimento de suas atividades (MAXIMIANO, 2000). Alguns de seus componentes mais comuns são consumidores, fornecedores, concorrentes, sindicatos, organizações cooperativas, mídia, fatores climáticos, comunidade ou sociedade, instituições financeiras, políticas públicas voltadas ao setor da organização, etc.

O ambiente interno representa todas as atividades inerentes ao dia a dia da organização, encontram-se dentro da porteira e têm amplo potencial de influências nas decisões. São variáveis mais fáceis de controlar. Estão inseridos nesse ambiente a estrutura organizacional, instalações físicas, hierarquias, autonomias decisórias, controles produtivos, mercadológicos, de finanças particulares, tecnologias adquiridas, etc. Um olhar holístico desse ambiente tende a possibilitar aos gestores, agricultores ou atores sociais uma maior adaptação aos cenários existentes e decisões pautadas em informações concretas e seguras, tirando proveito dos veículos de comunicação de transmissão de conhecimento disponíveis e cada vez mais acessíveis.

### **2.2.2 Sistemas agrários**

Como todo sistema ou estrutura de partes que se relacionam entre si e mantém uma relação com o meio (MACHADO, 1999), os sistemas agrários têm na agricultura seu objeto real de conhecimento. Também, tudo aquilo que o observador pensa e diz sobre esse objeto real, como conjunto de conhecimentos abstratos, constitui um verdadeiro objeto teórico de conhecimento (MAZOYER; ROUDART, 2010). Esses objetos correspondem às partes de investigação acerca de metodologias e teorias, que quando analisadas de forma sistemática e

atribuído a elas relações práticas com o ambiente, apresentam as características e a evolução histórica da exploração agrícola e seus processos produtivos.

Ao sobrepor estes objetos teóricos às particularidades de uma região, independente de suas dimensões geográficas, torna-se possível compreender, de maneira mais ou menos ampla e cognitiva, suas raízes e direcionamentos agrários, bem como as suas influências nas situações cotidianas dos atores que compõem o ambiente. Para Silva Neto e Basso (2005), é impossível retratar a agricultura em toda a sua complexidade, por suas características analíticas cientificamente elaboradas. No entanto, essas sobreposições podem tornar a agricultura e suas complexidades mais acessíveis à compreensão.

Para Miguel (2009), ao se analisar historicamente um espaço geográfico por meio de seus sistemas agrários, é possível compreender a complexidade das diferentes formas de agricultura em tal espaço, colocando em evidência a sua evolução. “Cada sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente construído e geograficamente localizado” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.75). Dessa forma, o estudo dos sistemas agrários de determinado local pode oportunizar a construção de pareceres acerca do(s) tipo(s) de agricultura desenvolvido naquele espaço e, conseqüentemente, trazer respostas significativas do posicionamento decisório, comportamental e da movimentação da população local.

Silva Neto e Basso (2005, p.18) e Mazoyer e Roudart (2010) classificam os sistemas agrários a partir de um conjunto de critérios, ligados aos seus diferentes componentes ou subsistemas. Tais componentes podem ser agrupados em dois conjuntos bem delimitados: o agroecossistema e o sistema social produtivo. Para Mazoyer e Roudart (2010), o processo histórico é fundamental na definição destes dois conjuntos.

O agroecossistema, ou ecossistema cultivado, corresponde à forma como se organizam os constituintes físicos, químicos e biológicos de um sistema agrário. Fatores como clima, solo e relevo podem favorecer ou limitar a exploração de determinados cultivos e produção animal. No entanto, o avanço tecnológico pode diminuir a importância desses fatores (MACHADO, 1999). Assim, pode-se dizer que um ecossistema é historicamente construído por meio da sua exploração e da sua renovação por uma sociedade (SILVA NETO; BASSO, 2005). As mutações ocorridas ao longo do tempo, no ecossistema presente num sistema agrícola, têm a participação direta do homem, pelo uso de tecnologias, métodos e técnicas de utilização destes recursos.

Já o sistema social produtivo, corresponde aos aspectos técnicos, econômicos e sociais de um sistema agrário, formado por um conjunto de unidades de produção, caracterizado pela categoria social dos agricultores e pelos sistemas de produção por eles praticados (SILVA NETO; BASSO, 2005, p.19). É o resultado de um conjunto de ações que o ser humano vem desenvolvendo ao longo do tempo, estimulado por fatores culturais, socioeconômicos, políticos e de mercado, determinando sua forma (MACHADO, 1999). Esses aspectos, mais abstratos, têm significativa influência na formação de um sistema agrário, moldando o jeito de ser e de pensar a agricultura pelos agricultores, especialmente os familiares.

Silva Neto e Basso (2005) afirmam ainda que a diversidade de situações ecológicas e sociais e a experiência acumulada por cada agricultor fazem com que jamais duas unidades de produção tenham sistemas de produção perfeitamente iguais. Entretanto, é possível agrupar os sistemas de produção característicos de um sistema agrário, segundo certos condicionantes e problemas comuns, como os enfrentados pela agricultura familiar. A pertinência da abordagem de Silva Neto e Basso (2005) e de Mazoyer e Roudart (2010) permite que tais conceitos sejam pilares na identificação e concretização do sistema agrário que permeia a agricultura familiar do município de Frederico Westphalen/RS, um dos objetivos do presente estudo.

Sabendo que os sistemas agrários são compostos por subsistemas menores, que geralmente são alimentados por metas que devem ser alcançadas, e detém inter-relações entre variáveis com objetivos em comum (MACHADO, 1999), um sistema agrário tende a ser construído a partir de um conjunto de critérios, ligados aos seus diferentes componentes ou subsistemas (SILVA NETO; BASSO, 2005). A agricultura familiar como um subsistema dentro de um sistema maior tem metas e objetivos estabelecidos, e os atores sociais que compõem esse subsistema têm um papel fundamental na manutenção deste.

#### 2.2.2.1 O sistema produtivo e agroindustrial

Um sistema agroindustrial é formado por um conjunto de atividades e agentes que atuam como uma engrenagem na produção de produtos agroalimentares, desde a produção de insumos para as unidades produtivas no setor primário, passando pela indústria de transformação, até o consumidor final (BATALHA, 2001). O autor considera ainda, dentro desse sistema, as cadeias de produção agroindustrial, vistas como um sistema aberto, em que

os atores envolvidos no processo se relacionam entre si e com o ambiente onde estão inseridos, sofrendo influências importantes.

Andrade (2010) afirma que a agricultura como um sistema de produção de alimentos é um sistema tecnoeconômico e social, em que as forças macroambientais, tecnológicas, econômicas e sociais interagem com o intuito de alcançar uma sustentabilidade. As forças ambientais disponibilizam com maior ou menor intensidade e variabilidade os recursos naturais (solo, clima, relevo, água), as forças tecnológicas disponibilizam os instrumentos e meios de produção, técnicas, métodos de melhoramentos produtivos, formas de plantio, colheita e armazenamento. Já as forças econômicas e sociais compreendem a logística de distribuição e consumo, as formas de organização social e de apropriação da terra (CHONCHOL, 1994).

Dada a dinamicidade e complexidade característica ao sistema econômico global e, mais especificamente, ao sistema agroindustrial, ressalta-se uma necessidade imposta aos atores dos sistemas produtivos agrícolas, de olhar para o seu entorno de forma holística, tanto para dentro (no seu micro sistema de produção), quanto para fora (macroambiente) (DUTRA et al., 2008). Nesse espaço, tem-se observado cada vez mais limitações e oportunidades que devem ser estudadas com novas mentalidades, os quais permitem sistematizar os paradigmas do passado como plataforma de relançamento de ações (MACHADO, 1999). Logo, não basta olhar as partes, buscar compreendê-las e estudá-las, pois não se chegará ao todo, como também não basta mirar para o todo sem ter a compreensão de cada parte.

Assim, Dutra et al (2008) salientam que as cadeias produtivas agroindustriais, como um todo, bem como as propriedades rurais, estão inseridas em um ambiente de diversidade e de multiplicidade, volátil e mutável, onde os inter-relacionamentos são cada vez mais complexos e interdependentes. Logo, aos atores destas, impõe-se a necessidade de um olhar sistêmico, holístico, ou seja, perceber no ambiente que os cerca as variáveis necessárias para a minimização do risco inerente aos seus negócios e tomar decisões calcados na segurança.

Tudo isso decorre de que setores produtivos estão inseridos, conforme Batalha (2001), em sistemas abertos, sujeitos a constantes interações com o ambiente que os cerca. Diante desse contexto, fica evidenciada a necessidade de capacidade adaptativa do agricultor, uma vez que a interação, o aprendizado e a adaptação ao ambiente globalizado e dinâmico, influenciado por inúmeras variáveis, são fatores fundamentais em um ambiente que oferece altos níveis de risco e incerteza a suas atividades. Para tanto, os atores devem conhecer os elementos internos e sua atuação, além do modo como se inter-relacionam com o ambiente

externo.

Essa relação torna-se evidente quando são analisadas as particularidades da agricultura familiar dentro dos sistemas agrários. Norman e Douglas (1996) apresentam estudos que objetivam o melhoramento dos sistemas agrícolas de comunidades rurais alicerçadas na sustentabilidade, especificamente voltadas à agricultura familiar, com o melhoramento da eficiência da produção e da rentabilidade, busca por processos produtivos sustentáveis e distribuição equitativa dos resultados das produções dos agricultores. Para tanto, os autores citam a importância de três subsistemas que devem estar estreitamente articulados e intercalados: a propriedade rural, as atividades desenvolvidas nela e o ambiente macro, no qual essas atividades e sistemas ocorrem.

Ao analisar os sistemas dentro das propriedades rurais, Norman e Douglas (1996) apontam para a necessidade de contemplar as unidades agrícolas como um todo, com o propósito de entender as conexões e inter-relações dos seus componentes individualmente. Dessa forma, com a ajuda dos próprios agricultores, é possível obter uma compreensão dos ambientes que compõem o sistema agrícola, tais como o biofísico e socioeconômico, conforme visto anteriormente, que influenciam no processo de decisão em todas as esferas das unidades de produção.

Conhecendo as limitações, alternativas e pontos fortes das unidades agrícolas familiares, tornam-se mais claros os caminhos a seguir, conduzindo os rumos das propriedades por meio das melhores propostas, de acordo com suas características. As atividades desenvolvidas na propriedade tendem a passar por processos de melhoramento técnico, revisão e adequação dos planejamentos e melhoramento dos serviços de assistência técnica, extensão rural e políticas públicas. Com a adoção de medidas que consideram o sistema agrícola no qual a propriedade está inserida, melhoram as taxas de utilização de avanços tecnológicos em toda a comunidade agrícola local.

#### 2.2.2.2 Histórico dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul

A história da colonização do Rio Grande do Sul está intimamente ligada às relações dos povos indígenas, habitantes milenares destas terras e a chegada dos europeus ao estado, especialmente os Jesuítas, nas conquistas das terras brasileiras, no século XIV. Antes da chegada dos europeus, a área era ocupada pelos índios, distribuídos geograficamente da

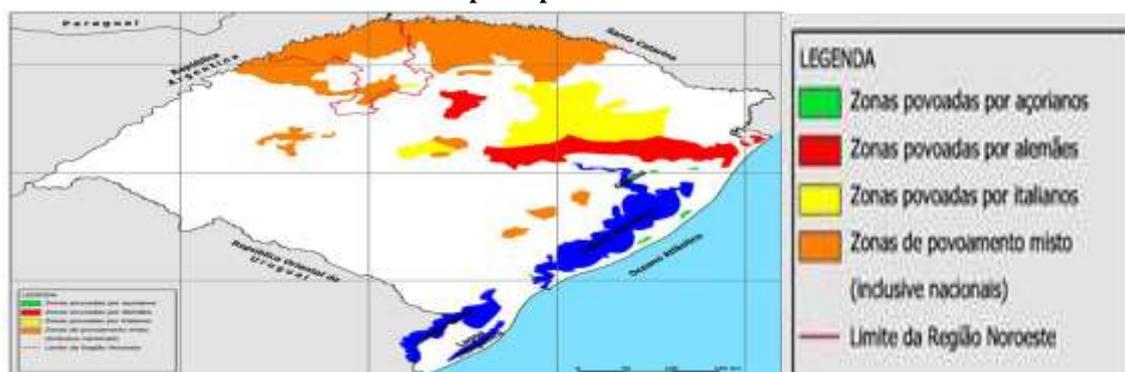
seguinte forma: na região de mato, florestal, viviam os Guaranis e os Caingangues; já na região de campo, viviam os Minuanos e os Charruas (SILVA NETO; BASSO, 2005).

A organização das terras, na época, deu-se pelo Tratado de Tordesilhas em 1494, sendo que nos constantes conflitos entre Portugueses e Espanhóis (BARBOSA, 1985), os cenários originais dos povos indígenas foram sendo transformados. Os próprios índios foram sendo aniquilados em suas terras (FLORES, 2006) e, conseqüentemente, suas culturas, hábitos e costumes foram sendo moldados. O processo de expropriação e apropriação por parte do branco europeu afeta de modos diferentes os índios das áreas de mato e os das áreas de campo (SILVA NETO; FRANTZ, 2005). Partem desse ponto as alterações nos modos de produção e sistemas agrícolas das terras hoje pertencentes ao estado do Rio Grande do Sul.

Para Silva Neto e Oliveira (2008), foi a multiplicação do gado introduzido pelos Jesuítas que tornou o território do atual Rio Grande do Sul um espaço de interesse econômico. Para a Coroa Portuguesa, esse novo cenário de inserção econômica da região apontava para a viabilidade de sua ocupação efetiva. Com a distribuição das sesmarias, a partir de 1732, como forma de assegurar a ocupação efetiva do território, as terras de campo passaram a ser ocupadas, ficando as áreas de florestas inexploradas.

No estado, duas formações de cobertura das terras, a vegetal campestre e a florestal (BERNARDES, 1997) permitiram uma regionalização de sistemas agrários pertinentes às suas características de ocupação e colonização, por meio das etnias que se deslocaram para estes locais, levando consigo suas técnicas. A figura 03 mostra como se dá o povoamento do Rio Grande do Sul, sendo possível analisar, especialmente na metade norte, de floresta, a presença dos imigrantes alemães, a partir de 1824, e dos imigrantes Italianos, a partir de 1875. No norte e noroeste do estado, por ter sido a última região a ser colonizada (BERNARDES, 1997), percebe-se a inserção de múltiplas etnias.

**FIGURA 03- Mapa do povoamento do Rio Grande do Sul**

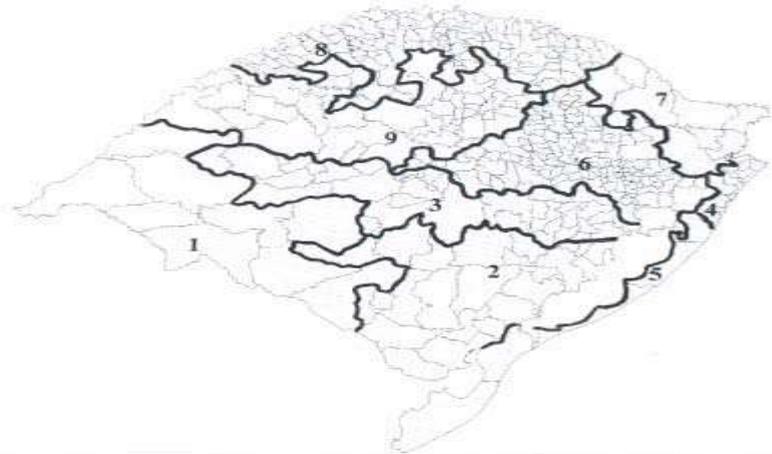


Fonte: Bohn Gass, Verdum e Mantelli (2014).

Já a figura 04 aponta para a divisão do estado do Rio Grande do Sul por regiões. Para o presente estudo serão consideradas as regiões das colônias velhas e colônias novas, que originaram mais tarde a região do Médio e Alto Uruguai. A região do Planalto também faz parte dessa história, mas de uma forma menos intensa, por ser ponto de passagem dos imigrantes.

**Figura 4 - Regionalização do Estado do Rio Grande do Sul por seus sistemas agrários**

- Regiões:**
- 1 – Campanha
  - 2 – Serra do Sudeste
  - 3 – Depressão Central
  - 4 – Litoral Norte
  - 5 – Litoral Sul
  - 6 – Colônias Velhas
  - 7 – Campos de Cima da Serra
  - 8 – Colônias Novas
  - 9 - Planalto



Fonte: Silva Neto (2005).

As áreas de campo, geograficamente localizadas mais ao sul do território, absorvem um sistema predominantemente pastoril. Já nas áreas florestais, de mato, prevalecem os sistemas agrícolas (SILVA NETO; BASSO, 2005). No entanto, esses mesmos autores salientam que “[...] a elite pastoril conseguiu, ao longo do século XVIII e parte do XIX, incorporar novas áreas de campo por meio de conquistas militares”. Isso faz com que essa elite não manifeste interesse em ocupar as áreas de mato, considerando inviáveis à pecuária ou ao cultivo. Assim, esses espaços ficaram disponíveis para os projetos de colonização do início do século XIX, sendo ocupados por pequenos agricultores, o que deu origem à agricultura familiar (FLORES, 2006), com vínculos econômicos e socioculturais praticamente nulos com a pecuária (SILVA NETO; BASSO, 2005). Dessa forma, os agricultores familiares passaram a ter acesso às terras desprezadas pelos estancieiros.

Para Silva Neto e Basso (2005, p.32), “consolidam-se assim dois sistemas agrários bem distintos e separados”, o pastoril e o agrícola. Segundo os autores, foram necessários mais de cem anos para que surgisse uma integração organizada, rentável e viável, que unisse a agricultura com a pecuária, em uma superposição dessas atividades no interior de uma mesma

unidade de produção. Essa superposição veio a acontecer na região do planalto do Rio Grande do Sul.

A passagem histórica da colonização da metade norte do Rio Grande do Sul recorta o espaço geográfico do rural da área em três etapas: a formação das “colônias velhas”, próximo da capital do estado, Porto Alegre, serra gaúcha e região central, entre os anos de 1824 a 1890; as “colônias novas”, na fundação da colônia de Ijuí, no noroeste do estado, até 1920; e, a partir de 1920, com a colonização privada, as últimas áreas de floresta inexploradas do estado, hoje região do Alto Uruguai e Médio Alto Uruguai, foram sendo ocupadas pelos descendentes de europeus, especialmente da segunda geração, nascidos no Brasil, oriundos das “colônias velhas”, cuja escassez das terras, devido às partilhas familiares e à perda de fertilidade do solo, forçavam os agricultores a buscar novas alternativas (SILVA NETO; OLIVEIRA, 2008; BERNARDES, 1997).

A história da colonização do Rio Grande do Sul apresenta passagens de sistemas agrários que perpassa desde a atuação única e exclusiva das tribos indígenas em terras gaúchas até os sistemas percebidos nos tempos atuais. Miguel (2013) faz uma caracterização da evolução dos sistemas agrários nas áreas florestais do estado, no qual a região do Médio e Alto Uruguai faz parte, observando quatro sistemas agrários distintos: o sistema agrário indígena, o colonial inicial, o colonial contemporâneo e o contemporâneo atual (Quadro 1). Para o presente estudo, os sistemas agrários serão brevemente apresentados. No entanto serão enfatizados os sistemas “colonial” e “atual”, uma vez que o município de Frederico Westphalen, foco do estudo, está situado na região do Médio e Alto Uruguai, a última a ser colonizada, onde houve um natural retardamento da evolução dos sistemas agrários (DEVES, et al., 2008), fato que permite uma melhor observação dos sistemas supracitados.

**Quadro 01- Genealogia e principais linhas da evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários nas áreas de floresta do Rio Grande do Sul**

<b>Sistema Agrário Indígena</b>	<b>Sistema Agrário Colonial (1820-1900)</b>	<b>Sistema Agrário Colonial Contemporâneo (1900-1960/70)</b>	<b>Sistema Agrário Colonial Contemporâneo Atual (1960/70...)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gês.</li> <li>- Tupi-Guaranis.</li> <li>- Kaingangs.</li> <li>- Agricultura de queimada.</li> <li>- Autoconsumo.</li> <li>- Extrativismo. (erva-mate)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alemães (1824).</li> <li>- Italianos (1875).</li> <li>- Queimada.</li> <li>- Tração animal leve.</li> <li>- Policultura.</li> <li>- Familiar.</li> <li>- Autoconsumo.</li> <li>- Baixos excedentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tração animal leve.</li> <li>- Policultura.</li> <li>- Familiar.</li> <li>- Autoconsumo.</li> <li>- Alguns produtos comerciais.</li> <li>- Êxodo “enxame” agricultores familiares.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Revolução verde.</li> <li>- Familiar.</li> <li>- Policultura.</li> <li>- Sistema de integralização agroindustrial.</li> <li>- Patronal.</li> <li>- Especialização.</li> <li>- Grandes lavouras.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Miguel (2009).

O sistema agrário indígena existente na região, atribuído às tribos dos índios Kaingangs e Guaranis (SILVA NETO; BASSO, 2005), tinham sua organização agrária e produtiva calcadas nas aldeias localizadas, especialmente, nas costas dos rios. Ocupavam essas áreas em função da fartura de caça, pesca e frutas, principais meios de sobrevivência. Diante dessa fartura, Silva Neto e Basso (2005) salientam que a agricultura representava, para os indígenas, um complemento alimentar, destacando-se o cultivo de batata, mandioca, feijão, abóbora e chás e era feita por meio do sistema de queimadas e derrubadas das florestas. Depois, abandonaram a área por um período de tempo, buscando uma melhor regeneração e fertilidade do solo.

Com os interesses da província, de avançar com a colonização agrícola das terras do estado, até mesmo como forma de defesa de demarcação do território (OLKOSKI, 2003), as tribos indígenas acabaram sendo “domesticadas” pelos conquistadores, que os considerando como incapazes, viram a necessidade de moldá-los, de acordo com os costumes e culturas trazidos da Europa. Em todo o estado, em épocas diferentes, houve uma gradativa alteração do sistema agrário, tendo no objetivo de expansão da produção agrícola um propulsor dessa mudança. Para Olkoski (2003), a chegada dos colonos nas áreas de floresta fez com que surgisse na região novas formas de cultivar a terra, com novas culturas e hábitos. Esse modelo ficou conhecido como sistema agrário colonial inicial.

Para Mertz (2004), o modelo de colonização resultante da introdução de imigrantes que se dedicariam exclusivamente à agricultura deu origem a um novo sistema agrário no Rio Grande do Sul, a partir de 1824. Ao conjunto de práticas e técnicas, bem como aos meios

sociais e econômicos de produção desenvolvidos com a vinda dos primeiros imigrantes europeus não ibéricos ao estado, chama-se de sistema agrário colonial, ou colonial inicial (MIGUEL, 2009), cuja principal característica está na pequena propriedade, cultivada pelos membros da família com um sistema de produção essencialmente de policultura. Tal sistema ocorreu de forma mais tardia no Médio e Alto Uruguai, se comparado a outras regiões do estado, iniciando no início do século XX, permanecendo até meados do mesmo século (DEVES et al., 2008).

O sistema agrário conhecido como colonial inicial, praticado pelos imigrantes europeus, nas áreas de floresta do Rio Grande do Sul, inicia-se com a derrubada da mata, fazendo com que a extração da madeira se torne a sua primeira atividade econômica. Com as derrubadas e queimação, o solo passa a ser preparado para o cultivo, com utilização de tração animal leve (MIGUEL, 2009), basicamente de subsistência, com poucos excedentes para comercialização (SILVA NETO; BASSO, 2005). Assim, com os imigrantes europeus, o cultivo da terra ganha o uso de novas culturas, da força animal e modificação de manejo (BERNARDES, 1997).

O desenvolvimento do sistema agrário colonial inicial na região do Médio e Alto Uruguai, que se estendeu até a metade do século XX (1950), teve, segundo Sponchiado (2003) no milho, batata, mandioca e no feijão suas principais culturas. A introdução de animais como aves (carne e ovos) e suínos também crescia de forma acentuada, sendo utilizada, muitas vezes, como moeda de troca pelos colonos (SILVA NETO; BASSO, 2005).

Com o passar do tempo e aumento do número de membros da família, que também sonhavam com seu próprio pedaço de terra para construir suas vidas, ocorreu um inevitável esgotamento das terras nas colônias velhas. Segundo Silva Neto e Frantz (2004), para assegurar aos descendentes acesso à terra, era necessário subir a serra, atravessar as terras de campo do Planalto Médio para adquirir novas áreas na recém fundada colônia de Ijuí, “Colônias Novas”, com lotes de apenas 25 hectares. Devido ao tamanho das propriedades, dificuldades de comercialização da produção - distância dos centros maiores - e fertilidade do solo, o sistema agrário colonial como sistema produtivo impôs dificuldades aos agricultores.

Considerando-se que o processo de ocupação das florestas pelos “colonos” europeus e seus descendentes se realizou da mesma forma, tanto nas regiões das “colônias velhas” como nas das “colônias novas”, a possível reprodução dos mesmos sistemas de cultivo e produção colonial nestas últimas pode estar na raiz do índice maior de pobreza ali verificada (MERTZ, 2004, p.278).

O sistema agrário colonial contemporâneo começou nas colônias mais antigas do estado no início do século XX, num período de estabilização e crise do sistema colonial, tendo como marca importante da expansão de produção de excedentes agrícolas, como suínos, derivados de leite e produtos coloniais diversos (MIGUEL, 2009).

A limitação das superfícies agrícolas disponíveis e o aumento da população acarretaram uma crise no sistema de cultivo com tração animal leve. Essa crise levou a um processo contínuo e intenso de êxodo rural (“enxameamento”) dos agricultores e de seus descendentes para novas regiões de colonização, no Rio Grande do Sul (as colônias “novas”), como também em outros estados (Santa Catarina, Paraná e Centro-Oeste do Brasil) (MIGUEL, 2009, p. 144).

Entre as principais características deste sistema agrário, destaca-se o uso de tração animal leve, policultura familiar e autoconsumo, com uma sobra maior de excedentes para a comercialização, além de um crescente “enxameamento”, êxodo entre os agricultores familiares. Conforme mencionado anteriormente, esse sistema agrário e suas particularidades surgiram tardiamente na região do Médio e Alto Uruguai. Porém teve grande contribuição na colonização da referida região, uma vez que dificuldade de terras e crise desencadeada pelo sistema, associadas à alta densidade demográfica das colônias velhas levaram os agricultores a buscar novas localidades para pensar seu futuro.

Nas últimas quatro ou cinco décadas, desde 1970, percebe-se uma evolução significativa das formas de produção rural. Segundo Miguel (2009), a chamada Revolução Verde<sup>1</sup> e consequente modernização da agricultura marcaram o sistema agrário contemporâneo atual.

As limitações e restrições para o aumento da produção agrícola são superadas com a intensificação do uso de insumos de origem industrial (agrotóxicos, adubos químicos, etc.), a motomecanização (ainda que muitas vezes parcial), a modernização das instalações (aviários e pocilgas, estufas e galpões, etc.) e a adoção de plantas e animais selecionados. Constata-se certa especialização da agricultura colonial, em especial com o advento dos sistemas de produção integrada com as agroindústrias (suínos, aves, fumo, etc.). Constata-se também o aparecimento de áreas de cultivo de grandes lavouras (sobretudo de soja e milho). (MIGUEL, 2009, p. 144).

Na região do Médio e Alto Uruguai o sistema agrário contemporâneo atual alterou os cenários agrícolas, em especial nas últimas duas décadas. A ascensão agroindustrial oportunizou aos agricultores familiares, por meio da parceria de sistemas integrados,

---

<sup>1</sup> A chamada Revolução Verde foi iniciada nos EUA e disseminada nos países menos desenvolvidos, referindo à criação de variedades de cultura, combinadas com a aplicação de insumos químicos na produção, melhores técnicas agronômicas e melhoramento genético, que permitiram um vasto aumento na produção agrícola (KUSH, 2001).

alternativa de desenvolver suas propriedades. Na sequência deste estudo, serão particularizadas as influências dos sistemas agrários, especialmente o colonial contemporâneo e contemporâneo atual na região, tendo como local de análise o município de Frederico Westphalen/RS.

### 2.2.2.3 Sistemas agrários do Médio Alto Uruguai: construção histórica e realidade atual do meio rural do município de Frederico Westphalen/RS.

Com a suspensão por parte do governo gaúcho da política de colonização, em 1920, os olhos dos agricultores se voltaram para as áreas de floresta, do centro norte do Alto Uruguai, hoje conhecida como região do Médio e Alto Uruguai (FIGURA 05), que na época tinha como referência um povoado chamado Iraí, distrito do município de Palmeira das Missões. A região foi a última a ser colonizada no estado, com o terceiro e quarto deslocamento migratório dentro do estado de descendentes de imigrantes, especialmente italianos, alemães e poloneses, com algumas famílias de ucranianos e russos. (BERNARDES, 1997; PANNO; ROSSONI; SANTOS, 2006; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013; BATISTELLA, 1969).

Nessas terras havia muitas famílias de caboclos, fato que fez com que os colonos de origem europeia se instalassem nela por meio da compra do direito de posse, com propriedades de tamanhos distintos e, muitas vezes, menores que as propriedades de onde partiram (SILVA NETO; FRANTZ, 2005).

Para Gazola e Schneider (2013), esta característica minifundiária, típica da região, fez com que ela desenvolvesse, historicamente, sistemas produtivos com a predominância da forma social familiar de produção, trabalho e ocupação dos seus espaços rurais. Os mesmos autores fazem um breve resgate histórico, identificando quatro fases do desenvolvimento da agricultura da região do Médio Alto Uruguai (FIGURA 05), mais especificamente da microrregião de Frederico Westphalen. Por meio dessa abordagem, é possível traduzir de uma maneira sintetizada a estruturação e evolução das atividades agrárias que marcaram e marcam os sistemas agrários desse espaço geográfico.

As fases do desenvolvimento agrícola da região do Médio e Alto Uruguai, segundo Gazola e Schneider (2013), começam pela colonização, desbravamento das matas e constituição das primeiras atividades agropecuárias desenvolvidas quase que exclusivamente visando a sobrevivência e o autoconsumo das famílias. Esse estágio abrange o início do

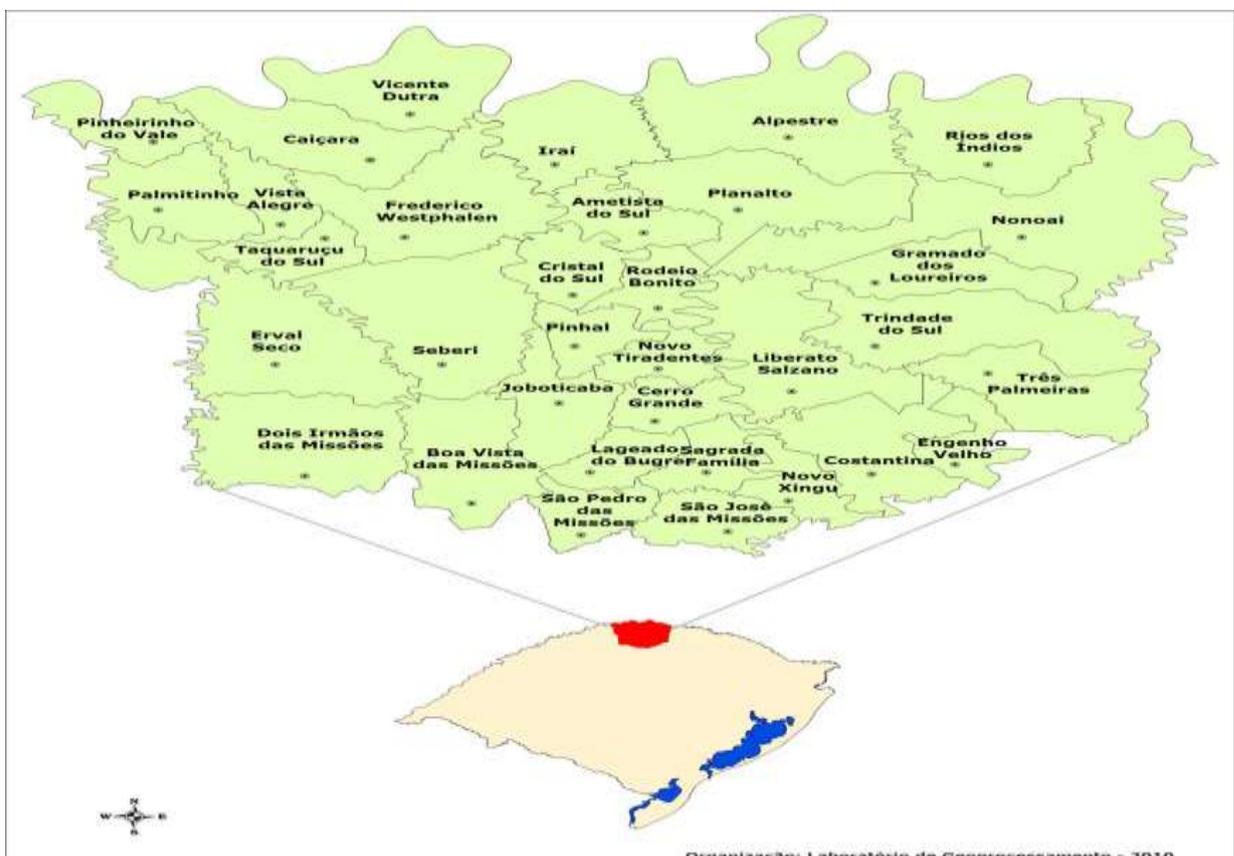
século XX e se detém à produção básica de gêneros alimentícios como batata, mandioca, feijão, arroz, suínos e banha.

Depois, por uma maior integração aos mercados e o início do processo de especialização produtiva. Essa fase engloba o período de 1935 a 1960 e se caracteriza pelo início do avanço das lavouras de milho, soja, trigo e também de erva mate.

Outra fase é marcada no período de 1960 ao início dos anos 1990, caracterizada pela intensa mercantilização da agricultura e seu contínuo empobrecimento econômico e social. Isso é derivado do avanço dos processos de modernização agrícola, que fomentou grandemente cultivos como soja, milho, fumo e outros grãos e commodities, além de processos de integralização vertical em cadeias de aves e suínos;

Já a partir dos anos 1990, observa-se um pequeno movimento da diversificação da economia rural, em que surgem atividades novas como a fruticultura, o leite, as agroindústrias familiares, dentre outras atividades em pequena escala. Entretanto, na maioria dos municípios da região, as atividades rurais não agrícolas e a pluriatividade ainda são menos expressivas no local, sendo uma região predominantemente agropecuária.

**Figura 5 – Mapa da Região do Médio e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul**



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento da URI/FW (2016)

No mesmo sentido, Piran (2001) condensa a construção histórica dos sistemas agrários da região em duas fases: a primeira, que parte do início da colonização até meados do século XX, chamada de fase ou sistema tradicional, em que predomina o uso intensivo de recursos naturais, usufruindo da fertilidade natural do solo e da mão de obra predominantemente familiar. Brum (1985) caracteriza as práticas desse sistema agrário pelo uso de instrumentos de trabalho simples, sendo que as técnicas de produção eram baseadas nas experiências transmitidas e aperfeiçoadas de geração para geração.

Para Piran (2001), percebe-se na fase tradicional, certa subordinação ou alta dependência dos agricultores familiares ao mercado. Mesmo sendo uma fase conhecida como de subsistência, as famílias necessitavam de bens e produtos que não conseguiam produzir, recorrendo ao mercado local, principalmente, e esporadicamente no comércio urbano. Nesse sentido, a subordinação se dá mais pelo relacionamento comercial entre os agricultores e os comerciantes locais, já que os primeiros adquiriam mercadorias dos segundos, que por sua vez recebiam, muitas vezes, em mercadoria entregue pelos agricultores, na safra ou em animais. Assim, os comerciantes exerciam uma dupla intermediação junto aos agricultores, vendendo os artigos essenciais para o consumo e comprando-lhes a produção agrícola ou animal (BRUM, 1985).

Apesar disso, entende-se que na época os agricultores familiares detêm uma autonomia relativamente maior, se comparada aos dias atuais, uma vez que a dependência maior ocorre a jusante -venda da mercadoria-, mantendo uma autonomia maior a montante - processo produtivo-, produzindo suas sementes, matrizes, decidindo sobre a utilização de tecnologia e ritmo de trabalho (PIRAN, 2001).

Na região do Médio e Alto Uruguai, a crise da agricultura tradicional afetou tardiamente os modos de produção dos agricultores familiares, fazendo-os “acordar” para a modernização da agricultura, somente nas décadas de 1960 e 1970. Enquanto isso, o setor agrícola, no geral, assimilava as alterações do sistema agrário no pós segunda guerra mundial, com a aceleração da crise da agricultura tradicional, provocada especialmente pelo esgotamento da fertilidade natural dos solos, pelos baixos preços dos produtos agrícolas e pelos elevados custos de produção (PIRAN, 2001). A partir dessa nova realidade, surge a segunda fase ou surgimento de um novo sistema agrário na região, da modernização da agricultura.

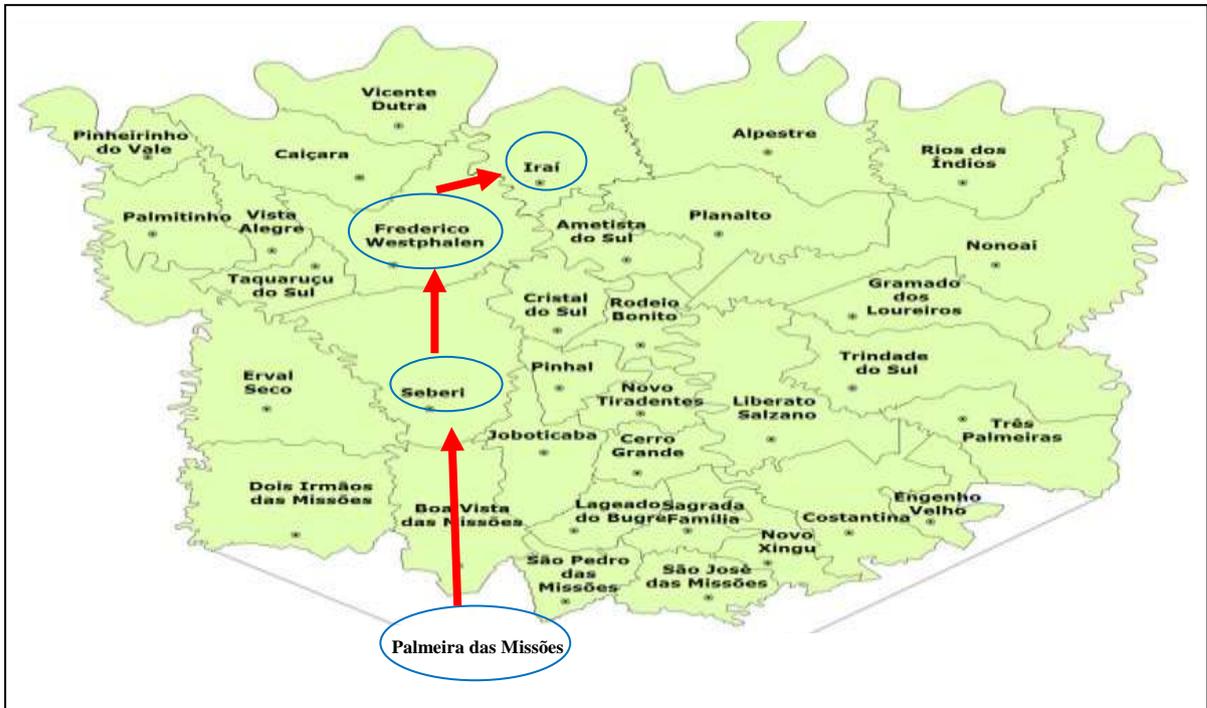
Tal fase tem nos anos de 1980 a forte inserção de novas tecnologias de produção e novas formas de relacionamento dos agricultores com o mercado (PIRAN, 2001) como um desafio para os agricultores familiares, já que a agricultura se internacionalizou, surgindo de maneira intensa a figura das organizações transnacionais e dos complexos agroindustriais no setor. A segunda fase alterou significativamente o uso das energias e de instrumentos mecânicos sofisticados utilizados na produção, tornando a agricultura e os agricultores cada vez mais dependentes da indústria e do sistema financeiro. Doravante neste estudo, as abordagens acerca dos sistemas agrários da região do Médio e Alto Uruguai serão direcionadas ao município de Frederico Westphalen, por ser uma referência entre os municípios da região e também sede do CODEMAU.

#### 2.2.2.4 Frederico Westphalen/RS: cronologia da construção agrária.

A história da colonização, por descendentes de imigrantes europeus, do local onde hoje está situado o município de Frederico Westphalen, ocorreu nas três primeiras décadas do século XX, com os colonos buscando melhores condições de vida nas terras novas (RIZATTI, 1996). O lugar já recebia viajantes que cruzavam as matas, partindo de Palmeira das Missões, rumo às “águas do mel”, hoje município de Iraí/RS, distante cerca de 100 quilômetros de Palmeira das Missões. Segundo Ferigollo (2014), as longas distâncias obrigavam a divisão da viagem em acampamentos que distanciavam entre si de 15 a 20 quilômetros. As paradas acabaram formando o que hoje são cidades ou vilas.

O caminho, partindo do município Palmeira das Missões, seguindo até o maior povoado do trajeto, “Águas do Mel” (FIGURA 06), é o marco inicial da história da colonização das vilas mais antigas, muitos municípios hoje, especialmente com a criação da Inspeção de Terras e início da abertura da estrada, na vila Barril, hoje município de Frederico Westphalen/RS, em 1917 (BATTISTELLA, 1969). Em cada uma dessas paradas, haviam os comerciantes que compravam e trocavam mercadorias com os viajantes, para depois revendê-las aos moradores. Os carreteiros da época, com viagens mensais, uniam os produtores primários aos centros consumidores, levando a produção agrícola e os produtos manufaturados (FERIGOLO, 2014). Percebe-se nesse relacionamento, um primeiro apontamento de estrutura comercial com aporte dos produtos agrícolas produzidos e vendidos na época.

**Figura 6 - Deslocamento dos viajantes na região do Médio e Alto Uruguai/RS**



Fonte: Elaborada pelo autor, adaptado do geoprocessamento da URI/FW.

Entre Palmeira das Missões e onde hoje se encontra o município de Iraí/RS, havia um vilarejo chamado “Boca da Picada”, constituindo hoje o município de Seberi/RS. Em uma das travessias, já no ano de 1919, uma das carroças que seguiam da Boca da Picada com destino às Águas do Mel (Iraí) sofreu um acidente quando passavam perto de um córrego cristalino, na mata fechada do local, onde hoje é o município de Frederico Westphalen/RS, deixando cair um barril de aguardente. O líquido se perdeu, restando o vasilhame sem a tampa. Os carroceiros tiveram a feliz ideia de aproveitar o barril para captar a água cristalina que corria do riacho. Colocaram uma taquara de bambu, retirando os nós, ligando a fonte ao barril, segundo registro fotográfico (FIGURA 07).

O gesto acabou por determinar o local como ponto de referência, ouvindo-se, ao longo da história, expressões como “vou sentar, comer, tomar chimarrão e dormir lá no barril” ou “vou ir morar lá no barril” (FERIGOLLO, 2014). Essa passagem histórica marca o primeiro nome do município de Frederico Westphalen (Vila Barril), que hoje é uma nova referência para a região, mas econômica, social, cultura, agrícola e educacional.

**Figura 7- Registro fotográfico do Barril que dá origem ao primeiro nome do município de Frederico Westphallen/RS**



Fonte: Arquivos de Wilson Ferigollo.

Como mencionado anteriormente, a colonização da região ganhou ênfase com a criação da Comissão de Terras e colonização do Norte, conhecida como Inspetoria de Terras, pelo então governador Borges de Medeiros, em 13 de fevereiro de 1917, por meio do decreto 2250, fato que disciplinou o crescimento demográfico do Alto Uruguai e, pouco mais tarde, estendendo-se para o Médio e Alto Uruguai (FERIGOLO, 2004; SPONCHIADO, 1989). Segundo Jacomelli (2004), a Comissão de Terras, dirigida pelo engenheiro Frederico Westphalen, tinha um campo de atuação bastante amplo. Era responsável por discriminar, demarcar, conduzir e efetivar o projeto de colonização da área compreendida pelo município de Palmeira das Missões, além de legitimar a posse de terras que já estavam sob domínio privado, além de fiscalizar e proibir a derrubada ilegal da mata e inibir a chegada de colonizadores ilegais.

Segundo Sponchiado (1989), a maior dificuldade enfrentada pelos responsáveis pela demarcação das terras para exploração dos futuros colonizadores estava na falta de estradas que ligassem o município de Palmeira das Missões à Águas do Mel (Iraí), local tido pelo governo como estratégico para os objetivos colonizadores, em função das riquezas naturais, especialmente da água mineral. Líderes locais trataram então de agilizar a construção da estrada, a qual foi inaugurada somente no ano de 1928, pelo então presidente Getúlio Vargas. No mesmo ano, foi criado oficialmente o Distrito de Barril (BATTISTELLA, 1969), hoje

município de Frederico Westphalen, pertencente na época à Palmeira das Missões. Esse marco histórico fez com que muitos colonos das “colônias velhas” e das proximidades de Ijuí se deslocassem para a região, adquirindo lotes.

A partir daí, a migração se intensificou, e a divisão das “terras novas” entre os colonizadores exerce uma significativa influência nos sistemas agrários identificados na região do Médio e Alto Uruguai, ao longo do tempo. As distribuições dos lotes coloniais seguiam preceitos positivistas e, no decorrer do processo de ocupação, mostravam-se perniciosos aos colonos e suas famílias. Cada família poderia receber 2 ou 3 lotes de 25 hectares. Cada jovem com mais de 15 anos poderia adquirir apenas um lote. O preço era variável, dependendo da posição, localização e proximidade da estrada (SPONCHIADO, 1989).

No entanto, Pellegrin (2008) afirma que a grande maioria dos pioneiros requereu apenas um lote, pois isso era o suficiente para viver bem. Isso mostra que os colonizadores fixados na região não se preocupavam com a formação de riquezas e capital, queriam um lugar para construir suas vidas. A postura, pouco ambiciosa dos migrantes acaba por influenciar o futuro agrícola local, já que ao longo do tempo, nas sucessões e divisões, a pouca quantidade de terra foi um complicador para algumas práticas agrícolas e também das futuras sucessões geracional. Essa realidade afeta a agricultura familiar, com famílias numerosas, na sua grande maioria, uma vez que teriam que construir sua vida em porções de terras pequenas, agravadas pelo relevo acidentado, que tornava boa parte da terra improdutiva ou de difícil manuseio.

Mesmo assim, o cenário agrícola da região foi sendo construído, com a abertura de clareiras nas matas fechadas, construção de pequenas taperas, que logo eram substituídas por casas mais confortáveis, lavouras de grão, criação de pequenos animais e demais cultivos, quase que exclusivamente para subsistência. Esses são os primeiros indícios de sistemas agrários percebidos na região recém povoada. Com a prevalência do sistema minifundiário de subsistência, observado na região do Médio e Alto Uruguai, doravante representada pelo município de Frederico Westphalen -antigo distrito de Barril-, até a década de 1950, os registros históricos do local apontam para uma época de muito trabalho, de desbravamento de matas, destocamento, preparo do solo para o plantio com a ajuda de utensílios rudimentares de tração humana e depois animal, com força de trabalho exclusivamente familiar, aproveitando-se do grande número de filhos que cada casal tinha na época.

- Construção histórica dos sistemas agrários e processos de sucessão geracional de Frederico Westphalen/RS.

Baseado em relatos dos moradores antigos do município, de historiadores locais e documentos históricos de fundação e desenvolvimento de Frederico Westphalen/RS, torna-se fundamental apontar acontecimentos e personalidades que marcaram a história do município, desde a década de 1930, do século XX, para compreender os “porquês” do cenário rural contemporâneo. Tais abordagens conduziram o presente estudo a apontar os diferentes sistemas agrários identificados no município até os dias atuais, bem como os processos de sucessão geracional e transformações dos hábitos produtivos e de alimentação da população rural. Para tal, as informações coletadas estão organizadas de forma cronológica, considerando as similaridades temporais e influências de acontecimentos locais e globais, que modificaram as estruturas agrícolas do município. Além disso, faz-se necessário tecer uma caracterização geográfica do local, para melhor compreender essas influências e alterações de cenários.

De acordo com o exposto anteriormente, o processo de colonização das “terras novas” conduziu o município de Frederico Westphalen/RS à agricultura familiar, com um meio rural composto de pequenas propriedades e famílias com grande número de filhos e hábitos produtivos e alimentares voltados à subsistência. As famílias numerosas acabavam criando duas situações distintas, que acarretaram mudanças no cenário agroalimentar, demográfico e social local, ao longo do tempo.

A primeira situação mostra-se favorável e fundamental para a rápida ocupação agrícola das terras recém-colonizadas. Com uma força de trabalho numerosa, ágil e intensa, as pequenas propriedades se desenvolveram rapidamente, formando ao longo da estrada recém construída e especialmente do povoado da Vila Barril, comunidades de agricultores que, com seu poder de compra e consumo oriundo de suas roças, passou a chamar a atenção de comerciantes de outras regiões do estado, que passaram a formar um pequeno centro urbano. Ou seja, no território onde hoje se encontra o município de Frederico Westphalen, os imigrantes, especialmente Italianos, Alemães e Poloneses, desenvolveram rapidamente as comunidades rurais e, conseqüentemente e concomitantemente, surgiu um centro urbano ascendente.

A segunda situação, advinda do grande número de filhos das famílias dos imigrantes, acaba acarretando uma significativa alteração do cenário rural local, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, quando os filhos, já adultos, passam a buscar seu próprio espaço para

construir suas famílias. Assim, a primeira leva de sucessão das terras esbarra na pouca quantidade de terra e dificuldades de relevo (acidentado) para manter todos os filhos no local. A primeira sucessão acabou acontecendo concomitantemente com a Revolução Verde e modernização da agricultura, tornando o campo inviável para muitos desses filhos de pequenos agricultores, que então migraram para as cidades. No decorrer do texto, serão feitas reflexões mais apuradas dessa fase histórica do município de Frederico Westphalen.

No percurso histórico, o município de Frederico Westphalen apresentou uma oscilação de sua população. Isso se dá com a emancipação do município, em meados da década de 1950 (IBGE, 1959), quando alterações dos limites dos municípios e distritos, com a incorporação de população de comunidades próximas, aumentou significativamente o número de moradores contabilizados.

Depois, com a emancipação de alguns distritos pertencentes a Frederico Westphalen, especialmente nas décadas de 1970 e 1990 (LUDWIG, 1984; IBGE, 1991), a população acabou decrescendo, conforme apontado na tabela 01. Da mesma forma, a tabela mostra a regressão da população rural com relação à urbana, de maneira contínua, a partir da década de 1960. A ampliação da mancha urbana do município e, especialmente o êxodo rural, que será exposto na sequência do texto, foram os principais motivadores da reversão de população rural/urbana.

**Tabela 1- Histórico da população rural e urbana de Frederico Westphalen/RS**

ANO	População Total (nº)	População Urbana		População Rural	
		Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
1940	16.655	1.650	9,9	15.005	90,1
1950	10.194	2.146	21,0	8.048	79,0
1960	42.197	7.172	17,0	35.025	83,0
1970	25.567	9.230	36,1	16.337	63,9
1980	29.933	14.219	47,5	15.714	52,5
1991	24.919	14.754	59,2	10.165	40,8
2000	26.759	20.433	76,4	6.326	23,6
2010	28.848	23.338	80,9	5.510	19,1
2015	População estimada 30.558	--	--	--	--

Fonte: Dados da pesquisa com base nos Censos e Enciclopédias do IBGE.

Objetivando uma melhor compreensão e organização das informações, fatos e acontecimentos históricos que condicionaram a formação agrária de Frederico Westphalen/RS, o texto está dividido em três fases históricas, que apontam as particularidades de sucessão em cada fase, bem como os sistemas agrários observados.

- Primeiro período histórico (1930-1960):

No primeiro período histórico da colonização do município tem na subsistência, com poucos excedentes, que eram trocados por produtos com os comerciantes locais, como principal característica. Considerando a temporalidade da alteração de sistemas agrários em outras regiões do Rio Grande do Sul, percebe-se no meio rural do município um retardamento característico da última região a ser colonizada no estado. Até o início dos anos 1960, o rural local estava sendo desbravado e as terras sendo ocupadas (FERIGOLLO, 2004). Características do sistema agrário colonial como a derrubada de matas, tração animal leve, policultura, mão-de-obra familiar e produção para o autoconsumo com poucos excedentes, prevalecia na maioria das propriedades da região.

A agricultura é a principal fonte de riqueza da comunidade nessa época e a grande motivadora da futura emancipação. Não existiam lavouras mecanizadas, predominando a pequena propriedade rural, com atividades braçais e intenso uso de animais. No ano de 1940, viviam na vila de Frederico Westphalen 16.655 pessoas, sendo que mais de 90% da população residia no meio rural. A população da vila, em termos regionais, era maior que o recém-emancipado município de Iraí/RS e só não era maior que a cidade sede, Palmeira das Missões, que na época possuía cerca de 2.000 habitantes a mais que a vila Frederico Westphalen (IBGE, 1959). Essa característica já credencia a comunidade ao papel de protagonista regional, que exerce hoje.

Segundo Piovesan (2002), esta realidade, associada à distância dos centros urbanos maiores e natural sentimento de isolamento, fundamentaram alguns princípios de união e de ajuda mútua entre os colonizadores. A prática da troca entre vizinhos era comum. A falta de estrutura, como energia elétrica, dificultava a estocagem de certos alimentos, especialmente as carnes. Assim, era costume a troca de cortes de carne entre os moradores próximos quando havia abatimento de animais nas localidades do interior.

A predominância do sistema agrário de subsistência e trocas acabou sofrendo algumas interferências pontuais, como a recém-criada cooperativa de banha e produtos suínos. Por volta de 1941, alguns empresários e líderes comunitários propuseram a um grupo maior, a fundação da cooperativa, uma vez que tais produtos estavam adquirindo um alto crescimento do consumo e importância, não só nos arredores, mas também em outras regiões. Além disso, desejavam que a nova vila tivesse uma estrutura capaz de alavancá-la economicamente e viram na suinocultura uma boa oportunidade (FERIGOLLO, 2004; IBGE, 1959).

Segundo Battistella (1969), a cooperativa não cumpriu o papel que seus idealizadores esperavam; ficou por cerca de dois anos paralisada, até que por volta do ano de 1943, através do espírito empreendedor de três jovens, vindos da região metropolitana do estado, os quais propuseram que a cooperativa fosse transformada em frigorífico.

Estes empreendedores trouxeram maquinário de um antigo frigorífico do município de Guaporé e nominaram o novo empreendimento de Frigorífico Santo Antônio. A novidade fez com que alguns agricultores familiares passassem a criar suínos para, além de sua subsistência, vender unidades ao novo empreendimento. No entanto, essa prática ainda era bastante incipiente entre os agricultores locais. A demanda do frigorífico não era o bastante para que a suinocultura fosse disseminada na época.

Piovesan (2002) salienta ainda que, durante o período em que a agricultura se desenvolvia de forma mais tradicional/colonial, baseada na necessidade de subsistência das famílias, a criação de animais também era tratada de forma mais rudimentar, buscando unicamente o suprimento das necessidades alimentares com poucos excedentes. A criação de suínos, por exemplo, era feita de forma natural, sem a participação de agentes externos e uso de ração concentrada.

Por pouco mais de uma década, o frigorífico Santo Antônio foi o maior propulsor da economia local, especialmente no meio rural. Sua presença foi importante para o desenvolvimento rural local e alterações dos sistemas agrários, uma vez que, desde seu surgimento, oportunizou aos agricultores uma nova alternativa de renda, absorvendo os suínos criados e comercializados por agricultores, sem a formalização de integralização que vemos hoje, além de gerar empregos e retorno financeiro ao município por meio de impostos. Ao longo do tempo, o frigorífico continuou participando ativamente das alterações de cenários, agrícola e urbano, de Frederico Westphalen/RS.

Nessa fase do desenvolvimento rural e urbano de Frederico Westphalen, a figura de um sacerdote foi fundamental. Monsenhor Vitor Battistella chegou ao então distrito de Barril, em março de 1932, permanecendo até maio de 1973. Durante mais de 40 anos, Monsenhor Vitor foi protagonista das mais significativas mudanças ocorridas, tanto no espaço urbanizado da vila como nas comunidades rurais. É tido como o grande responsável por tornar a vila de Barril apta à emancipação política e administrativa, ocorrida no ano de 1955.

Ferigollo (2004) relata que Monsenhor Vitor, através de sua visão empreendedora, dinamismo e liderança foi incansável na conquista de instituições e infraestruturas importantes para o local. Idealizou e mobilizou a comunidade para a criação de uma emissora

de rádio, Rádio Luz e Alegria, hoje um dos maiores complexos radiofônicos do norte do estado. Foi responsável também pelo surgimento do primeiro hospital de caridade e escola. Instalou a central telefônica na então vila, levando pessoalmente os fios de transmissão do sinal, com a ajuda de cavalos, a todos os pontos do município, inclusive no meio rural. Esteve à frente de outras conquistas, como a catedral diocesana e outras obras que alavancaram economicamente, socialmente e culturalmente a vila Barril.

Também foi escritor, publicando a primeira obra sobre a história de Frederico Westphalen, denominada “Painéis do Passado”, escrita no ano de 1969, a qual permaneceu por muito tempo como o único registro da história local. Também teve participação ativa na comissão de emancipação do município entre 1953 e 1955. Segundo Battistella (1969), a emancipação aplicou o “cheque mate” ao fenômeno da estagnação periódica e imprimiu à cidade ritmo novo, estável e vigoroso progresso, trazendo um fluxo crescente de novos moradores. A emancipação passou a oportunizar aos moradores urbanos e rurais de Frederico Westphalen novas alternativas de renda, com novos investimentos e investidores aportando no município recém-criado (FERIGOLLO, 2004).

Além dessas e outras ações idealizadas e concretizadas por Monsenhor Vitor Battistella e abraçadas pela comunidade, que fizeram com que a vila Barril obtivesse um bom crescimento urbano, tornando-se município referência na região, o sacerdote teve uma contribuição fundamental para o desenvolvimento rural local. Mantinha um contato frequente com os agricultores e exercia uma forte influência sobre eles, uma vez que os colonizadores, na sua maioria de origem italiana, eram católicos fervorosos e respeitavam muito a figura do sacerdote. Este, por sua vez, aproveitava esta relação que em termos beirava a dominação (SPONCHIADO, 2003), para orientá-los e influenciá-los desde o plantio das lavouras até a venda, orientando sobre as alternativas de comercialização, passando pela criação de animais e seus destinos além do consumo.

A liderança exercida por Monsenhor Vitor sobre os agricultores fez com que eles participassem ativamente da construção urbana do município. Parte dos recursos financeiros para viabilizar as obras citadas anteriormente era advinda das famílias rurais, que doavam parte de sua produção e, por vezes, seus melhores animais pelas causas lideradas pelo sacerdote (FERIGOLLO, 2004).

Por outro lado, Monsenhor Vitor, através de seu dinamismo e conhecimento acima da média, instruía os agricultores sobre formas de plantio, orientava sobre os riscos das queimadas para a fertilidade do solo, formas de melhorar a produção, técnicas produtivas, etc.

Assim, foi fundador da primeira organização de agricultores do município, a UNAC - União dos Agricultores e Criadores.

O contato periódico do sacerdote com os agricultores, pelas ondas da rádio ou em visitas às propriedades, fez com que ele percebesse que o desânimo estava tomando conta das famílias rurais, em função dos constantes insucessos nas plantações e na criação de animais. Já no início dos anos 1950, muitas destas famílias de colonizadores pensavam em abandonar suas terras e seguir outros rumos (BATTISTELLA, 1969). Segundo Dalla Nora (2002), interessado em achar soluções práticas para os problemas dos agricultores, as quais afetariam, frontalmente, os interesses da paróquia, uma vez que havia prenúncio de possível diminuição no número de paroquianos e contribuintes, o sacerdote reuniu alguns colonos que, para ele, mostravam-se mais entendidos, consultou livros e revistas e propôs uma solução para os mencionados problemas.

Como visionário e empreendedor, Monsenhor Vitor definiu sua proposta de criação de uma associação de agricultores. Segundo um relato do próprio sacerdote, a região era essencialmente agrícola, mas os agricultores haviam trazido consigo os métodos primitivos de trabalho e ignoravam os progressos da moderna técnica. O solo já estava perdendo sua fertilidade, porque, desconhecidos os processos de conservação, tudo se fazia para o seu empobrecimento. Constatava tudo isso nas suas contínuas andanças pelo interior, em visita às capelas e ouvia os clamores da população local.

Então, em 08 de dezembro de 1950, reúne um grupo de destacados homens da terra, com o fim de combinar uma visita aos principais núcleos do interior, tomar contato direto com tais problemas e, depois, deliberar sobre a organização de uma sociedade capaz de congregar os agricultores e criadores e promover, por todos os meios ao alcance, as soluções adequadas. Como já havia esboçado um anteprojeto dos estatutos de tal entidade, submete-o à discussão, pedindo sugestões e emendas, ficando assim, regidos em definitivo para serem oferecidos à aprovação da primeira Assembleia Geral. (BATTISTELLA, 1969).

Assim, surgia a primeira organização agrícola de Frederico Westphalen, a UNAC, com o objetivo de manter as famílias no campo, tornando a prática agrícola atraente e promissora. A UNAC propunha aos agricultores orientação de técnicas agrícolas modernas, em substituição aos métodos primitivos de cultivo, possibilitando melhoras na produção e na lucratividade, com a comercialização dos excedentes. Piovesan (2002) salienta que Monsenhor Vitor Battistella instruía e aliciava os agricultores a usarem as novas técnicas agrícolas difundidas pelo capitalismo. Segundo ele, se os agricultores não fizessem uso das

técnicas modernas, jamais obteriam um crescimento financeiro. Deu-se início aí, mesmo que de forma morosa, a migração de um sistema colonial de produção para um sistema colonial contemporâneo, intensificado no final da década de 1950 e início da década de 1960, em Frederico Westphalen/RS.

Dalla Nora (2002) faz um resgate histórico de documentos anexados ao processo de emancipação do município, que retrata como ocorreu, em meados da década de 1950, a inserção de propostas modernas de produção agroalimentar. Segue o relato de um técnico rural que prestou serviço à UNAC, durante o processo de emancipação do município, resgatado pela pesquisadora:

Dado ainda, a falta de conhecimentos técnicos por parte dos agricultores, suas colheitas são ainda medianas, predomina, no entanto a policultura em pequena escala. Entre as plantas cultivadas, são predominantes: o trigo, milho, fumo, feijão, mandioca, batatinha, cevada, alho e soja. A maior dificuldade encontrada no desenvolvimento da agricultura está em fazer com que os agricultores abandonem os processos rotineiros de cultivo do solo, herdados de seus pais e avós para adotar sistemas técnicos de conservação dos solos, combate à erosão em defesa das plantações. [...] Muito, também contribuiu para a afluência dos agricultores em busca de conhecimentos técnicos, sementes, máquinas e inseticidas a organização em sociedade de agricultores fundada nesta Vila há dois anos, sob a denominação de “União dos Agricultores e Criadores – UNAC” e também o congresso de Ação Social Rural efetuado em fevereiro do corrente ano, no qual muito aprenderam os agricultores, e, hoje se faz sentir o reflexo benéfico nas colônias”. (DALLA NORA, 2002, p. 102).

Foi no final deste primeiro período histórico e início do segundo que surgiram os principais órgãos e instituições de fomento do desenvolvimento rural de Frederico Westphalen/RS. Battistella (1969) retrata alguns quando diz que a presença da UNAC viabiliza e consolida também, em grande parte, a instalação de um escritório da ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, a organização da Rádio Luz e Alegria Ltda, com notável parcela de finanças a instalação da Inspetoria Veterinária, da Associação Rural e da Cooperativa Tritícola de Frederico Westphalen (COTRIFRED). Além disso, destaca-se que em pouco tempo, o município recebeu o escritório da EMATER, escola agrícola e, mais tarde, a feira do produtor e cooperativas de crédito.

No primeiro período histórico, foram poucas as passagens de sucessão geracional no meio rural do município, uma vez que os ocupantes das “terras novas” vieram muito jovens das regiões colonizadoras e acabaram construindo suas vidas e famílias já na região. Salvo algumas exceções de famílias que vieram das colônias velhas com os pais já com certa idade e os filhos casados. Dessa forma, geralmente as famílias compravam mais de um lote e, mesmo assim, os mais jovens acabavam tendo uma participação maior nas decisões da propriedade,

tornando o processo decisório diferente das gerações subsequentes. Quando os colonizadores vinham a falecer, ou ficavam incapacitados de “tocar” a propriedades, por doença ou velhice, cabia geralmente ao filho homem mais velho a tarefa de continuar o legado dos pais (BATISTELLA, 1969).

A relação de consumo das famílias rurais locais era reduzida basicamente à subsistência, produção para o autoconsumo, com a presença intensiva de trocas entre as famílias, como citado anteriormente. Poucos produtos de origem industrial ou semi-industrializados como sal e erva-mate eram adquiridos nos armazéns das próprias localidades do interior ou na sede da vila. Outros, como farinha de trigo e de milho, eram adquiridos na base da troca com os moinhos locais; os agricultores entregavam os grãos e recebiam em troca as farinhas. Não havia preocupação com segurança alimentar ou debates sobre alimentação saudável, uma vez que a realidade alimentar dos agricultores era basicamente composta pela sua própria produção, com origem conhecida.

Nesse contexto, Gazolla (2004) lembra que a produção para o autoconsumo, na época na região, tem um papel fundamental na reprodução social e segurança alimentar das famílias, mesmo sendo analisada com olhar incipiente. A pauta que permeia a segurança alimentar, neste sentido, condiz com o acesso permanente dos agricultores ao alimento, a qualidade nutricional e fornecimento, considerando a quantidade e necessidades de cada indivíduo (ABBADE, 2014). O autor enfatiza que a autoprodução é geradora de segurança alimentar pelo fato de os alimentos consumidos serem, geralmente, produzidos livres de agrotóxicos, ou seja, “superiores” aos da cidade, cuja procedência é desconhecida.

- Segundo período histórico (1960 a 1990):

Passada a primeira fase de colonização e formação do espaço rural de Frederico Westfalen/RS, vê-se no local, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o surgimento de instituições importantes, que marcaram e contribuíram para a estruturação de novas formas de pensar o desenvolvimento rural local. Além disso, o frigorífico Santo Antônio passou por importantes transformações e continuou sendo um empreendimento importante para o crescimento do agora município de Frederico Westfalen/RS. Com o intuito de relacionar o surgimento e a importância das instituições e dos empreendimentos mais significativos do período às transformações do rural local, eles serão retratados individualmente.

\* O Frigorífico Damo S/A

No ano de 1961, o frigorífico Santo Antonio foi adquirido por uma única família de empreendedores e sofreu nova alteração social, passando a atuar sob a denominação de Frigorífico Damo S/A (BATTISTELLA, 1969). A novidade dinamizou a produção de suínos na região e tornou a prática uma atividade rentável e segura para os agricultores, já que o frigorífico intensificou a produção, aumentando a demanda e, conseqüentemente, oferecendo aos criadores de suínos uma maior garantia de colocação dos animais criados. Com o crescimento, o foco do frigorífico passou para o mercado internacional.

Assim, além de oportunizar aos agricultores um maior contato com o dinheiro, fato que os habilitava a entrar no mercado de consumo, também os obrigou a investir em técnicas mais apuradas de criação de suínos, introduzindo uma alimentação diferenciada aos animais. Tal situação trouxe algumas conseqüências, pois as famílias teriam que gerenciar a propriedade de uma maneira diferente.

Estas e outras novidades locais, associadas a novas políticas globais, como a Revolução Verde e a modernização da agricultura que se iniciava, transformaram as relações dos pequenos agricultores com a terra. Para Moreira e Mello (2010), houve uma pressão muito grande para que os agricultores de Frederico Westphalen cedessem às novas tecnologias da agricultura moderna e deixassem de lado, não apenas as técnicas consideradas obsoletas pela nova conjuntura que se formava, mas também toda a sua cultura.

Era uma mudança radical no modo de pensar a agricultura. Com as novidades que se apresentavam, os agricultores deveriam ouvir mais as empresas agroindustriais, apropriar-se de técnicas e insumos desconhecidos e diferentes do legado da vida camponesa que haviam levado até então. As formas e técnicas de cultivo e comercialização de *commodities*, por exemplo, passavam por alterações consideráveis.

Com a ascensão da suinocultura, tem-se, a partir de 1960, o incremento de técnicas de criação modernas, com chiqueiros de madeira para confinamento e separação dos animais, que comumente eram criados soltos. Assim, poderiam receber alimentação de maneira controlada, por tempo de engorda, oportunizando ao agricultor um maior controle sobre a produção. Surgiram também as adaptações de raças, introdução de raças importadas, com mais carne e menos gordura, em menos tempo de engorda. Naturalmente essas novidades traziam consigo novos cuidados e investimentos (MORERA; MELLO, 2010), os quais partem da indústria, que por sua vez é regulada pelas exigências do mercado.

Segundo relatos de suinocultores e comerciantes de suínos da época, o frigorífico Damo S/A foi impulsionador do setor e da agricultura familiar como um todo, mas também deixou registros negativos. No final desse período histórico, mais precisamente no ano de 1989, os empresários, acionistas majoritários, não resistiram às investidas de uma das maiores empresas do setor de alimentos do mundo, a SADIA S/A, e venderam a planta, fato que alterou o cenário rural local novamente. Praticamente todas as propriedades rurais do município forneciam suínos para o abate no frigorífico e, antes mesmo da transferência de domínios do frigorífico, os agricultores já começavam a enfrentar dificuldades.

Os agricultores criavam os suínos da sua maneira; recebiam orientações de técnicos da EMATER, da Cooperativa e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), sobre raças e alimentação; sua relação com o frigorífico se resumia em ir até o escritório financeiro para receber pelos suínos comercializados. Toda a transação era feita por atravessadores, que compravam os suínos na propriedade, estipulando o preço, e entregavam no frigorífico, que por sua vez pagava diretamente aos agricultores, além de uma comissão aos atravessadores.

Até o final da década de 1990 não havia uma uniformidade de raças e métodos de criação e controle dos suínos. Aos poucos os agricultores foram sendo motivados a investir no setor, pelos resultados que a criação artesanal lhes proporcionava e pelo aumento da demanda. No entanto, os altos investimentos em estrutura física, alterações das técnicas de criação, utilização de ração de alto custo, associados à carência de assistência técnica e estratégias de gestão, passaram a inviabilizar e descapitalizar os agricultores, os quais com prejuízo, passaram a enfrentar problemas para quitar seus compromissos, gerando uma crise no meio rural local.

\* A Cooperativa Triticola de Frederico Westphalen (COTRIFRED)

Com o intuito econômico de receber e comercializar a produção de trigo de seus associados, no final da década de 1950 e início da década de 1960, um grupo de agricultores, plantadores de grãos, criou a Cooperativa Triticola de Frederico Westphalen, mais tarde nominada COTRIFRED. A cooperativa era mais um aliado do pequeno agricultor, amenizando os efeitos causados pelas dificuldades de adaptação à nova realidade agrícola global, causada pela Revolução Verde e pela modernização da agricultura. Além de dar suporte na armazenagem e na comercialização da produção, a instituição fornecia insumos e dava orientações de manejo aos agricultores familiares do município e região.

Com o passar dos anos, a COTRIFRED incrementou suas atividades e, além do trigo, passou a oferecer a seus associados rações e concentrados para a criação de animais, especialmente para a suinocultura. Também para a atividade leiteira, que se iniciava entre os agricultores. A cooperativa expandiu ainda mais suas atividades, passando a atuar nos ramos de supermercado, loja agropecuária e veterinária, além do recebimento de leite, sempre com o intuito de fortalecer a agricultura local e dar condições de trabalho aos agricultores para a manutenção das propriedades. Essas novidades estreitaram os laços econômicos e de confiança entre a cooperativa e seus cooperativados, o que alterou os hábitos de consumo das famílias, que passaram a confiar boa parte de sua produção à cooperativa, em troca de crédito que era gasto com produtos alimentícios no mercado e insumos nas outras lojas.

A área de atuação geográfica da COTRIFRED não demorou a ser expandida e seu nome foi fixado em outros municípios da região do Médio e Alto Uruguai, chegando a ter unidades de recebimento de grãos e leite, além de supermercados e lojas da agropecuária e veterinária em oito municípios da região. Nos anos 1980, a cooperativa firmou um importante convênio com o colégio Agrícola de Frederico Westphalen, mantido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), criando um posto de recebimento e resfriamento de leite nas dependências do colégio, o que fomentou a bacia leiteira do município. No período, a COTRIFRED integrou o grupo que criou a Central Gaúcha de Leite (CCGL), consolidando-se como uma grande incentivadora da atividade na região, fato que hoje se reflete na importância da produção do leite para o desenvolvimento rural e viabilidade econômica das pequenas propriedades.

\* A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)

Destaca-se também a implantação, no início da década de 1960, de um escritório municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS), sendo que mais tarde foi aberto, no município, um escritório regional da EMATER-ASCAR, dando suporte a agricultores de 42 municípios dos COREDES do Médio e Alto Uruguai e do Rio da Várzea. A EMATER, com seus técnicos e extensionistas, fixaram sua imagem como órgão de referência no desenvolvimento da agricultura familiar regional, organizando arranjos produtivos locais (APL), em áreas variadas da agricultura e da pecuária, dando ênfase ao processamento de produtos (agroindústrias). Esse incentivo oportunizou a muitas famílias novas fontes de renda e, conseqüentemente, estimulou o interesse sucessório nos jovens, o que também é uma preocupação da EMATER local.

\* O Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR)

Mais uma vez, com o apoio da igreja católica, é fundado no município de Frederico Westphalen, em 21 de março de 1964, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, regido basicamente pelo estatuto da Frente Agrária Gaúcha (FAG), órgão seguidor das doutrinas da igreja católica (DALLA NORA, 2002). Os agricultores familiares do município passaram a migrar da UNAC para o STR, que recebeu uma adesão maciça. Hoje a grande maioria dos agricultores do município é sindicalizada.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen levou às famílias do campo uma série de benefícios, que contribuíram para o processo de sucessão e manutenção das propriedades na época. Seu foco principal era na assistência previdenciária, médica, odontológica e jurídica. Mais tarde, passou a auxiliar os sindicalizados com assessoria técnica e de proteção às políticas agrícolas e altas dos juros agrícolas. Além disso, dispôs aos agricultores familiares um comércio de produtos agropecuários e veterinários com preços e informações diferenciadas. Assim, o STR tornou-se, ao longo dos anos, mantendo as mesmas características até hoje, um importante apoiador das causas rurais, especialmente voltadas às famílias dos agricultores do município.

\* A Escola Agrícola

Também no início desse período, deu-se início ao projeto de criação de uma escola agrícola, com a finalidade de formar os potenciais sucessores, filhos de agricultores, oportunizando-os formação adequada para desenvolver as atividades agrícolas, nas áreas de agropecuária e agroindústria. Viabilizada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a Escola Agrícola de Frederico Westphalen iniciou suas atividades no ano de 1966 e, inicialmente, passou a oferecer o ginásio agrícola e, posteriormente, cursos técnicos e tecnológicos, para jovens de ambos os sexos, em regime de externato, semi-internato e internato. (Arquivo Permanente da UFSM).

Para Piovesan (2002), a presença do Colégio Agrícola em Frederico Westphalen torna-se fundamental para os objetivos daqueles que desejavam ver o fim do sistema agrícola antigo, visto como ultrapassado e o surgimento das técnicas avançadas de produção rural na região. Desde então, a instituição de ensino tem passado por algumas transformações pedagógicas. Passou a oferecer cursos técnicos na área da informática, química de alimentos e superior, em nível tecnológico em sistemas de informações, sem nunca perder seu foco no desenvolvimento rural. Na atualidade, deixou de estar vinculada à UFSM e tornou-se uma

unidade do Instituto Federal Farroupilha (IFF). No entanto, para a comunidade local era e sempre será lembrada como a escola agrícola, que formou milhares de jovens agricultores, ao longo de sua história.

Percebem-se conexões interessantes nas relações da Escola Agrícola com a sucessão geracional e/ou continuidade e ascensão da agricultura familiar na região, no decorrer do tempo. Primeiramente porque nem todos os alunos que frequentavam a escola agrícola tinham relação com o meio rural. Não havia uma obrigatoriedade de ser filho de agricultor para concorrer a uma vaga na escola. As entradas eram disputadas por edital público e provas de conhecimento, assim, muitos alunos eram oriundos da cidade e buscavam o ensino da escola agrícola por entender que ali teriam uma oportunidade de formação mais intensiva e direcionada ao mercado de trabalho.

Outro fator, este comumente observado nos questionários aplicados para este estudo, diz respeito à formação técnica *versus* interesse em permanecer na pequena propriedade familiar. O colégio Agrícola de Frederico Westphalen tinha por finalidade formar técnicos agrícolas, uma formação bem específica e significativamente importante, especialmente durante esse período histórico. Entretanto, uma vez formados e detentores do título de técnico agrícola, os jovens tendiam a não retornar para a propriedade familiar e sim seguir carreira em instituições de fomento como a EMATER, Sindicatos Rurais, cooperativas etc, dando suporte aos agricultores como extensionistas e consultores.

#### \* A Feira do Produtor

Apoiado pelo poder público municipal e órgãos de fomento, um grupo de agricultores passou a organizar, no ano de 1978, uma feira de comercialização de produtos oriundos da agricultura local, que se tornaria permanente. A Feira do Produtor surgiu para oportunizar aos agricultores familiares uma nova alternativa de comercialização de sua produção, especialmente de excedentes e produtos de consumo periódico dos moradores da cidade. Inicialmente a feira ocorria semanalmente em uma rua central da cidade, onde os agricultores armavam suas tendas e dispunham seus produtos, sem muita ordem ou interatividade, ou seja, todos vendiam um pouco de tudo.

Com o passar do tempo, os agricultores foram se organizando e começaram a surgir as bancas específicas de determinados produtos, como panificação, derivados de uva e cana-de-açúcar, algum artesanato, hortifrutigranjeiros etc. A adesão dos moradores da cidade aos produtos oriundos da agricultura familiar foi crescendo e, tanto os agricultores como os

consumidores, órgãos de fomento e poder público sentiram a necessidade de estruturar a feira, com moldes mais profissionais, oferecendo melhores condições de higiene e segurança a compradores e vendedores.

Assim, no ano de 1994, foi inaugurado o espaço, onde ocorre a feira hoje. Um centro comercial no centro do município, com 25 *stands* de produtos variados e oriundos, especialmente de pequenas agroindústrias, fato que garante controle de qualidade e procedência dos produtos, uma vez que são fiscalizados pelo município, através de órgão competente. Segundo os gestores e expositores da feira, que continua ocorrendo semanalmente, sente-se a necessidade de ampliação do espaço físico, já que mais agricultores gostariam de expor seus produtos para a população, mas para que um novo feirante entre, outro deve sair. Não há, no entanto, expectativa que isso ocorra num futuro próximo.

Diante desses acontecimentos históricos importantes, que afetaram e contribuíram para o desenvolvimento rural de Frederico Westphalen/RS nesse segundo período histórico, tem-se na modernização da agricultura, especialmente na Revolução Verde, fatores que influenciaram diretamente a agricultura local, nas décadas de 1970 e 1980. Moreira e Mello (2010) lembram que a Revolução Verde passou a transformar o modelo agrário brasileiro, com a finalidade de aumentar os rendimentos agrícolas por meio de um processo de modernização das técnicas agrícolas. No entanto, tais medidas foram mais eficazes para os grandes produtores. A agricultura familiar, realidade local, acabou dependente e, em muitos casos, endividada pelo aumento no uso de insumos externos à propriedade.

Os 30 anos caracterizados nesse segundo período histórico da formação agrícola do município de Frederico Westphalen ficou marcado pelo surgimento de importantes órgãos que fomentaram o desenvolvimento rural local. Todas as instituições citadas no relato evoluíram juntamente com a economia do município e foram fundamentais para que os agricultores familiares assimilassem as mudanças advindas da Revolução Verde, modernização da agricultura e exigências do mercado.

No entanto, apesar de assessorada e incentivada pelas instituições supracitadas, a agricultura local sofreu forte impacto das novas técnicas de produção apresentadas e muitas famílias, de maneira integral, ou parcial, viram-se obrigadas a mudar seus rumos.

No período ocorreu uma diminuição significativa da população rural do município, como visto anteriormente. Esse fenômeno ocorreu devido à migração de pequenos agricultores para regiões agrícolas do centro oeste do país e para os centros urbanos, especialmente para a cidade de Frederico Westphalen e região metropolitana de Porto Alegre,

para trabalhar nas indústrias calçadistas. Para Schneider (1994), as notícias de "emprego à vontade" na indústria calçadista do Vale dos Sinos fizeram vir à região milhares de "trabalhadores migrantes" proletarizados. Esse grupo compõe-se de indivíduos evadidos do meio rural, das regiões de modernização agrícola do Rio Grande do Sul como o Alto Uruguai, cujas condições de sobrevivência, enquanto agricultores, foram solapadas pelo processo de modernização agrícola.

Em geral, são pessoas que possuem trajetórias pessoais e coletivas (famílias ou grupos sociais) com um traço comum a todos: a migração. Migram em várias direções: ora para áreas de fronteira agrícola do Norte do país, ora reivindicando terra e ocupando áreas na condição de "sem-terras" e, na maior parte das vezes, dirigindo-se à periferia dos centros urbanos e industriais como "proletários", como é o caso do Vale dos Sinos.

Em meio às mudanças ocasionadas, especialmente pela modernização da agricultura e, conseqüentemente pelo êxodo rural, percebe-se que, nesse período, a conduta sucessória adotada pelos agricultores familiares de Frederico Westphalen/RS tende a seguir um padrão. Como, no geral, as famílias eram numerosas, conforme os filhos fossem casando, os pais os auxiliavam na sua colocação. Geralmente os primeiros a casar se mantinham na agricultura, com uma parte da propriedade, dependendo da quantidade de terras das duas famílias (do noivo e da noiva) ou das condições financeiras dessas, para aquisição de terras. Geralmente era a família do homem que auxiliava na colocação. A família da mulher costuma ajudar mais quando não havia filho homem no seio familiar. O patriarca da família costumava destinar um pedaço da terra para que o filho formasse sua própria família.

Houve, na época, forte êxodo de força de trabalho rural jovem para as cidades da região ou região metropolitana. Dessa forma, a propriedade rural original, após passar por desmembramentos com o casamento dos primeiros filhos, era assumida, geralmente, pelos filhos solteiros, que permaneciam com os pais, ou, o filho mais novo acabava ficando para cuidar dos pais e, conseqüentemente, assumia as terras. Em boa parte das propriedades rurais familiares do município observa-se essa prática de sucessão. Por outro lado, vê-se que esse padrão sucessório se tornava mais presente entre os homens. Já nessa época, as mulheres tendiam a buscar formação em escolas urbanas e não voltavam para a propriedade, iniciando o processo de masculinização do campo. O período só não enfrentou os problemas de falta de sucessão, apontados nos dias atuais, de forma mais enfática, pelo elevado número de potenciais sucessores presentes nas propriedades.

Uma característica interessante do rural local, que é um retrato da colonização, é a formação de *clusters* familiares nas comunidades rurais de Frederico Westphalen. Na distribuição das terras, na colonização do município, no primeiro período histórico, os grupos étnicos vindos para formar a “nova colônia” foram se alocando em proximidade. Hoje, nas comunidades do interior é comum que boa parte das famílias tenha laços de parentesco e, em determinados locais, mais de 80% das famílias tem o mesmo sobrenome ou são da mesma etnia. Este fato acaba caracterizando e identificando pelos grupos familiares que nela residem.

Por fim, com relação à estrutura produtiva local, no segundo período histórico do município foco do estudo, predominava o cultivo de trigo, soja, milho, feijão e fumo, além de suínos. Também, a cadeia produtiva do leite passou a fazer parte do cenário, mesmo com intensidade tímida, se comparada ao presente. As propriedades que aderiram aos moldes da modernização já não produziam somente para subsistência, apesar das dificuldades em função da quantidade e qualidade das terras. Mesmo as famílias mais resistentes às inserções de técnicas modernas, buscam espaço no mercado local, especialmente por meio da feira do produtor e da diversificação da produção. A cultura de *commodities*, com formação de parcerias e integralizações na criação de animais, conduz o final do sistema colonial contemporâneo, que tem no êxodo rural sua principal marca negativa.

Com relação às práticas e segurança alimentar dos agricultores, vê-se no período uma mudança importante, ocasionada pela especialização das atividades rurais, que passaram a se voltar para o fornecimento de matéria-prima para a indústria (suinocultura) e para o cultivo de *commodities*, com a modernização tecnológica e a Revolução Verde. Essas alterações de práticas acabam por inserir de maneira mais incisiva, ao longo do período, os agricultores familiares em mercados de consumo cada vez mais urbanos, voltados a produtos industrializados. Isso gera, na região, segundo Sonnino et al. (2014), uma nova equação alimentar, com certa volatilidade, escassez e consequente aumento sistemático do preço de produtos básicos.

- Terceiro período histórico (1990 até a atualidade):

Nos últimos 25 anos, o município de Frederico Westphalen/RS passou por constantes alterações de cenários, tanto no meio rural como no centro urbano. Seguindo a tendência dos períodos históricos anteriores, percebe-se que o sistema agrário do município, no final dos anos 1980, sofre alterações significativas, tendo como mola propulsora dessas mudanças, especialmente, a suinocultura e o frigorífico local. Os agricultores que permaneceram na

suinocultura, ainda na época do frigorífico Damo S/A, necessitaram realizar adaptações e investimentos para atender as novas exigências da empresa e do mercado.

Segundo Ferigollo (2004), foi notória a participação do frigorífico no desenvolvimento regional. Por longos anos, Damo S/A liderou o abate de suínos no Estado. No ano de 1989, o Frigorífico Damo S/A foi adquirido pela SADIA S/A, que iniciou um novo ciclo na agricultura local, com a inserção dos preceitos de integralização entre a empresa e os criadores de suínos. Esse fato acabou alijando da integralização boa parte dos agricultores, que não se enquadravam nas normas da empresa, por falta de interesse ou de condições financeiras. Ao mesmo tempo, elevou agricultores a patamares de produção e renda satisfatórios, apesar dos altos investimentos, geralmente realizados com o uso de financiamentos bancários.

O processo produtivo inserido pela SADIA S/A acabou alterando significativamente o sistema agrário local, de um sistema com características mais coloniais para um sistema contemporâneo, com integralização e especialização de atividades. Isso exigiu das famílias uma nova postura e ações estratégicas para sua propriedade. Nos moldes produtivos citados anteriormente -segundo período histórico-, praticamente todas as famílias rurais do município tinham na suinocultura e no leite suas principais fontes de renda. Com a profissionalização da suinocultura, foram poucas as famílias que permaneceram na atividade e as que permaneceram investiram bastante para suprir a demanda do frigorífico, que passou a buscar suínos também em outras regiões do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Esse cenário fez com que muitas famílias, no início dos anos 1990, alterassem seus investimentos na propriedade. Houve um aumento na produção leiteira, que crescia e não exigia tanta infraestrutura, além de aumento da diversificação e da pluriatividade. Em outras palavras, muitos agricultores mantinham a propriedade para subsistência e poucos excedentes, vacas de leite, grãos e/ou fumo com baixa produção e inseriam-se no mercado de trabalho urbano, ou como mão de obra de outras propriedades rurais. Tal realidade esteve presente no rural de Frederico Westphalen/RS até o ano de 1996. Na época, as placas da SADIA S/A na entrada das propriedades era sinônimo de orgulho para as famílias; significava que aquela era uma propriedade organizada, que produzia suínos para a maior empresa da região.

No entanto, essa imagem começa a mudar e junto dela o futuro do rural local e regional. No final do ano de 1996, a SADIA S/A anuncia o fechamento da unidade de Frederico Westphalen, gerando um clima de incerteza e até desespero, tanto para os cerca de 1.000 funcionários como para os agricultores, parceiros integrados, que tinham na parceria

sua principal fonte de renda, para manter sua família e pagar os financiamentos contraídos para a adaptação e construção dos chiqueiros. Em um primeiro momento, houve uma desmotivação natural das famílias rurais. Muitos potenciais sucessores, que estavam na propriedade, deixaram a casa dos pais para tentar a vida nas cidades e em outras regiões agrícolas do país.

Após um tempo de estagnação do êxodo, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o rural de Frederico Westphalen sofreu com o enfraquecimento e a falta de motivos para que os potenciais sucessores permanecessem. Percebe-se na tabela 01, apresentado anteriormente, que o censo do IBGE de 1991 apontava que 40,80% da população do município vivia no campo; já no censo de 2000, o percentual caiu para 23,60%. A falta de perspectivas, especialmente das famílias que investiram na suinocultura e em seus derivados, também daquelas que indiretamente dependiam do frigorífico, ocasionou essa queda. Segundo Panno (2003), a situação naturalmente gerou grande desconforto para a administração pública, que passou a analisar alternativas para contornar a crise que se instalara no comércio e interior do município. Percebeu-se então que os incentivos à criação de agroindústrias menores, na cadeia de suínos e em outras, seria uma possibilidade com viabilidade.

Nesse período surgiram em Frederico Westphalen/RS uma série de pequenos empreendimentos rurais, dinamizando o meio rural por meio da inserção de novas culturas, como a fruticultura, cana de açúcar, hortifrutigranjeiros e pequenas empresas de embutidos de carne suína. A cadeia produtiva do leite passou a fazer parte, de maneira mais intensa, das famílias que permaneceram no campo. Também, a visão empreendedora dos agricultores locais colaborou para o surgimento de agroindústrias que hoje fazem parte do cenário regional e estadual. Assim, no final da década de 1990, um empreendimento do ramo avícola surgiu no município e alavancou o setor de maneira expressiva. Aproveitando-se de algumas estruturas da suinocultura, adaptando-as para a criação de aves, surgiu o abatedouro Piovesan.

No início das atividades eram poucos os criadores que, em forma de integralização, criavam as aves para o abate. Hoje o abatedouro tornou-se frigorífico e é um dos propulsores do desenvolvimento rural local, através da integralização com agricultores familiares. Com moldes de gestão profissional da atividade, uso de tecnologia, fábrica própria de ração e equipe de assessoramento técnico e veterinário, o Frigorífico Piovesan oportuniza aos seus parceiros integrados uma atividade permanente e constante, com uma importante fonte de renda e viabilização da propriedade.

Apesar das novas atividades propostas ao rural local, ainda havia o sentimento de perda em função do fechamento do frigorífico de suínos. Durante seis anos, foram muitas as tentativas de reabri-lo, sem sucesso. Então, em 2001, um grupo de empresários e investidores conseguiu retomar as negociações com a SADIA S/A para tentar reativar o empreendimento. Aflorou na comunidade, tanto urbana como rural, a esperança de contar novamente com a suinocultura como alternativa para o meio rural. No final de 2001, o sonho torna-se realidade e surge a Mabella Carnes Ltda, que, aos poucos, foi se restabelecendo as parcerias de integralização com as famílias rurais para a criação de suínos. No entanto, o cenário rural local já não era o mesmo, ocasionando dificuldades ao novo empreendimento, que foi obrigado a buscar matéria-prima em outras regiões e iniciar as atividades com capacidade produtiva aquém do esperado. Aos poucos as propriedades familiares foram se reestruturando, algumas famílias voltaram ao rural, outras retomaram as atividades na suinocultura, apesar da força jovem já ter diminuído bastante no meio.

Fechando a trajetória histórica do antigo frigorífico Santo Antônio, desde sua reabertura em 2001, a planta passou por algumas fusões. Em 2008, o grupo de empresários, proprietário da Mabella Carnes Ltda, vendeu a planta frigorífica para o grupo MARFRIG. Com a fusão da MARFRIG e SEARA, em 2010, o empreendimento passou a se chamar frigorífico Mabella Seara. Por fim, em 2013, o grupo Marfrig negociou a planta com a empresa JBS, a qual gerencia as ações do frigorífico na atualidade. Todas essas alterações de perfil do frigorífico, de certa forma acabaram afetando os agricultores, uma vez que, em cada mudança, novas exigências, regras e diretrizes eram tratadas. Esse fato, ao longo do período, inviabilizou a atividade para alguns agricultores, que mais uma vez abandonaram o setor, ou passaram a criar suínos para empreendimentos menores, do município e da região, como as agroindústrias de embutidos. A realidade que se vê hoje, entre os criadores integrados à JBS, é de investimentos mais complexos, com alta tecnologia e criadores com alto poder de produção.

Mesmo com as novas perspectivas e possibilidades de parcerias e integralizações nas cadeias do leite, frango e suínos, verificou-se no espaço rural de Frederico Westphalen, já afetado pelas crises e suas consequências, um enxugamento das propriedades economicamente ativas. Segundo o IBGE (2010), no ano de 2010, existiam no município de Frederico Westphalen 1.670 propriedades rurais, sendo na grande maioria pequenas propriedades, com até 17 hectares de terra. No momento, muitas destas propriedades detêm pouca atividade produtiva, ou seja, são utilizadas para moradia, lazer e/ou produção de

alimentos para subsistência. As produtivas comercialmente são aquelas que receberam investimento para adequarem-se às exigências dos parceiros integrados, associadas a outras culturas como fruticultura e um pouco de grãos ou as propriedades que foram sendo fundidas com outras, via aquisição de terras, tornando-se maiores, viabilizando a produção de grãos e fumo.

A tabela 02 foi elaborada a partir dos relatórios da Secretaria Municipal da Fazenda de Frederico Westphalen/RS, tendo o ano de 2014 como referência, considerando as notas do bloco de produtor rural, expedidas no período. A modernização cada vez mais presente nas propriedades, as técnicas produtivas, em todos os setores, associadas a outros fatores, pessoais, econômicos e culturais faz com que a presença de potenciais sucessores nas propriedades rurais também tenha uma queda constante, fato que será apurado na sequência do estudo.

**Tabela 2- Atividades desenvolvidas no meio rural de Frederico Westphalen/RS**

<b>Atividade Individual</b>	<b>Valor Monetário R\$</b>	<b>Representação sobre o total %</b>	<b>Atividade (Grupo)</b>	<b>Representação do Setor %</b>
Suínos	57.890.473,45	52,48	Integralização e Pecuária (leite e corte)	79,71
Aves	12.226.007,68	11,08		
Leite	11.577.929,01	10,50		
Bovinos	6.229.307,64	5,65	Grãos e Fumo	19,47
Soja	9.482.659,60	8,60		
Milho	6.404.585,27	5,81		
Fumo	4.057.673,08	3,68		
Trigo	825.306,16	0,75		
Feijão	700.674,52	0,63	Outros	0,82
Outros	911.127,02	0,82		
<b>Total:</b>	<b>R\$111.305.734,43</b>	<b>100</b>	<b>Total:</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa com base na arrecadação do município no ano de 2014.

É válido salientar que os números expressam a produção agrícola formal do município, ou seja, aquilo que foi produzido e comercializado com a formalização em nota. Com essa exposição é possível delinear uma representação palpável da realidade do rural local nos dias atuais. O município de Frederico Westphalen/RS, que tem na agricultura familiar uma força propulsora de desenvolvimento, encontra-se dependente de empresas agroindustriais para manter e desenvolver suas atividades no campo. A integralização, na suinocultura, setor leiteiro e avícola correspondem a mais de 70% da receita oriunda da agricultura familiar.

Esses números são significativos e devem ser considerados para se pensar as políticas públicas locais, pois um passado recente mostra que a dependência econômico-financeira de um setor, atrelado às empresas agroalimentares, por meio de parcerias de integralização, repercute de forma positiva, pela segurança e viabilidade de pensar a propriedade, a partir de uma oportunidade de mercado. No entanto, há os riscos próprios dessa dependência, como o eminente risco de estar à mercê de interesses puramente econômicos.

A nova realidade do rural do município trouxe significativas alterações também no consumo e disponibilização de produtos agroalimentares, cujo processo produtivo os caracteriza como mais saudáveis. Nesse período intensifica-se a prática de compra e consumo, por parte dos agricultores, de produtos industrializados, chegando ao ponto, segundo relatos próprios, de se comprar produtos básicos como feijão, banha de porco, açúcar mascavo, mandioca, ovos, entre outros, no supermercado, para a alimentação, mesmo tendo dúvida da qualidade dos produtos. Nesse sentido, Sonnino et al. (2014) citam a importância de desenvolver uma abordagem sistêmica e integrada para a segurança alimentar que calibra a procura e a oferta de alimentos saudáveis.

Para Vliet et al. (2015), os agricultores familiares são hoje importantes compradores de alimentos oriundos da indústria. Alguns desses alimentos são importados, o que gera aumento dos custos de comercialização e, até mesmo, restringe o acesso. Isso acaba influenciando na segurança alimentar dos agricultores familiares, que em muitos casos têm o consumo de subsistência restrito pela alteração das características produtivas de sua propriedade e da força de trabalho empregada nela para as atividades. Esse olhar é singular e pode-se voltar à produção de alimentos e às práticas de cultivo saudáveis, com procedência conhecida.

No entanto, apesar da realidade supracitada ter sido incorporada à realidade dos agricultores familiares, ao longo do tempo, no presente já se identifica um gradual retorno dessa preocupação com o consumo de produtos caracterizados como mais saudáveis produzidos com preceitos agro ecológicos, o que vem tornando a prática um nicho de mercado, tanto urbano quando rural. Veem-se famílias de agricultores familiares preocupados com a questão, com um olhar de consumo interno e até interessados em investir comercialmente no setor.

\* Frederico Westphalen/RS pólo regional de educação

Com uma população estimada, pelo IBGE, para 2015, de pouco mais de trinta mil habitantes, Frederico Westphalen/RS vê o número aumentar em função dos atrativos educacionais que o município detém. Esse fato o torna uma referência regional de ensino superior. O município conta com quatro universidades: uma particular (UNOPAR), uma comunitária (URI), uma estadual (UERGS) e uma federal (UFSM), além do Instituto Federal Farroupilha (IFF). Tais ofertas atraem jovens de todo o sul do Brasil. No que tange ao rural regional, especialmente três destas instituições trazem um fomento direto, ofertando cursos técnicos, tecnológicos, de graduação e de pós-graduação na área agrícola.

No ano de 1992, o município passa a receber novos olhares com o surgimento da Universidade Regional Integrada – URI, campus de Frederico Westphalen. A URI vem para alavancar a então faculdade (FESAU), que, desde os anos 1970, esteve presente na comunidade, oferecendo cursos superiores nas áreas de gestão e de educação. Com a ascensão dessa universidade comunitária, o município passa a receber estudantes de todas as partes do sul do Brasil, alguns fixando residência.

Na área rural, a URI proporcionou às famílias de agricultores familiares, do município e região, um Polo de Modernização Tecnológica, que auxilia, entre outras coisas, nas análises de solo, água e alimentos e de matérias-primas para agroindústrias. Também fomenta a piscicultura e fruticultura entre as famílias rurais. Além do Polo de Modernização Tecnológica, a URI/FW oferta o curso de tecnologia em Agropecuária, voltado ao público rural, além de cursos de pós-graduação na área e projetos de pesquisa e extensão.

Nas dependências do Polo de Modernização Tecnológica está inserida outra instituição fundamental para alavancar o desenvolvimento rural local, que tem um papel de protagonista na formação de jovens agricultores e na perspectiva sucessória. Trata-se da Casa Familiar Rural, uma escola de ensino médio, que tem como público alvo filhos de agricultores familiares. A Casa Familiar Rural tem uma metodologia pedagógica pautada pela pedagogia da alternância, ou seja, os alunos recebem conhecimentos na escola, em regime de internato, por uma ou duas semanas e retornam para a propriedade da família por mais uma ou duas semanas, com o intuito de aplicar lá aquilo que aprenderam.

Em 2006, fazendo parte do projeto do governo federal de expansão universitária, foi implantado no município de Frederico Westphalen um centro da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), chamado de Centro Superior Norte (CESNORS). Essa instituição chega à região com o intuito de construir conhecimentos na área agrícola e afins, com cursos de

graduação em Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal e, especialmente, Agronomia, além de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado em agronomia.

Por fim, no ano de 2015, o então Colégio Agrícola, vinculado à UFSM (citado anteriormente), passa a integrar a estrutura do Instituto Federal Farroupilha, como um novo *campus* de formação de profissionais, especialmente nas áreas rurais, de alimentos e de sistemas de informação. Dentre outros cursos, o que se destaca na instituição, antes mesmo de se tornar IFF, é o de técnico em agropecuária, formando profissionais para atuar em pequenas propriedades e/ou como técnicos de órgãos e empresas que prestam serviços às propriedades agropecuárias.

Todos esses acontecimentos influenciaram diretamente as decisões acerca de sucessão geracional nas propriedades rurais familiares de Frederico Westphalen, ao longo do terceiro período histórico. O rural de Frederico Westphalen passou por alterações que exigiram dos agricultores adaptações de sua estrutura, tanto em termos de atividades desenvolvidas, como em termos de investimentos em tecnologia, máquinas e implementos agrícolas. Essas adaptações permitiram que as atividades fossem executadas com menos exigência de mão de obra, fato que abriu a possibilidade de oportunizar à juventude rural tempo para formação. Muitos deixaram as propriedades ou dedicaram menos tempo a ela para estudar, aproveitando as alternativas que o município oferece. As consequências dessas oportunidades e suas relações com a sucessão geracional serão discutidas na sequência do estudo.

### 2.3 AGRICULTURA FAMILIAR E SUCESSÃO GERACIONAL

Embora o termo "agricultura familiar" seja comumente usado, tanto na literatura científica como no meio popular, não existe uma definição comum para caracterizar as explorações familiares em todo o mundo. Essas definições, muitas vezes, incluem dois critérios:

- a) a propriedade da terra, ou direitos de posse da terra ao longo de gerações;
- b) o uso de mão de obra familiar (VLIET, 2015).

São pautadas em decisões, tanto de posse e direito de uso da terra e, conseqüentemente, preparação de sucessores, quanto do uso de mão de obra familiar, que em detrimento das vantagens fundamentais atreladas a esse meio de produção, não pode ser excluída da caracterização.

De acordo com a lei número 11.326 de 24 de julho de 2006, decretada pela presidência da república do Brasil, considera-se agricultor familiar, aquele que não detenha, a qualquer título, área de terra superior a quatro módulos fiscais e utilize, predominantemente, mão de obra familiar nas atividades econômicas de seu estabelecimento. Esta definição será adotada na presente tese. Schneider (2003) complementa afirmando que para se definir agricultura familiar não se pode levar em consideração apenas as atividades econômicas associadas à produção agropecuária da família. Deve-se olhar o agricultor familiar sob uma ótica da pluriatividade, atividades externas executadas pelos membros da família, que não descaracteriza a agricultura familiar.

Para Errington e Gasson (1994), a centralidade das relações da família e o envolvimento direto do chefe da propriedade e de seus familiares, nas atividades diárias dela, caracterizam a propriedade como familiar, ao contrário de unidades não familiares, onde há uma separação entre propriedade, gestão e trabalho. Outros fatores como rentabilidade da propriedade e existência ou não de renda provenientes de atividades não agrícolas podem estar inseridos como fatores determinantes na definição de agricultura familiar.

Vliet et al. (2015) lembram que o ano de 2014 foi declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o ano Internacional da Agricultura Familiar e salientam a importância da agricultura familiar e o seu papel significativo na erradicação da fome e da pobreza, garantindo a segurança alimentar e nutricional do mundo, melhorando os meios de subsistência, a gestão de recursos naturais, além de proteger o meio ambiente e alcançar o desenvolvimento sustentável. Essas e outras considerações que atrelam importância significativa à agricultura familiar, no que tange à produção de alimentos, são vislumbradas em nível mundial e, sendo o Brasil um dos principais países do mundo em produção de alimentos, além de possuir presença significativa de agricultores familiares, especialmente pequenos, compondo seu meio rural, tem grande responsabilidade nessa discussão.

As atividades desenvolvidas pela agricultura familiar têm forte representatividade na geração de emprego e renda no meio rural brasileiro. De acordo com IBGE 2010, as atividades em pequenas propriedades no Brasil correspondem a 77% dos agricultores e gera mais de 12 milhões de empregos. Possuem apenas 20% de terras e são responsáveis por 30% da produção nacional. Os números mostram que a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento rural está alicerçada na capacidade de absorção de mão de obra e de geração de renda no campo, tornando-se um meio eficiente de redução do êxodo rural (BRIXIUS; AGUIAR; MORAES, 2006).

Wanderley (2009, p. 305) enfatiza que “as áreas onde a agricultura familiar é predominante, correspondem às situações de maior intensidade de vida social local. Essa contribuição é significativa e reflete em qualidade de vida e desenvolvimento rural”. No entanto, Vliet et al. (2015) salientam que, apesar da agricultura familiar ser percebida como essencial para sustentar a população mundial, a sua própria existência está supostamente sob ameaça.

Nesse sentido, percebe-se que a ameaça à existência da agricultura familiar torna-se uma realidade em algumas regiões, alterando seu cenário rural. O êxodo rural e, principalmente, o desinteresse dos potenciais sucessores em permanecer no meio é uma realidade preocupante. Os jovens do campo estão deixando as terras dos pais para tentarem a sorte na cidade, acarretando a superpopulação destas, com o intuito de estabelecerem-se nos estudos ou em outras atividades, muitas vezes incentivados pelos pais.

[...] cada vez mais, os pais põem seus filhos na escola, mesmo que tenham que deslocá-los para a cidade para continuarem estudando. Parece que não querem mais que seus filhos sejam também agricultores, e os jovens filhos dos agricultores tão pouco parecem pensar em ser agricultores no futuro (PIRAN, 2001, p.134).

Estudos desenvolvidos sob essa ótica apontam que dentre os aspectos responsáveis por essa realidade está a falta de perspectivas entre as pessoas de buscarem uma oportunidade melhor e prosperar com a terra, uma vez que os incentivos dados a sua permanência no meio rural, apesar de crescentes, ainda são pouco atrativos, perante as oportunidades oferecidas pelas áreas urbanas. Outro fator determinante, segundo Segatti e Hespanhol (2008), é o avanço da tecnologia na agropecuária e crescente dependência dos complexos agroindustriais, que exercem forte pressão sobre os pequenos agricultores, sendo necessária a ampliação de meios para fonte de renda, baseada na diversificação das atividades na propriedade (SEGATTI E HESPANHOL, 2008; BARBIERI; MAHONEY, 2009).

Dessa forma, a pressão provoca, especialmente nos mais jovens, o desejo de consolidar-se profissionalmente em ambientes que lhes proporcionem uma aproximação com aquilo que eles consideram e exaltam, como difusores de qualidade de vida e dignidade. Para Grubbström et al (2014), sabe-se que o futuro da agricultura está nas mãos das próximas gerações de agricultores, e uma questão chave para que se tenha a continuidade desse processo, é que os potenciais sucessores tenham condições de se relacionar e se adaptar aos processo de mudança em curso no setor agrícola. Ou seja, a agricultura deve ser considerada como uma alternativa profissional para a nova geração.

Considerando o pressuposto de que a agricultura familiar continua a ser, quase que exclusivamente, uma ocupação geracional, em que a transferência do controle da propriedade para a próxima geração é, sem dúvida, uma das fases mais críticas para o desenvolvimento do negócio, (LOBLEY, 2010), especialmente na pequena propriedade rural, os encaminhamentos sucessórios, dentro da própria família, tornam-se fundamentais para a continuidade da agricultura familiar.

A sucessão de uma propriedade rural ou negócio familiar é um processo formado por três componentes: a transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas do comando do negócio. São decisões bilaterais e muitas vezes conflituosas (ABRAMOVAY, 2001). Dentre os aspectos centrais desse processo, a transferência de posse tende ser o mais delicado, uma vez que geralmente envolve mais de um interessado direto e, a esses interessados (filhos), ainda se podem somar terceiras pessoas (cônjuges). Outro fator delicado é a retirada das gerações mais velhas do comando do negócio, a delegação de autoridade e de responsabilidade nesse processo pode não ser fácil, especialmente para o sucedido.

Dessa forma, a manutenção das atividades familiares nas pequenas propriedades, vai além do interesse dos proprietários e da adequação destes às tendências tecnológicas e comerciais, partindo da motivação e visualização de futuro de seus sucessores. Adachi (2006, p.199) lembra que o processo de sucessão “estará associado a duas disposições de vontade: o sucedido deve ceder sua posição e o sucessor deve assumir o novo posto”. Percebe-se que o caminho sucessório tem duas vias paralelas, de interesse e vontade mútuos.

A sucessão de atividades entre membros da família, parte da real intenção do sucedido de transferir as funções aos sucessores, segue na preparação destes e, culmina com o encaminhamento da sucessão, incluindo as novas gerações nos processos decisórios, gerenciais e cotidianos da propriedade (CASILLAS et al., 2007). O fato de que “[...] o sucessor ideal deve ser um indivíduo que contemple todas as habilidades necessárias para assumir um cargo importante parte de uma série de ações de responsabilidade compartilhada” (ADACHI, 2006, p. 204).

Por outro lado, a agricultura familiar tem uma particularidade forte, um sentimento de pertencimento que identifica as famílias com a comunidade onde vivem. Sabourin (2009) acredita que a identificação com o local é uma forte geradora de vínculos sociais e consiste em alternativa, presente em muitas unidades agrícolas familiares, de garantir sua existência social.

Há, nesse caso, um forte vínculo do agricultor com a comunidade, embasada em valores de sentimento de pertencimento, solidariedade e coletividade. Tais valores e sentimentos podem contribuir com a manutenção das famílias no campo, mantendo um desenvolvimento sucessível e constante. Para Spanevello (2008), são vários os motivos que podem levar os jovens a sair ou permanecer no campo: as mudanças nas relações entre pais e filhos, o afrouxamento do papel dos pais na decisão dos filhos, a maior circulação de jovens em espaços urbanos, condições produtivas favoráveis ou desfavoráveis dos agricultores, busca de autonomia financeira, lazer urbano e estudo. Os processos decisórios, de sucessores e sucedidos, carregam essas particularidades, que devem ser consideradas em uma análise do perfil decisório de cada família.

### **2.3.1 Perspectivas da sucessão geracional**

A problemática da sucessão geracional não é uma particularidade das propriedades agrícolas, apesar de apresentarem situações mais propensas para que se tenha falta de sucessores, especialmente as propriedades menores, com características familiares. A sucessão é tema preocupante também quando se fala em empresa familiar. Sucessão geracional consiste na substituição de titularidade de determinado direito, relacionada à passagem desse direito nas linhas geracionais familiares (CHEMIN e AHLERT, 2010). Faz parte do processo de formação de novos agricultores, ou de novas gerações de agricultores (ERRINGTON; GASSON, 1994). Estas substituições fazem-se comuns em empresas e na agricultura familiar ao longo da história.

Nesse sentido, os estudos científicos existentes que abordam o tema da sucessão geracional em organizações familiares e as perspectivas que direcionam essas empresas familiares à sucessão podem ser adaptados à realidade das pequenas propriedades familiares, principalmente, por adentrarem no processo decisório dessa perspectiva e considerar a importância e a necessidade de uma consistente análise dos fatores ambientais e holísticos que interferem nesse processo.

Seguindo a aproximação entre as realidades supracitadas, as perspectivas administrativas de Motta (2001), expostas a seguir, podem ser relacionadas à sucessão geracional, considerando que as pequenas propriedades rurais familiares também detêm preceitos de gestão e estrutura organizacional, mesmo que estas, muitas vezes, sejam incipientes:

- a) **Perspectiva Estratégica:** Na perspectiva estratégica, a propriedade rural é vista como um sistema aberto e inserido em um contexto social, econômico, político e antropológico, onde a análise deve priorizar as interfaces da propriedade com o mercado, com a comunidade onde ela está inserida, instituições governamentais, cooperativas, sindicatos etc, onde a tomada de decisão considera o fluxo de informações entre a propriedade e o seu ambiente;
- b) **perspectiva Estrutural:** Nessa perspectiva, a propriedade é vista como um sistema de autoridade e responsabilidade, ou seja, como um conjunto de normas a serem seguidas que estabelecem o campo de atuação de cada indivíduo, a concordância e a subordinação para cumprir funções definidas. A descentralização das decisões dentro da propriedade é fundamental, uma vez que motiva os mais jovens a tecerem seu próprio futuro dentro dela, além de possibilitar uma integração entre os saberes. A distribuição de tarefas, delegação de autoridade e responsabilidade e divisão justa dos resultados dentro de uma unidade produtiva familiar podem ser vistas como um guia rumo à sucessão;
- c) **perspectiva Tecnológica:** A adaptação da propriedade frente às mudanças tecnológicas compõe essa perspectiva. Quando se fala em tecnologia, defronta-se com um mundo aberto de possibilidades, não só nos sistemas de produção, mas também de qualidade de vida. Recursos tecnológicos, especialmente voltados à comunicação, têm entrado cada vez mais no espaço rural, realidade que até pouco tempo era exclusiva de centros urbanos;
- d) **perspectiva Política:** Nessa perspectiva, a propriedade é vista como parte de um sistema de poder onde indivíduos e grupos disputam por influência na tomada de decisões, com o intuito de maximizar seus interesses ou manter seus recursos. Por essa ótica, as influências de políticas públicas e consequências de ações em prol do desenvolvimento rural têm uma importância considerável. As pequenas propriedades rurais familiares que estiverem inseridas nesse contexto e utilizarem-se destas retóricas para seu

desenvolvimento econômico e social estarão propensas a uma utilização plena de seus recursos;

- e) perspectiva Cultural: Sob essa perspectiva, percebe-se a organização como um conjunto de valores, crenças e hábitos coletivos, caracterizando e singularizando a organização diante de outras. Essa visão vem ao encontro das orientações de valor de Gasson (1973). A análise cultural enfatiza a coletividade, referências históricas, o processo interno de socialização e fatores definidores das particularidades do comportamento da organização. Assim, o sentimento de pertencimento da pequena propriedade rural pode ser mais bem valorizado;
- f) perspectiva Humana: Nessa perspectiva priorizam-se as atitudes e comportamentos individuais e menos o coletivamente compartilhado. As relações humanas dentro de um estabelecimento familiar tendem a diminuir significativamente resistências prejudiciais às mudanças estratégicas, que em muitas situações são necessárias para que a propriedade se adapte ao ambiente, no qual está inserida. O diálogo, aceitação das diferenças etárias, decisões voltadas ao coletivo da estrutura familiar, perspectivas e interesses particulares condizentes com os coletivos, são particularmente fundamentais para que se tenha uma perspectiva sucessória dentro da unidade familiar.

Mota (2001), com suas perspectivas, direciona as atividades familiares por caminhos vistos como adequados. No entanto, deve-se considerar as limitações da racionalidade dos indivíduos, bem como suas habilidades de adaptação e demais fatores que podem interferir no rumo de suas decisões.

Ao abordar a perspectiva estratégica relacionada às decisões sobre investimentos na propriedade, tomadas pelos agricultores familiares de modo geral, Vliet *et al.* (2015) afirmam que a presença de um sucessor na família, acaba influenciando positivamente o interesse dos pais por investimentos financeiros mais complexos. Já agricultores sem sucessor, muitas vezes se aposentam e começam a reduzir gradualmente as atividades e o investimento na propriedade. Dessa forma, os autores salientam que os agricultores com sucessão tendem a investir na propriedade, aumentando sua rentabilidade econômica, em muitos casos, adquirindo terras de vizinhos sem sucessor. Essa prática de investimento acaba contribuindo

para que o interesse sucessório dos jovens, já vistos pelos pais como sucessores, aumente e a sucessão se confirme.

### 2.3.1.1 Estudos sobre sucessão na agricultura familiar

O tema “sucessão na agricultura familiar” tem sido pauta de discussões acadêmicas e governamentais. A preocupação com a continuidade das práticas agroalimentares e com as consequências que a falta de sucessão nas propriedades rurais pode acarretar tem originado importantes pesquisas, estudos, teses, dissertações e artigos que contemplam o tema, com diferentes abordagens teóricas e abrangências. Com o intuito de introduzir a presente proposta nessas produções, seguem exemplos de pesquisas e publicações, nacionais e internacionais sobre a sucessão na agricultura.

Em seu estudo, intitulado *Succession in the Family Farm Business*, Matt Lobley (2010) atribui à aposentadoria a imagem do espelho da sucessão. Segundo ele, uma propriedade rural com sucessor presente ou com perspectivas de sucessão está mais preparada e propensa a receber investimentos significativos. Isso porque as novas gerações estão preocupadas em buscar novos investimentos, e a geração anterior pensa na aposentadoria com mais tranquilidade e mais segurança de continuidade de seu trabalho.

O pesquisador, na sua publicação, faz um apanhado comparativo de estudos de pesquisadores acerca da sucessão na agricultura e a aposentadoria em diversos países, entre os anos de 1991 e 2009. O cenário observado, segundo Lobley (2010), é motivo de preocupação internacional. As pesquisas trazem informações interessantes. Segundo os estudos, existem fortes relações entre a idade do sucedido com a perspectiva de sucessão. Conforme o agricultor vai envelhecendo, sua preocupação em deixar um sucessor aumenta. Entre os agricultores com até 45 anos de idade, 90% acham cedo pensar em sucessão. Já entre os agricultores com mais de 60 anos, 60% dizem já ter garantido um sucessor e apenas 14,6% acham cedo pensar no assunto. Outro número animador é que, em média, 5% dos agricultores que participaram dos estudos pretendem deixar a propriedade em um futuro próximo sem sucessor.

No entanto, as pesquisas apontam para um problema maior, que é a gradual falta de interesse sucessório. A indicação de um sucessor é apenas o ponto de partida no processo de transferência do negócio entre as gerações. O problema está em como o sucessor está sendo incorporado na tomada de decisões dentro da propriedade. Como está sendo preparado para

tal, como é instituído o grau de autonomia, liderança, delegação de autoridade e de responsabilidade, bem como a preparação do sucessor com relação à gestão dos negócios da propriedade. Esses fatores são fundamentais e têm fortes implicações na capacidade de gerir a propriedade de maneira eficaz. Ou seja, não basta ter perspectiva e indicação de sucessor, é preciso deixá-lo apto para a continuidade da propriedade.

Outro estudo direcionado à sucessão foi a tese de doutorado da professora Rosani M. Spanevello (2008), que retratou a realidade e a dinâmica da sucessão na agricultura familiar, tendo como foco empírico do estudo a região da quarta colônia de migração italiana do Rio Grande do Sul, mais precisamente os municípios de Pinhal Grande e Dona Francisca. Spanevello (2008) atribui a realidade de migração dos jovens do rural para o urbano, especialmente devido aos atrativos urbanos, modernização tecnológica e inviabilidade de manutenção de mais de um filho na propriedade. A mensuração das consequências da falta de sucessor é uma abordagem importante da tese, uma vez que traz implicações sobre a continuidade das relações sociais existentes entre os agricultores familiares e a manutenção da própria infraestrutura comunitária local.

O estudo de Spanevello (2008), que teve como componentes empíricos dois grupos de agricultores -com sucessão e sem sucessão-, apontou as diferenças entre as condições econômicas, produtivas e sociais que favorecem ou desfavorecem a sucessão e transmissão de patrimônio. Resultados preliminares apontaram com clareza que os agricultores com melhores condições econômicas e sociais demonstraram maiores possibilidades de encontrar um sucessor entre os filhos. Já a transmissão do patrimônio, depende do destino do estabelecimento a ser dado pelos pais, sendo que os arranjos relativos à partilha e compensação de filhos e filhas são variáveis entre os agricultores pesquisados (SPANEVELLO, 2008).

Para os agricultores, são inúmeros os motivos que podem levar os potenciais sucessores a ficar ou sair do meio rural e na agricultura: as mudanças de relações entre pais e filhos; o afrouxamento do papel dos pais sobre a decisão do destino dos filhos; a maior circulação dos jovens nos espaços urbanos; as condições produtivas desfavoráveis dos estabelecimentos; a busca por autonomia financeira e prosseguimento dos estudos, bem como sua preferência pelo lazer urbano. Entre as consequências do desinteresse sucessório dos jovens, Spanevello (2008) cita a redução das características agrícolas dos municípios, especialmente da agricultura familiar; a dinâmica do tecido social das comunidades com o

aumento do número de pessoas idosas, diminuição do número de potenciais sucessores e masculinização.

Na pesquisa de Spanevello (2008), os agricultores que se autodefiniram como sem sucessão, veem a agricultura como uma ocupação desfavorável, ruim e sem futuro, por isso estimulam os filhos a seguir outra ocupação e o estudo. Nesses casos, o gênero também é fator determinante para a falta de sucessores. Famílias com maioria ou composta somente por filhas restringe ainda mais a possibilidade de sucessão. Também, a divisão do trabalho na propriedade por sexo é outro fator relevante, já que os pais, geralmente, atribuem às mulheres as tarefas domésticas e não produtivas, acarretando desinteresse. De maneira geral, a falta de autonomia ou reconhecimento da capacidade dos filhos de dirigir e tomar decisões, nas atividades agrícolas e administrativas da propriedade, torna-se um fator estimulador da saída dos mesmos.

Por outro lado, entre os agricultores com sucessão, são observadas maiores inserções aos mercados agrícolas, com potencial produtivo -técnico e mecânico-, rendas agrícolas mais abrangentes, organização administrativa e produtiva, participação em organizações de agricultores e capacidade de investimento consideráveis. São agricultores que conseguem gerir o potencial produtivo de forma externa, capitalizando recursos, mas também de forma interna, já que possuem recursos próprios para investir na diversificação produtiva e melhoria da infraestrutura de seus estabelecimentos.

Em um estudo coordenado por pesquisadores norte americanos vinculados ao serviço de pesquisas econômicas do Departamento de Agricultura dos EUA, as abordagens são dirigidas às discussões da sucessão familiar e não familiar e a elaboração de planos de sucessão. El-Osta; Jonhson; Mishra (2004) tomam posse de uma coletânea de casos e teorias acerca da sucessão na agricultura familiar para compor seu texto. Entre os principais resultados dessas análises, percebe-se que para que se tenha interesse sucessório na família, a consideração de atributos simbólicos, de pertencimento, local de residência e vida produtiva contínua tem sido mais importante que a maximização do lucro na propriedade. Além disso, reiteram que sucessão e aposentadoria estão interligadas.

Os pesquisadores chegam à conclusão de que ter um plano de sucessão é importante para que isso aconteça dentro da família, e a educação e nível de escolaridade do chefe da propriedade é fundamental para que esse plano seja formalizado e colocado em prática. Pais com mais escolaridade tendem a se envolver mais com o negócio e com um plano de sucessão

(EL-OSTA; JOHNSON; MISHRA, 2004). Ou seja, quanto mais escolaridade maior as possibilidades de se ter um sucessor, membro da família, preparado para assumir os negócios.

Além disso, o estudo diz que entre as propriedades com maior lucratividade, mecanização e preceitos de gestão profissional, há uma maior propensão à sucessão não familiar. Reiteram que propriedades com rendimentos anuais superiores a U\$250.000,00 têm mais probabilidade de sucessão não familiar entre as fazendas sem planos de sucessão (EL-OSTA; JOHNSON; MISHRA, 2004). Outro fator que influencia é o tamanho das propriedades e sua realidade financeira (de endividamento). Em outras palavras, fazendas maiores são mais propensas à sucessão, assim como as propriedades com maior grau de endividamento direcionado ao cultivo da área tendem à sucessão familiar.

Apesar de apontar a importância de um planejamento sucessório, que é parte do desenvolvimento de um plano de negócios completo para as operações de uma propriedade rural, El-osta; Johnson; Mishra (2004), dizem que apenas 25% das propriedades familiares rurais americanas têm desenvolvido planos de sucessão. No entanto, dentre as que desenvolvem, as expectativas de continuidade das atividades são animadoras, já que 90% das propriedades com plano de sucessão formalizado têm um sucessor conhecido, que está sendo preparado para continuar com as práticas.

Em um estudo do departamento de socioeconomia de Ettenhausen na Suíça, Stefan Mann propõe um modelo teórico para analisar a sucessão familiar em propriedades rurais, no qual as variáveis de identidade relacionadas, tais como preferências para trabalhar de forma autônoma ou com animais, influenciam a escolha profissional dos jovens do campo, no início do processo sucessório. Por outro lado, fatores infraestruturais e ambientais, tais como o tamanho da propriedade, localização e as perspectivas de ganho de renda têm maior importância durante os últimos estágios de sucessão. Para compor a amostra do estudo, Mann (2006) pesquisou potenciais sucessores de propriedades rurais da Suíça, com idade entre 14 e 34 anos.

A caminhada para se tornar sucessor de uma propriedade rural familiar é distinta para homens e mulheres. Para os homens que se preparam para isso, a sucessão é natural e tem como objetivo continuar a tradição familiar. Já para as mulheres, quando assumem o interesse sucessório, é por duas razões: o matrimônio com um cônjuge que tenha interesse nos negócios agrícolas da família ou, de maneira mais incisiva, a decisão parte do perfil da mulher, de sua identidade no momento da escolha profissional e de seu futuro. Já ambos os gêneros concordam que o outro fator que os leva à sucessão é a possibilidade de trabalhar com os pais

(MANN, 2006). Como se vê, a importância da escolha ocupacional não pode ser subestimada num processo sucessório.

O pesquisador chega à conclusão, em seu estudo, que a escolha profissional por permanecer na agricultura é diretamente influenciada por circunstâncias econômicas e ambientais, especialmente das diretrizes seguidas pela agricultura no momento da escolha. O ponto alto do estudo está na indicação de ciclos de escolhas: o primeiro ciclo condiz com as influências da idade; o segundo com as influências de gênero.

Com relação à idade, Mann (2006) afirma que a partir dos 14 anos de idade formam-se habilidades suficientes para que o indivíduo tome decisões profissionais, com escolhas pessoais internas, justamente na idade em que o interesse ou não pela propriedade começa a desabrochar. No entanto, nesta fase, as influências familiares ainda são muito presentes. Nota-se que, conforme adquirem experiência, os potenciais sucessores acabam percebendo os potenciais econômicos da propriedade e estipulam um parâmetro comparativo com outras possibilidades, urbanas por exemplo. Essa análise de custo x benefício, acompanha o jovem por todo processo de sucessão, do começo ao fim, e é condicionante para o resultado final de sua decisão. Já as atividades ao ar livre e com animais são os fatores que mais motivam os adolescentes a se manterem no campo.

Já no segundo ciclo de escolhas, de gênero, Mann (2006) aponta como resultados de seu estudo que, na maioria dos casos, em que mulheres entram nos negócios agrícolas, o fazem por casar com um agricultor. O autor reitera as dificuldades de coletar informações acerca do universo feminino na agricultura, uma vez que as mulheres se sentem menos propensas a responder a um questionário sobre algo de pouca relevância para elas. Isso demonstra a tendência de masculinização do campo e a escassez de propriedades sucedidas por mulheres. Também, ocorre pelo fato de os pais demonstrarem comportamentos diferentes sobre as atividades de mulheres e homens na agricultura, atribuindo mais responsabilidades e tarefas aos filhos do que às filhas.

Esta realidade se comprova com os números da pesquisa, que mostram que os filhos homens demonstram mais interesse por trator, pela terra, plantio e colheita do que as mulheres, que preferem cuidar da casa, da limpeza, a não ser que as atividades da propriedade sejam dirigidas ao leite. Nesse caso, as mulheres adquirem um papel de protagonistas. Por fim, outros apontamentos chamam a atenção, por exemplo, em famílias numerosas percebe-se menos pressão para se ter um sucessor. Também, quanto maior é o nível de escolaridade dos potenciais filhos, menores são as possibilidades de se encontrar um sucessor entre eles.

Diante das experiências supracitadas, percebe-se que a sucessão geracional dentro da agricultura é um tema emergente, que tem atraído olhares do mundo todo. No entanto, analisar essa problemática com a lupa da teoria da decisão e de sistemas traz um olhar diferenciado ao tema. Identificar os valores pessoais que levam a tais decisões, bem como associá-las aos componentes sistêmicos que permeiam os atores pode trazer resultados que corroborem ou desmistifiquem aquilo que é apresentado e conhecido.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

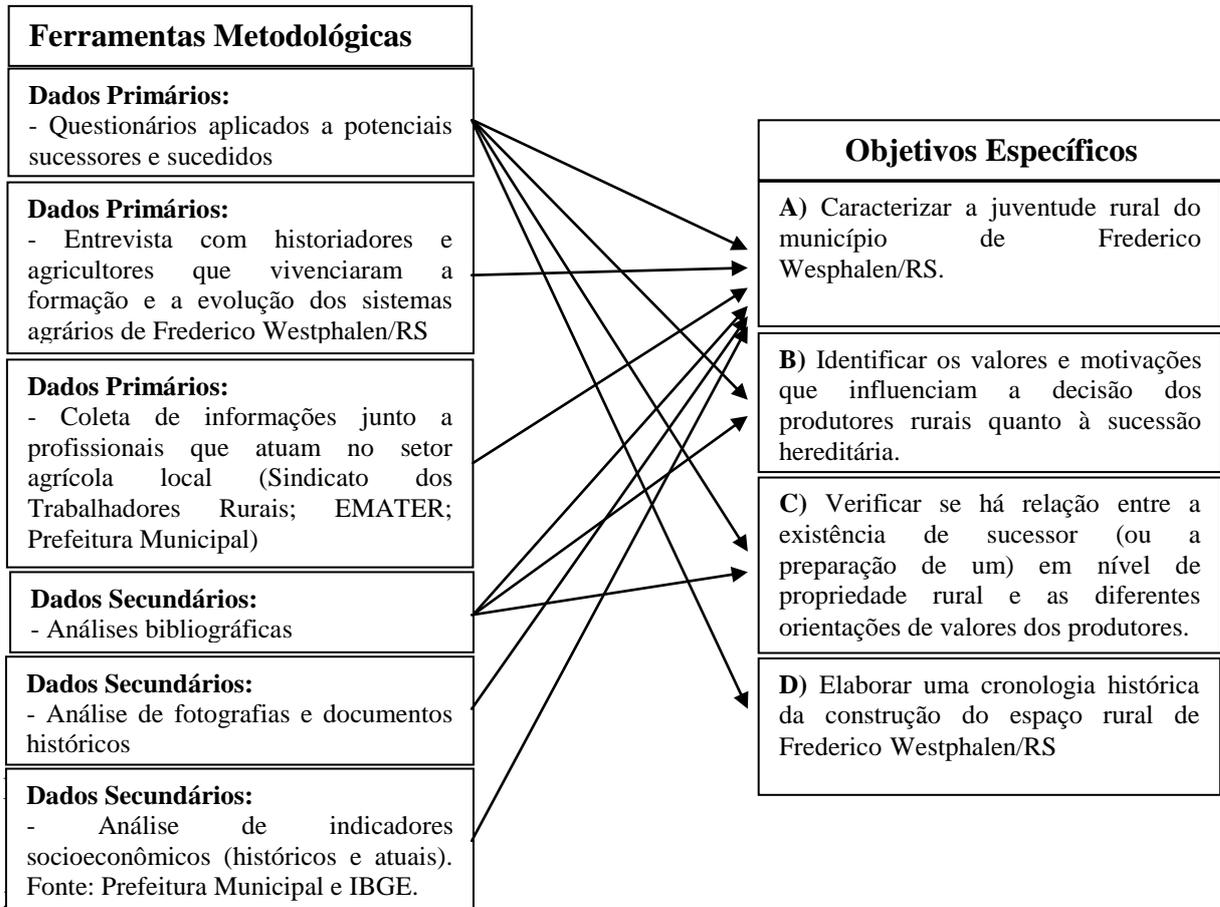
A escolha do método em um estudo científico e investigativo representa a sustentação da credibilidade e cientificidade do que se é apresentado. Segundo Targino e Garcia (2005), há séculos a pesquisa influencia a humanidade, rompe fronteiras e convicções, modifica hábitos, gera leis, provoca acontecimentos e, mais do que tudo, amplia, de forma contínua, as fronteiras do conhecimento. Essa certeza responsabiliza o pesquisador a buscar de forma incansável aquilo que o instiga, aproveitando-se de técnicas consagradas e eficientes para chegar às respostas de suas indagações.

O presente estudo, que parte da busca sistemática da solução de um problema ainda não resolvido, com o intuito de gerar conhecimentos úteis para a solução desse problema (BOAVENTURA, 2004), tem um caráter investigativo e analítico, uma vez que busca respostas para situações adversas, como a constante diminuição de perspectivas e interesse sucessório para a agricultura familiar e envelhecimento e masculinização do trabalhador rural. Para tal, apresenta uma região de estudos empíricos predefinidos e delimitados para que sejam investigadas similaridades ou dissonâncias, nas decisões dos atores com relação às teorias propostas.

Para contemplar e atingir os objetivos propostos nessa investigação foram elencadas ferramentas e propostas metodológicas. O plano de coleta de dados, por seu caráter investigativo e analítico, propõe a utilização de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados basicamente por meio de um questionário *Survey* e através de entrevistas com profissionais, conhecedores da realidade atual e passada do município, além de historiadores e agricultores idosos, que vivenciaram as passagens históricas e conhecem como se deram as transformações dos sistemas agrários, desde a colonização até os dias atuais.

Os dados secundários foram organizados a fim de elucidar o desconhecido que tem relação com a temática. Com a análise de fotografias e documentos históricos, livros que retratam a história agrícola, especialmente do Rio Grande do Sul e da região do Médio e Alto Uruguai, foi possível visualizar as alterações de cenários agrícolas ocorridos ao longo do tempo, na região do estudo. Também foram analisados indicadores socioeconômicos, com o auxílio especialmente dos censos estatísticos do IBGE, em diferentes passagens históricas, além das informações disponíveis em órgãos rurais locais. Assim, a figura 08 condensa as principais abordagens metodológicas e as vincula aos respectivos objetivos específicos.

**Figura 8 - Proposta metodológica para operacionalização dos objetivos do estudo**



Uma pesquisa científica pode ser classificada com base em seus objetivos. No estudo em questão, tem-se uma estrutura exploratória, descritiva e explicativa, fornecendo critérios para situações problema e expondo as características de determinada população ou determinado fenômeno, na observação e análise desses problemas (GIL, 2004; MALHOTRA 2001; VERGARA, 1997).

O caráter exploratório do presente estudo consiste na necessidade de proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com o problema em questão, procurando torná-lo mais claro e explícito. É uma abordagem usada em casos nos quais se faz necessário definir o problema com maior precisão, identificar cursos relevantes de ação e obter dados adicionais antes que se possa desenvolver ou incorporar uma teoria (MALHOTRA, 2001). A pesquisa exploratória tem como principal característica a flexibilidade e versatilidade com respeito aos métodos, isso porque não são empregados protocolos e procedimentos formais de pesquisa.

O pesquisador pode planejar um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários, que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja e compará-los com as teorias pertinentes (TRIVIÑOS, 1987). No presente estudo,

o caráter exploratório está inserido na contextualização da coleta de dados, com a aplicação de questionários -apêndices 1 e 2- junto aos atores do processo de sucessão geracional. Propõe-se ainda que sejam utilizados dados quantitativos e qualitativos para compor sua amostra.

A abordagem qualitativa aponta para concepções significativas, que podem ser interpretadas e operacionalizadas na organização, em virtude da seletividade das informações coletadas. De acordo com Triviños (1987, p. 131), “na pesquisa qualitativa, de maneira geral, segue-se a mesma rota ao realizar uma investigação”. Ou seja, escolhe-se o assunto ou problema e, em seguida, faz-se uma coleta e análise das informações, as quais geralmente são seletas e não generalizadas, são pontuais e dirigidas aos interesses do pesquisador. Considerando a pontualidade do tema proposto, sua significância econômica e social, a análise de dados qualitativos, observados em estudos similares, aplicados em realidades globais, associados às contribuições do arcabouço teórico proposto, qualifica cientificamente a construção da tese.

Já a abordagem quantitativa atua “em níveis de realidade, onde os dados se apresentam aos sentidos” (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247), com uma quantidade de informações que possibilitam a certificação, aplicabilidade e veracidade dos dados coletados e interpretados. A quantificação também passa a ser um aspecto importante no composto final da pesquisa, uma vez que demonstra, a partir de uma amostra representativa do todo, as projeções percentuais e numéricas do público analisado, comprovando as considerações qualitativas de maneira mais explícita e palpável.

O método quantitativo caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento, apresentação e interpretação das informações. Os dados são tratados com o auxílio de técnicas estatísticas simples, como percentuais e médias, ou mais complexas, como análise de regressão, correlação etc (RICHARDSON, 1999). No presente estudo, pelo fato de contar com uma população relativamente pequena, que originou uma amostra igualmente pequena -50 agricultores familiares-, optou-se pela utilização de métodos estatísticos simples, os quais são apresentados nos quadros e tabelas que compõe os resultados, basicamente, por meio dos percentuais das respostas dos atores e, em alguns casos, as médias das respostas.

A análise se caracteriza como descritiva por identificar as características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2004), associando-a as teorias. No presente estudo, os atores que serviram como suportes empíricos são agricultores familiares, de Frederico Westphalen/RS. Também, essa pesquisa tem caráter explicativo por objetivar e

identificar os fatores que interferem ou condicionam a ocorrência dos fenômenos (BOAVENTURA, 2004), criando situações que possam auxiliar de maneira sistemática na construção de pareceres críticos sobre o principal objetivo do estudo.

O estudo está enraizado na realidade atual da agricultura familiar, sua importância para o desenvolvimento rural de regiões onde predominam as pequenas propriedades com força de trabalho familiar. O olhar da teoria da decisão traz os fatores que condicionam as ações dos atores diante desse cenário, especialmente em termos de sucessão geracional. Para contrapor à teoria, a realidade do município de Frederico Westphalen/RS foi vislumbrada, aproveitando a principal característica de sua ruralidade: a predominância de pequenas propriedades familiares e a discrepância observada na maneira como essas propriedades estão sendo desenvolvidas, pensando numa continuidade futura.

### 3.1 DELIMITAÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA PARA COLETA DOS DADOS EMPÍRICOS

Considerando a contemporaneidade e a importância do tema proposto no presente estudo, a delimitação dos atores que compõem a amostra do mesmo tem um papel crucial na construção científica de respostas para a problemática e objetivos propostos. A figura 09 identifica o município de Frederico Westphalen/RS como espaço geográfico e demográfico para a amostra, por apresentar características significativas e diretamente relacionadas ao escopo da presente proposta. Trata-se de um município considerado pequeno em termos populacionais e geográficos, mas com grande importância econômica, social e educacional para uma das regiões mais enfraquecidas, economicamente, do estado do Rio grande do Sul (CHIARINI, 2008).

**Figura 9 - Localização geográfica do município de Frederico Westphalen/RS**



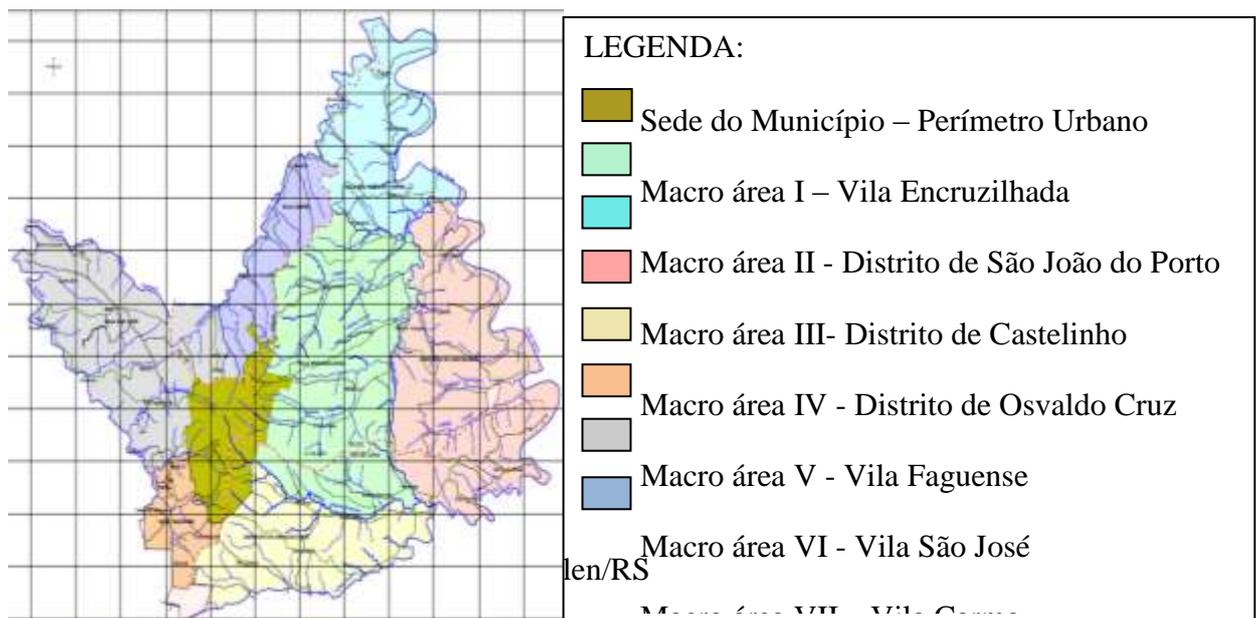
Fonte: Dados da pesquisa com base em mapas do IBGE, CODEMAU e URI.

O município de Frederico Westphalen está localizado na Mesorregião Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. É sede, o maior e mais significativo município do COREDE CODEMAU -Conselho Regional de Desenvolvimento do Médio e Alto Uruguai- do RS. De acordo com o IBGE (2010), o último censo do município apontou uma população total de 28.843 habitantes, no ano de 2010. Dentre essa população, cerca 80% residem no meio urbano e 20% no meio rural, sendo que o tamanho médio das propriedades é de 17 hectares.

### 3.2 SELEÇÃO DA AMOSTRA

Para compor a amostra do presente estudo, que segundo Levin (1987) é formada por pequeno grupo de indivíduos retirados da população, buscou-se identificar entre as propriedades rurais do município quais contavam com a presença de potenciais sucessores. Para isso, entendeu-se como “potencial sucessor”, o indivíduo, independente do sexo, masculino ou feminino, com mais de 15 anos de idade e que estivesse residindo na propriedade rural, em tempo parcial ou integral; potenciais sucessores que não se desvincularam totalmente da propriedade e que não tenham recebido parcela de terra para si. A definição da quantidade de questionários aplicados em cada localidade do município obedeceu à divisão formal da área rural local por macroáreas (FIGURA 10), sendo esses em números proporcionais à quantidade de propriedades em cada macroárea.

**Figura 10 - Macroáreas rurais de Frederico Westphalen/RS**



Número de questionários aplicados em cada Macroárea:

- Vila Encruzilhada = 8 entrevistados
- Distrito de São João do Porto = 4 entrevistados
- Distrito de Castelinho = 9 entrevistados
- Distrito de Osvaldo Cruz = 7 entrevistados
- Vila Faguense = 5 entrevistados
- Vila São José = 10 entrevistados
- Vila Carmo = 7 entrevistados

Para compor a amostra dos potenciais sucessores, não foram consideradas suas características e condições de estudo; alguns tiveram oportunidade de estudar em níveis mais elevados, outros tiveram oportunidade de frequentar escolas voltadas para as práticas agrícolas e outros não. Essa particularidade também foi interpretada e mostrou-se importante para a estrutura decisória desses potenciais sucessores.

De acordo com Levin (1987), a seguinte fórmula é capaz de apontar, de forma simples, a quantidade de elementos que são necessários para que as informações levantadas sejam relevantes e confiáveis, considerando a margem de erro amostral predeterminada:

Fórmula para o cálculo do tamanho da amostra:

$$N_0 = 1/E_0^2$$

$$n = (N \cdot N_0) / (N + N_0)$$

Sendo que:

n= tamanho da amostra

N= Tamanho da população

N<sub>0</sub>= primeira aproximação do tamanho da amostra

E<sub>0</sub>= erro amostral tolerável

A quantidade de propriedades rurais familiares de Frederico Westphalen, com potenciais sucessores, pode ser estimada, mas não precisamente definida. Para se chegar a um número aproximado dessa população, foram considerados os números do último censo disponível (IBGE, 2010), que apontam uma população total de 1.064 famílias com mais de dois membros. Dessas famílias, mesmo sendo compostas por três ou mais pessoas, muitas não contam com potenciais sucessores; têm apenas filhos menores de 15 anos e outras são

compostas por idosos ou são propriedades utilizadas exclusivamente como residência, portanto sem produção ou práticas agrícolas.

De posse desse número, foram analisados estudos preliminares, de instituições ligadas ao meio rural, que apontam que cerca de 40% da população tem potenciais sucessores dentro das características preestabelecidas (426 propriedades). Esse levantamento teve o subsídio da Secretaria de Agricultura do município, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da EMATER, com profissionais que conhecem profundamente a realidade rural local, bem como a formação familiar desses agricultores, e confirmaram a estimativa de presença de potenciais sucessores nas propriedades. Diante das projeções de população e, considerando um nível de confiabilidade de 86%, chegou-se ao tamanho mínimo da amostra:

$$N_0 = 1/0,14^2$$

$$N_0 = 51,02$$

$$n = (426 \cdot 51,02) / (426 + 51,02)$$

$$n = (21.734,52) / (477,02)$$

$$n = 45,56$$

Examinando a amostra mínima e, com o intuito de alocar uma margem maior a esta população, foram aplicados 50 questionários aos sucedidos e 50 aos potenciais sucessores. Nas propriedades com mais de um potencial sucessor, o sucedido indicou um dos filhos para que compusesse a amostra.

Para tal, a escolha das famílias que compuseram a amostra teve caráter não probabilístico, sendo determinadas por indicação dos técnicos agrícolas da unidade da EMATER local e técnicos da prefeitura, que atendem a Secretaria Municipal da Agricultura, por conhecerem bem as famílias e, conseqüentemente, apontando aquelas com os predicados e características necessárias para representar a população, sempre em número maior que a quantidade estabelecida de propriedades em cada macroárea.

Além das características já mencionadas, considerou-se também a heterogeneidade de localização geográfica, de condições econômicas e financeiras e de infraestrutura das propriedades, para que a amostra fosse o mais fidedigna possível. Na chegada à propriedade, procurou-se o chefe para aplicar o questionário ao sucedido, pai ou mãe e solicitou-se que este indicasse a possibilidade de entrevistar um potencial sucessor. Com um indicativo positivo de

possibilidade de entrevistar um potencial sucessor, aplicou-se o questionário ao sucedido e posteriormente ao sucessor indicado.

### 3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A coleta de dados, “... etapa da pesquisa onde se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas” (MARCONI; LAKATOS 1999, p. 34), antecede a transformação desses em informações, considerando os valores e motivações dos agricultores familiares, atores empíricos do estudo, acerca de sucessão geracional, além das influências ambientais, sistêmicas, protagonistas do processo de decisão. Para a coleta, o presente estudo utilizou-se basicamente de duas técnicas: “*survey*” e pesquisa bibliográfica e documental.

O método de *survey* para a obtenção de informações se baseia no interrogatório dos participantes, a respeito de seu comportamento, intenções, atitudes, posicionamentos, motivações, e características demográficas e de estilo de vida. Geralmente o questionário é estruturado visando a certa padronização no processo de coleta de dados (MALHOTRA, 2001, p. 179).

Esse método serve-se de um questionário estruturado para coletar as informações quantitativas, diante da amostra de uma população preestabelecida. No presente estudo, o questionário é composto por questões de múltipla escolha, utilizando-se, na maioria delas, a escala Likert, para auxiliar no raciocínio e entendimento do questionado no momento de sua resposta, buscando aumentar a confiabilidade e validade dos dados (MATTAR, 1999). No entanto, antes de iniciar a aplicação do questionário ao grupo selecionado foi aplicado a dois agricultores familiares, em um pré-teste, que para Goode e Hatt (1972) é um ensaio geral, para projetar e implementar cada parte do instrumento que será disposto ao entrevistado. A aplicação dos questionários foi executada em separado para potenciais sucessores e sucedidos.

A organização e tabulação dos dados coletados, junto às famílias, foram executadas com a ajuda tecnológica da informática, com o uso do sistema de tabulação de dados e amostragens estatísticas SPSS -*Statistical Package for the Social Science*- versão 22. Esse *Software* proporciona a tabulação dos dados com maior rapidez e segurança. Assim, foi mensurada a frequência das respostas dos atores. Segundo Malhotra (2001), a frequência explica a geração de tabelas ou quadros de contagem de frequência, percentagens e percentagens cumulativas para os valores de cada variável.

Outra ferramenta do SPSS utilizada na mensuração e aplicação dos dados foi a tabulação cruzada (*crosstabs*), de utilidade fundamental nos comparativos feitos entre questões. Enquanto uma distribuição de frequência descreve uma única variável de cada vez, essa tabulação descreve duas ou mais variáveis simultaneamente. Uma tabulação cruzada é a combinação, em um único quadro ou tabela, das distribuições de frequência de duas ou mais variáveis, além de originar quadros ou tabelas que refletem essa distribuição conjunta, com um número limitado de categorias ou valores distintos (MALHOTRA, 2001, p. 408).

O questionário destinado aos sucedidos -pais- contou com perguntas prévias que caracterizam a propriedade e alguns pontos de perfil da família, especialmente, dos filhos. As demais questões destinadas aos pais compuseram também o questionário aplicado aos potenciais sucessores -filhos-. O emparelhamento das questões dos distintos públicos possibilitou a comparação de respostas, com apontamentos dos diferentes olhares sobre o tema.

Com o intuito de elaborar uma reconstrução histórica da colonização agrícola da região do estudo, bem como caracterizar as alterações de sistemas agrários e as mudanças de hábitos e processos produtivos locais, além de quais evoluções, revoluções e modernização agrícola trouxeram aos agricultores familiares, foi conduzida uma entrevista qualitativa não estruturada, que busca informações a partir de história oral, história de vida e narrativas, oferecendo ampla liberdade na formulação de perguntas e na intervenção da fala do entrevistado (MANZINI, 2004). A entrevista não estruturada foi aplicada junto a agricultores idosos, muitos com forte participação na história agrícola local, comerciantes de produtos agropecuários, que vivenciaram estas transformações, historiadores e membros colaboradores de cooperativas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER e prefeitura municipal.

O embasamento teórico direciona as linhas de ação para abordar o assunto ou problema e gerar ideias novas e úteis, com levantamento bibliográfico, colocando “o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa” (PÁDUA, 2004, p.55). No presente estudo são apuradas as orientações de valor consideradas pelos tomadores de decisão, bem como os fatores de racionalidade que condicionam tais decisões e como essas decisões afetam e reproduzem a realidade atual.

A análise das informações coletadas seguiu uma perspectiva qualitativa interpretativa, com o aporte quantitativo na organização das respostas dos agricultores familiares e seus potenciais sucessores, através de quadros e tabelas. De acordo com Marconi e Lakatos (2009, p. 169), “análise e interpretação são duas atividades distintas, mas estreitamente

relacionadas.” A análise pode ser entendida como uma forma que procura evidenciar as relações que existem entre o fenômeno estudado e outros fatores. E, a interpretação é uma atividade intelectual que tende a dar sentido mais amplo às respostas, relacionando-as com outros conhecimentos.

A excelência na construção final do conhecimento depende das habilidades do investigador na leitura do que lhe é exposto e na publicação dos dados coletados, em forma de texto. Os textos interpretativos são originários da avaliação dos percentuais expressos nos quadros e tabelas, que retratam o posicionamento dos atores com relação à sucessão geracional, bem como os fatores que influenciam e orientam seus processos decisórios sobre o tema. Essas análises têm fundamentação nas diretrizes da teoria da decisão e nas orientações de valor de Gasson (1973). Os resultados são afrontados com as tendências identificadas nos cenários onde a agricultura familiar está inserida.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, são apresentadas as concepções de potenciais sucessores e sucedidos do município de Frederico Westphalen/RS, acerca da sucessão geracional e suas nuances.

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL DE FREDERICO WESTPHALEN/RS

Ao caracterizar a juventude rural do município de Frederico Westphalen/RS faz-se necessário associar e compreender, mesmo que de forma superficial, como se deu a evolução histórica em termos estatísticos dessa população. Além disso, é importante fazer uma leitura dessa realidade considerando as características do rural em outras esferas geográficas, estado e país.

De acordo com o censo do IBGE (2010), no final da primeira década do século XXI, viviam no meio rural de Frederico Westphalen 5.510 habitantes ou 19% da população total do município. Enquanto isso, na mesma época, o índice de moradores rurais, no Rio Grande do Sul, era de 14,9% e, no Brasil, de 14%. Esses números corroboram e confirmam os apontamentos literários e estatísticos que creditam ao meio rural do município significativa importância socioeconômica. Por mais que a maioria da população esteja vivendo no centro urbano, o rural local tem população acima da média nacional e estadual e a agricultura é uma das molas propulsoras da economia local.

Como visto no capítulo anterior, nos últimos 65 anos, houve um constante decréscimo da população rural no município, seguindo uma tendência mundial da ruralidade contemporânea. Tal fenômeno é justificado pelos avanços tecnológicos oriundos da modernização da agricultura, associados aos atrativos urbanos. Essa redução da população veio acompanhada de uma conseqüente redução do número de potenciais sucessores no meio rural. Para compreender tal situação, vale ressaltar os apontamentos estatísticos dos censos demográficos e agropecuários do IBGE, de 1980 até 2010.

Esses levantamentos trazem números importantes da transformação do meio rural de Frederico Westphalen/RS, no período, especialmente da população jovem, de 15 a 24 anos. Os números atestam uma realidade vislumbrada nos dados de campo que serão expressos na

sequência do estudo e trazem situações desafiadoras para a agricultura familiar, como o envelhecimento e a masculinização da população rural.

Segundo o IBGE (1991), no ano de 1980, 30,2% dos jovens de Frederico Westphalen viviam no meio rural, desses, 52,4% eram homens e 47,6% mulheres. Na medida em que a população rural foi diminuindo, no município, a quantidade de potenciais sucessores também diminuiu, em uma proporção maior que a queda populacional geral. Já a divisão de gênero mostrou-se relativamente constante até o final do século XX. O censo de 1991 apontou uma população rural jovem de 24,3%, sendo que 53,4% eram do sexo masculino e 46,6% do sexo feminino. No censo agropecuário de 1996, essa diferença foi mantida, com 53,3% de jovens do sexo masculino e 46,7% de jovens do sexo feminino vivendo no meio rural, do município. No entanto, o universo da população jovem no rural caiu para 21,6%.

O cenário passa a sofrer modificações mais significativas no século XXI. Enquanto, no censo de 2000, a população rural representava 23,6% da população total do município, em 2010, esse percentual caiu para 19,10%. Essa queda, se analisada proporcionalmente ao número de habitantes que deixaram o campo, chega a 15% em 10 anos.

Sendo assim, a situação rural local se agrava pela intensidade com que a população rural jovem vem decrescendo. Segundo o censo do IBGE 2010, a população rural jovem no município era de 16,9%. Ou seja, em 30 anos, houve uma queda de 13,3 pontos percentuais. É uma taxa importante, considerando que, muitos dos jovens atrelados ao meio rural pelo censo não desenvolvem atividades na propriedade, pois estudam e/ou trabalham na cidade, diminuindo ainda mais a mão-de-obra ativa.

Além disso, é perceptível que houve uma migração maior de mulheres do que de homens para os centros urbanos nesse período. Enquanto os índices se mantiveram próximos até o final do século XX, no ano de 2010 a população rural jovem do município contava com cerca de 40% de mulheres e 60% de homens. Os números passam a apontar um dos problemas identificados quando são abordadas as motivações acerca da sucessão geracional, em pequenas propriedades rurais: o envelhecimento da população rural e a masculinização, expressa pelas manifestações dos potenciais sucessores, quanto à dificuldade de contrair matrimônio, tido como um dos principais empecilhos para permanecer no campo.

Outro fator passível de análise, e que tende a influenciar e/ou motivar as decisões sobre sucessão, é o tamanho das propriedades. Esse é um fator importante e compõe o perfil social/familiar do jovem potencial sucessor e também auxilia na justificativa e na comprovação da realidade da agricultura minifundiária de Frederico Westphalen/RS. A tabela

03, oriunda da coleta de dados, nas diversas macroáreas rurais do município, alerta para um cenário estritamente minifundiário, sendo que a maior propriedade observada não chega a 100 hectares e a menor não chega a 5 hectares.

**Tabela 3 - Tamanho das propriedades rurais da amostra considerada**

Tamanho da propriedade (ha)	Frequência (n°)	Porcentagem (%)
De 0,1 a 10	5	10
De 10,1 a 20	22	44
De 20,1 a 30	13	26
De 30,1 a 40	9	18
Acima de 40,1	1	2
Total	50	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Em outras palavras, a maioria das propriedades não conta com uma colônia de terras, 25 hectares, para se manter. No entanto, apesar da pouca quantidade de terras, vê-se em boa parte das propriedades uma organização e infraestrutura que viabiliza a produção. Nas visitas *in loco*, observou-se uma situação peculiar: muitas das propriedades com menor quantidade de terra apresentaram rentabilidade e organização do espaço superior a algumas propriedades maiores. Essa situação está vinculada às atividades desenvolvidas, pois os agricultores com menos terra buscam suprir a carência com o uso de tecnologias e cultivares que lhes tragam maior valor agregado, como suinocultura e bovinocultura de leite, enquanto as propriedades maiores investem prioritariamente na produção de grãos, sem uma infraestrutura e uma área plantada que as tornem competitivas.

#### **4.1.1 Visões preliminares de potenciais sucessores e sucedidos sobre a realidade sucessória local**

Diante da realidade rural jovem de Frederico Westphalen/RS, ao longo da história, suas nuances e particularidades, é possível fazer uma reflexão para compreender como o cenário rural está se desenhando, nos dias atuais. A partir dos dados coletados junto a potenciais sucessores, residentes nas propriedades rurais familiares do município, é possível traçar o perfil desses potenciais sucessores, com relação às suas características pessoais, familiares e sociais. Essas informações, quando relacionadas às tendências decisórias e motivacionais do referido público, diante do dilema da sucessão geracional da propriedade, tendem a responder os porquês de determinados comportamentos, tanto dos potenciais sucessores, como de seus pais, quando se trata de processo decisório voltado à sucessão.

No entanto, antes de formar o perfil dos potenciais sucessores, é importante identificar o nível de interesse sucessório desses e suas perspectivas sobre a gestão futura da propriedade. Lembrando que os potenciais sucessores entrevistados em cada propriedade foram indicados pelos pais ou sucedidos, ou seja, dentre os filhos residentes na propriedade, o chefe da família indicou um para que fossem coletadas as informações sobre sua visão acerca da sucessão, e existência ou não de um sucessor dentro da família. Assim, as tabelas 04 e 05 confrontam as perspectivas de sucessores e sucedidos sobre a existência de sucessor na propriedade.

**Tabela 4- Existência de sucessor segundo o sucedido (chefe da propriedade)**

	Frequência (n°)	Porcentagem (%)
Sim	36	72
Não	5	10
Não decidiram ainda	9	18
Total	50	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Os pais ou sucedidos mostram-se otimistas sobre a presença de um sucessor na família (tabela 04), sendo que apenas 10% acreditam que a propriedade ficará sem sucessão. As propriedades rurais familiares do município, de modo geral, são bem estruturadas em termos de infraestrutura e de condições de trabalho. O presente estudo mapeou o meio rural local e buscou dados em todas as macroáreas rurais, ou seja, todas as comunidades do município estiveram representadas na amostra, e o que se observou foi uma realidade rural, com poucas famílias vivendo sob dificuldades financeiras extremas ou cuja propriedade apresentasse problemas que inviabilizassem a produção.

Essa realidade faz com que os sucedidos tenham esperança que surja entre seus potenciais sucessores um, ou mais, que possa manter a propriedade. Entre os chefes das propriedades visitadas, uma afirmação foi frequente: “trabalhamos para construir este patrimônio que nos proporciona uma vida agradável, acho que vai ter quem queira continuar aqui”.

**Tabela 5- Existência de sucessor segundo o potencial sucessor**

	Frequência (n°)	Porcentagem (%)
Sim	26	52
Não	14	28
Não decidiram ainda	10	20
Total	50	100

Fonte: Dados da pesquisa

No entanto, as perspectivas dos chefes das propriedades não são consonantes com as perspectivas dos potenciais sucessores. Os dados das tabelas 04 e 05 apontam para uma diferença de 20 pontos percentuais entre as perspectivas sucessórias de sucessores e sucedidos. Mesmo com essa diferença, os números mostram que, no município, há uma tendência positiva de continuidade da agricultura familiar, por meio da sucessão geracional. Nas análises que seguem, é possível visualizar essa tendência, a partir do perfil do jovem do campo e suas relações com a sucessão geracional da propriedade.

No que tange à decisão sobre a sucessão, as opiniões de sucessores e sucedidos também divergem. De acordo com a tabela 06, mesmo com que um número grande de sucedidos considerarem importante que ambos decidam sobre a sucessão (42%), na opinião dos pais ou chefes das propriedades familiares, quem deve tomar a decisão são os filhos. Para 56% de sucedidos participantes do estudo, cabe aos potenciais sucessores analisar os prós e contras e decidir sobre seu futuro e sobre o futuro da propriedade.

Apesar disso, percebeu-se nos bastidores da coleta de dados que, mesmo endereçando a responsabilidade de decisão aos filhos, os pais, muitas vezes, enfatizam as dificuldades da vida no campo, como se não quisessem influenciar os filhos na decisão, com receio de uma frustração futura, mesmo com o sentimento de pertencimento ao local, que os faz querer que um dos filhos fique.

**Tabela 6- Decisão sobre a sucessão (visão do sucedido – chefe da propriedade)**

	Frequência (nº)	Porcentagem (%)
Sucedidos decidem	1	2
Sucessores decidem	28	56
Ambos decidem	21	42
Total	50	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Por sua vez, os potenciais sucessores entendem que o processo decisório sobre a sucessão cabe a ambos. A tabela 07 mostra que a maioria dos potenciais sucessores (68%) compreende a importância de manter um diálogo constante para que as melhores decisões sejam tomadas. O problema é que o diálogo nem sempre é fácil e, muitas vezes, não acontece a tempo. A sucessão geracional deve ser compreendida como um processo contínuo e não como um fato isolado, tomado em algum momento da vida. O fato é que comumente sucessores e sucedidos não conseguem absorver essa ideia, o que acaba dificultando a preparação de sucessores ao longo da existência da propriedade. Aparentemente os pais não se veem velhos o suficiente para, aos poucos, irem inserindo os filhos na gestão da

propriedade. Também não veem os filhos prontos para assumirem responsabilidades. Estes, por sua vez, começam a pensar na sua independência, no seu futuro, na construção da sua família, o que, pela falta de consonância nos interesses, tende a afastar os potenciais sucessores.

**Tabela 7- Decisão sobre a sucessão (visão dos potenciais sucessores)**

	Frequência (n°)	Porcentagem (%)
Sucedidos decidem	0	0
Sucessores decidem	16	32
Ambos decidem	34	68
Total	50	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Essa tendência fica explícita no cruzamento de dados entre a opinião dos potenciais sucessores sobre a decisão de sucessão e a existência ou não de um sucessor na propriedade (Tabela 08). Quando se combina a responsabilidade pela decisão a ambos, a dissonância de interesses, a falta de diálogo e de compreensão da importância de ver a sucessão como um processo, faz com que 32% dos potenciais sucessores não tenham intenção de suceder ou não decidiram ainda. Por outro lado, é alto o índice de probabilidade de sucessão entre os potenciais sucessores que acreditam que a decisão deva ser tomada em conjunto (38%). Os dados enfatizam que, se houver um interesse mútuo, e, principalmente, maior apoio dos sucedidos, são grandes as chances de ocorrer sucessão geracional na propriedade.

**Tabela 8- Decisão sobre sucessão X existência de sucessor**

Decisão		Existência de sucessor			Total
		Sim	Não	Não decidiram	
Decisão sobre Sucessão	Sucedidos decidem	0	0	0	0
	Sucessores decidem	8 (16%)	6 (12%)	2 (4%)	16 (32%)
	Ambos decidem	18 (38%)	8 (16%)	8 (16%)	34 (68%)
Total		26 (52%)	14 (28%)	10 (20%)	50 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa.

Enquanto isso, se a decisão parte exclusivamente dos potenciais sucessores, o índice de interesse sucessório é decrescente, ou seja, quando a família não participa da decisão, a sucessão torna-se menos propensa. Essa tendência justifica-se pelos relatos dos pais sobre as dificuldades da vida no campo, “não quero que meu filho sofra o que eu sofri”, relata um deles, imaginando que nos centros urbanos ele terá melhores condições de vida. Outra

situação vislumbrada na coleta de dados condiz com uma frustração dos potenciais sucessores, os quais relatam que os pais restringem oportunidades e não delegam responsabilidades e poder de decisão a eles, com relação às práticas agrícolas e à divisão dos rendimentos econômicos das atividades, situação que não os motiva a permanecer na propriedade.

**Tabela 9- Idade do sucessor X decisão sobre sucessão**

Idade do sucessor		Decisão sobre sucessão			Total
		Sucedidos decidem	Sucessores decidem	Ambos decidem	
Idade do Sucessor	De 15 a 20 anos	0	10 (20%)	11 (22%)	21 (42%)
	De 21 a 25 anos	0	5 (10%)	11 (22%)	17 (34%)
	De 26 a 30 anos	0	1 (2%)	3 (6%)	4 (8%)
	De 31 a 35 anos	0	0	5 (10%)	5 (10%)
	Acima de 36 anos	0	0	4 (8%)	4 (8%)
Total			16 (32%)	34 (68%)	50 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao cruzar informações sobre a idade dos potenciais sucessores e a quem cabe a decisão sobre a sucessão, tem-se uma estatística interessante. Potenciais sucessores mais jovens acham que a decisão deve partir do jovem. A tabela 09 mostra que 20% do total dos jovens entrevistados, o que representa praticamente 50% dos participantes com idade até 20 anos, tomam pra si as responsabilidades pela decisão. Mesmo extremamente jovens, acabam não considerando, ou considerando pouco, a opinião dos pais. Por outro lado, todos os potenciais sucessores com faixa etária acima dos 30 anos afirmam que a decisão deve ser conjunta, atribuindo a abertura de diálogos constantes para os encaminhamentos do futuro da propriedade.

Com isso, percebe-se que os potenciais sucessores, esperam oportunidades para auxiliar de maneira mais incisiva os pais na propriedade, além de recompensas financeiras e pessoais. E, quando elas não vêm ou demoram a vir, acabam decidindo pela vida urbana, sem dialogar com a família de uma forma mais madura sobre as possibilidades de permanecer na propriedade. Quanto mais o jovem permanece na propriedade, participando ativamente, analisando as oportunidades que lhes apresentam, vislumbrando futuro, conquistando um espaço importante na tomada de decisões gerenciais, maior é sua possibilidade de suceder. Esse caminho faz parte de um processo de sucessão geracional planejado.

#### 4.1.2 Perfil do jovem potencial sucessor e suas perspectivas sobre a sucessão geracional

Diante das revelações dos olhares de potenciais sucedidos e sucessores de pequenas propriedades rurais familiares, acerca da sucessão geracional e seus agregados, doravante serão organizados e detalhados nas tabelas que refletem o perfil desses potenciais sucessores, com o propósito de buscar uma linha de compreensão de seus direcionamentos decisórios, bem como as motivações e as influências que os levam a decidir. Da mesma forma, serão feitos cruzamentos de perfil e de existência de sucessor nas propriedades, para que se visualizem as conexões entre as características pessoais dos potenciais sucessores e o futuro das pequenas propriedades rurais familiares, por meio da sucessão geracional.

**Tabela 10- Gênero do potencial sucessor**

Gênero	Frequência (nº)	Porcentagem (%)
Masculino	42	84
Feminino	8	16
Total	50	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Estudos sobre as particularidades da agricultura familiar, num contexto mundial, têm oportunizado debates chaveados por pontos tidos como pertinentes, para que se tenha uma compreensão mais apurada da realidade do setor, na atualidade, bem como suas perspectivas futuras. Questões como a masculinização e o envelhecimento da população rural têm sido pauta constante nesses debates, uma vez que fazem parte da realidade, no meio rural, e são motivo de preocupação quando se fala em busca de políticas e alternativas para a manutenção social e econômica da agricultura familiar.

A tabela 10 corrobora com as tendências apresentadas sobre as estatísticas de gênero nas propriedades rurais familiares. Na região analisada, a predominância de potenciais sucessores do sexo masculino, 84% entre os pesquisados, comprova a tendência de masculinização da juventude rural. Nesse caso, o índice apontado de 16% dos potenciais sucessores das propriedades rurais familiares de Frederico Westphalen/RS serem do sexo feminino, não significa que a proporção de nascimentos de meninas e meninos esteja nas mesmas proporções. A coleta de dados empíricos apontou que a maioria das meninas nascidas no meio rural, quando atingem a idade escolar secundária, tendem a sair da casa dos pais e buscar um espaço nos centros urbanos, junto a familiares ou conhecidos, geralmente em

idades da região, próximas da propriedade, mas cujo único vínculo passa a ser visitas à família.

**Tabela 11- Gênero X existência de sucessor**

		Existência de Sucessor			Total
		Sim	Não	Não decidiram	
Gênero	Masculino	25 (59,5%)	9 (21,4%)	8 (19,1%)	42
	Feminino	1 (12,5%)	5 (62,5%)	2 (25%)	8
Total		26	14	10	50

Fonte: Dados da pesquisa.

Relacionando gênero com interesse sucessório, tem-se na tabela 11 índices que atestam a tendência de masculinização na agricultura familiar. No total de 8 potenciais sucessores do sexo feminino, presentes na amostra como potenciais sucessoras, apenas uma, ou seja 12,5% do total, mostrou interesse em permanecer na propriedade. Entre as demais, 25% não decidiram ainda e a maioria, 62,5%, deixa claro que permanecem na propriedade temporariamente, aguardando uma oportunidade de buscar espaço e emprego em outros locais, ou por estarem estudando, ou por estarem em fase de namoro com jovens residentes na cidade, o qual possibilitará a migração, caso o matrimônio se efetive.

Uma característica importante para formar um perfil dos potenciais sucessores de pequenas propriedades rurais, condiz com a faixa etária desses. Estudos apontam para um envelhecimento constante da população rural e, diante desta tendência, no presente estudo considerou-se jovem, para entrar na amostra, os indivíduos com mais de 15 anos, presentes em tempo integral ou parcial na propriedade, que ainda não detêm o controle da mesma, residem com pais ou chefes da mesma e foram indicados por esses chefes como potenciais sucessores. Portanto, não foi estipulado um limite máximo de idade para classificar o potencial sucessor como jovem. É importante registrar que, apesar da maioria dos entrevistados estarem numa faixa etária considerada jovem, o potencial sucessor mais velho tem 48 anos de idade, é solteiro e reside com os pais, que ainda são os gestores das atividades na propriedade.

**Tabela 12- Idade do potencial sucessor**

Idade do sucessor	Frequência (n°)	Porcentagem (%)
De 15 a 20 anos	21	42
De 21 a 25 anos	16	32
De 26 a 30 anos	4	8
De 31 a 35 anos	5	10
Acima de 36 anos	4	8
Total	50	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da tabela 12 mostram uma variação considerável entre as idades dos potenciais sucessores. No entanto, percebe-se uma predominância de potenciais sucessores em idade escolar. Segundo um levantamento feito junto à prefeitura de Frederico Westphalen, entidades rurais e pessoas conhecedoras da realidade rural local, cerca de 25% das propriedades rurais do município têm um ou mais potenciais sucessores residindo nela, em tempo integral ou parcial. Dentre esses potenciais sucessores, 42% têm menos de 21 anos, ou seja, possivelmente estão passando ou passarão por processos decisórios sobre seu futuro e estão recebendo influências sociais e motivações pessoais, sociais, familiares, econômicas e de formação acadêmica, as quais direcionarão sua decisão. Por outro lado, um contingente importante de potenciais sucessores, considerados mais maduros, já tem um direcionamento mais apurado de seu futuro.

A tabela 13 justifica as tendências supracitadas. Observa-se que o maior índice de indecisos com relação à sucessão geracional está nos potenciais sucessores com menos de 21 anos (14%). Por outro lado, houve nesse mesmo público, uma confirmação idêntica de interesse e rejeição à sucessão. Os números mostram que a indecisão, típica da pouca idade, está presente na vida dos potenciais sucessores. Suas opiniões podem ou tendem a mudar com as experiências que irão adquirindo, especialmente nas atividades da propriedade, conforme os pais ou chefes passam a delegar autoridade, responsabilidade e independência financeira, além da evolução na formação acadêmica.

**Tabela 13- Idade X existência de sucessor**

		Existência de Sucessor			Total
		Sim	Não	Não decidiram	
Idade	De 15 a 20 anos	7 (14%)	7 (14%)	7 (14%)	21
	De 21 a 25 anos	9 (18%)	4 (8%)	3 (6%)	16
	De 26 a 30 anos	3 (6%)	1 (2%)	0	4
	De 31 a 35 anos	3 (6%)	2 (4%)	0	5
	Acima de 36 anos	4 (8%)	0	0	4
Total		26 (52%)	14 (28%)	10 (20%)	50

Fonte: Dados da pesquisa.

Na tabela 13, considerando os 13 respondentes maiores de 25 anos, vê-se que mais de 75%, 10 deles pretendem suceder os pais na propriedade. Isso se dá, muitas vezes, pelo fato desses potenciais sucessores estarem envolvidos nos processos produtivos, operacionais e de gestão da propriedade familiar de maneira mais enfática e consistente ou, até mesmo, por já terem constituído sua própria família, mantendo a residência na propriedade, mesmo que esta ainda esteja sob os cuidados dos pais.

**Tabela 14- Estado civil do potencial sucessor**

Estado civil	Frequência (nº)	Porcentagem (%)
Casado	9	18
Solteiro	41	82
Total	50	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Seguindo a lógica das tabelas anteriores, que apontam para potenciais sucessores mais jovens, a tabela 14 mostra uma maioria de potenciais sucessores solteiros, vivendo com os pais, sendo que desses 46% estão indecisos sobre a sucessão ou, no momento, dizem não haver sucessor para a propriedade. Esse perfil corrobora com a problemática da tendência de masculinização do meio rural, pelas dificuldades cada vez maiores, expressas pelos próprios potenciais sucessores, de encontrar cônjuge que aceite viver no campo. O índice de potenciais sucessores casados, com interesse sucessório (Tabela 15), também vai ao encontro da lógica de que, quando há possibilidade de constituir família vivendo na propriedade, a sucessão é mais provável.

**Tabela 15- Estado civil X existência de sucessor**

Estado civil		Existência de sucessor			Total
		Sim	Não	Não decidiram	
	Casado	8 (16%)	1 (2%)	0	9
	Solteiro	18 (36%)	13 (26%)	10 (20%)	41
Total		26 (52%)	14 (28%)	10 (20%)	50

Fonte: Dados da pesquisa.

Como visto anteriormente, as possibilidades de educação formal, no município, em todos os níveis, são significativas. As possibilidades de formação estão expressas na tabela 16, o qual demonstra que apenas 14% dos potenciais sucessores entrevistados pararam os estudos no primeiro grau, sendo que 22% concluíram ou estão cursando o ensino superior.

Considerando a baixa média de idade observada anteriormente, tem-se um índice elevado de potenciais sucessores residindo na propriedade com formação superior. Por outro lado, muitos dos jovens com idade até 20 anos concluíram o ensino médio recentemente ou ainda estão cursando e, possivelmente, esperam novas oportunidades.

**Tabela 16- Escolaridade do potencial sucessor**

Escolaridade	Frequência (n°)	Porcentagem (%)
Não alfabetizado	0	0
1° Grau Incompleto	2	4
1° Grau Completo	5	10
2° Grau Incompleto	15	30
2° Grau Completo	17	34
Superior Incompleto	6	12
Superior Completo	5	10
Pós Graduação	0	0
Total	50	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Um ponto crucial na relação do interesse dos potenciais sucessores agricultores pela sucessão geracional, nas pequenas propriedades, condiz com o nível de estudo desses. A tabela 17 comprova que a conquista do curso superior acaba distanciando o jovem da pequena propriedade familiar. Dentre os 11 entrevistados com curso superior completo ou em andamento, mais de 70% não pretendem suceder ou não decidiram sobre a sucessão. No entanto, potenciais sucessores com menos escolaridade tendem a suceder, com exceção de um caso isolado de um jovem, com primeiro grau incompleto, que não pretende permanecer na propriedade, por motivos familiares. Já um percentual significativo, 20% dos potenciais sucessores, que tem o segundo grau completo, mostraram interesse na sucessão. Assim, a atuação da Casa Familiar Rural, no processo de decisão, formando jovens para atuar na propriedade familiar, sem o título de técnico, tem papel fundamental nas escolhas, como visto no decorrer do estudo.

**Tabela 17- Escolaridade X existência de sucessor**

		Existência de sucessor			Total
		Sim	Não	Não decidiram	
Escolaridade	1° Grau Incompleto	0	1 (2%)	1 (2%)	2
	1° Grau Completo	5 (10%)	0	0	5
	2° Grau Incompleto	8 (16%)	3 (6%)	4 (8%)	15
	2° Grau Completo	10 (20%)	4 (8%)	3 (6%)	17
	Superior Incompleto	2 (4%)	3 (6%)	1 (2%)	6
	Superior Completo	1 (2%)	3 (6%)	1 (2%)	5
Total		26 (52%)	14 (28%)	10 (20%)	50

Fonte: Dados da pesquisa.

As próximas tabelas analisam o quanto a formação educacional influencia no processo decisório sobre sucessão geracional, sempre na visão do potencial sucessor. Num primeiro momento, far-se-á um levantamento sobre os índices de potenciais sucessores com formação

agrícola, uma vez que, como mostrado anteriormente, o local tem boa oferta de cursos de formação secundária e acadêmica na área.

**Tabela 18- Formação na área agrícola**

	Frequência (n°)	Porcentagem (%)
Sim	17	34
Não	33	66
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Apesar das oportunidades ofertadas no município, os jovens filhos de agricultores estão buscando mais formação fora da área agrícola. Os dados da tabela 18 mostram que apenas 34% dos entrevistados têm formação em cursos voltados para a atividade. Isso por si só já é um fator que acaba não motivando os potenciais sucessores a continuarem na propriedade. Além disso, quando esses potenciais sucessores têm a oportunidade de aperfeiçoamento em áreas agrícolas, que os apresenta a alternativas que diferem da realidade da pequena propriedade, como as voltadas para grandes lavouras, ou até mesmo para o mercado de trabalho em assessoria e consultoria técnica, muitos deles passam a ver a propriedade da família como pequena e limitada demais para desenvolverem aquilo que aprenderam.

**Tabela 19- Tipo e nível de formação agrícola**

Formação	Frequência (n°)	Porcentagem (%)
Secundária não formadora de técnico Agrícola	12	70,6
Secundária formadora de técnico Agrícola	3	17,6
Superior	2	11,8
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante da constatação de que a formação técnica e superior, muitas vezes, inibe o interesse sucessório (vide tabela 21), tem-se na tabela 19 um alento para a problemática da sucessão geracional na região. Mesmo com baixos índices de formação, na área agrícola, os potenciais sucessores que estão presentes na propriedade e buscam essa formação, em sua maioria, 70,6%, estão se direcionando para o ensino secundário fomentador da agricultura familiar, ou seja, que não oportuniza o grau de técnico agrícola ou agropecuário e sim a formação de agricultores direcionados para a manutenção da propriedade.

**Tabela 20- Formação agrícola X existência de sucessor**

		Existência de sucessor			Total
		Sim	Não	Não decidiram	
Formação na área agrícola	Sim	8 (16%)	4 (8%)	5 (10%)	17
	Não	18 (36%)	10 (20%)	5 (10%)	33
Total		26 (52%)	14 (28%)	10 (20%)	50

Fonte: Dados da pesquisa.

No cruzamento de informações sobre formação agrícola e existência ou não de sucessor nas propriedades (Tabela 20), vê-se que a formação secundária na área agrícola é um influenciador e motivador para que haja processo sucessório. No entanto, somente entre os potenciais sucessores cuja formação não lhes fornece o título de técnicos agrícolas. O jovem com formação em curso superior em área agrícola que assinalou o interesse pela sucessão tem a particularidade de já estar inserido na propriedade de maneira mais incisiva, cujo processo de sucessão geracional encontra-se bem adiantado.

**Tabela 21- Tipo e nível de formação agrícola X existência de sucessor**

		Existência de sucessor			Total
		Sim	Não	Não decidiram	
Tipo e nível de formação agrícola	Secundária não formadora de técnico agrícola	7 (41,2%)	2 (11,8%)	3 (17,6%)	12 (70,6%)
	Secundária formadora de técnico agrícola	0	2 (11,8%)	1 (5,9)	3 (17,6%)
	Superior	1 (5,9%)	0	1 (5,9)	2 (11,8%)
Total		8 (47,1%)	4 (23,5%)	5 (29,4%)	17 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando o universo de 17 potenciais sucessores que tiveram formação agrícola, a tabela 21 confirma a afirmação de que, aqueles com formação técnica ou tecnológica têm menos propensão a permanecerem na pequena propriedade. Porém, dentre o público analisado, na amostra, esses são minoria, 17,6%, fato que indica a postura da família e dos próprios potenciais sucessores de que, quando buscam a formação secundária na área agrícola, estão dando preferência para uma metodologia voltada à sua preparação para assumir a propriedade e, conseqüentemente, dar continuidade ao empreendimento familiar.

Objetivando estruturar um perfil do jovem do campo de Frederico Westphalen/RS, sob a ótica de sua participação nas atividades produtivas da propriedade familiar, vê-se na tabela 22 uma realidade consonante com as apresentações anteriores. Apenas 4% do público pesquisado reside na propriedade e não tem participação ativa no dia a dia da mesma, o que,

se deve ao trabalho em tempo integral ou ao estudo. A maioria, 54%, dedica-se integralmente às atividades produtivas, fato que aponta para uma conduta de inclusão dentro da propriedade. No entanto, essa inclusão nem sempre vem acompanhada de retorno financeiro para o jovem ou mesmo de delegação de responsabilidades que possa intensificar seu interesse sucessório, como será exposto na sequência do estudo.

**Tabela 22- Estuda ou trabalha fora da propriedade**

	Frequência (n°)	Porcentagem (%)
Trabalha em tempo integral fora da propriedade	1	2
Trabalha em tempo parcial fora da propriedade	5	10
Não trabalha fora da propriedade	27	54
Estuda e ajuda na propriedade	16	32
Somente estuda	1	2
Total	50	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 23 mostra que a existência de sucessor na pequena propriedade rural familiar segue uma linha paralela ao envolvimento dos potenciais sucessores com a propriedade e as atividades desenvolvidas nela. Dos 27 jovens que dedicam todo seu tempo nas atividades rurais, mais de 70% se vêem sucedendo os pais, enquanto que a maioria dos que estão dividindo seu tempo entre as atividades na propriedade e/ou estudo ou outras atividades fora dela, ou não pretendem suceder ou não decidiram ainda.

**Tabela 23- Estuda ou trabalha fora X existe sucessor na propriedade**

		Existência de Sucessor			Total
		Sim	Não	Não decidiram	
Estuda ou trabalha fora da propriedade	Trabalha em tempo integral	0	1 (2%)	0	1 (2%)
	Trabalha em tempo parcial	2 (4%)	3 (6%)	0	5 (10%)
	Não trabalha	19 (38%)	5 (10%)	3 (6%)	27 (54%)
	Estuda e ajuda na propriedade	5 (10%)	4 (8%)	7 (14%)	16 (32%)
	Somente estuda	0	1 (2%)	0	1 (2%)
Total		26 (52%)	14 (28%)	10 (20%)	50 (100%)

Fonte: Dados da pesquisa.

A exposição do perfil dos potenciais sucessores propriedades rurais familiares de Frederico Westphalen/RS, e suas percepções acerca do processo sucessório apontam para tendência da ruralidade não só local, mas global. O crescente aumento da evasão jovem, sobretudo feminina, das propriedades familiares, além de acarretar no envelhecimento e masculinização da população rural, traz consigo uma preocupação sobre o futuro da

agricultura familiar. Na ausência de sucessores geracionais para a continuação das atividades, os benefícios da agricultura familiar para os municípios, especialmente os pequenos, podem sucumbir. Sua notória importância econômica e social, para esses locais, torna a preocupação com a temática da sucessão fundamental.

Os dados da pesquisa mostram que, desde muito jovem, o potencial sucessor inicia o processo de tomada de decisão sobre seu futuro, mesmo que de maneira inconsciente. Para isso ele acaba considerando os prós e contras das possibilidades que lhes são apresentadas, tanto no meio rural como no urbano. Quando a continuidade das atividades na propriedade familiar não lhe é apresentada como uma boa alternativa de futuro, pela sociedade, esferas públicas, acadêmicas ou pelos próprios pais, é natural que ele imponha barreiras na sucessão geracional.

Verifica-se que, quanto mais o jovem permanece na propriedade e sente-se parte dela, maiores são as chances de suceder. É perceptível também que fatores como a formação escolar, dificuldades de encontrar matrimônio, falta de incentivo dos pais, falta de autonomia nas decisões do dia a dia da propriedade, entre outros fatores, ajudam a moldar tal perfil.

#### 4.2 O FUTURO DAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES: PERSPECTIVAS SOBRE SUCESSÃO GERACIONAL E DECISÃO DOS ATORES

Com a perspectiva de compreender a intensidade com que determinadas situações, formas de pensar dos atores -sucessores e sucedidos- e características das propriedades familiares influenciam nas decisões sobre sucessão e direcionam para a existência ou não de sucessor geracional, seguem análises originadas do levantamento de dados empíricos, coletados junto aos agricultores familiares, de Frederico Westphalen/RS, que compuseram a amostra do presente estudo. As visões de potenciais sucessores, filhos, e sucedidos, pais, são analisadas separadamente, abrindo a possibilidade de comparação entre elas, uma vez que as concepções acerca do rural, suas particularidades e projeções tendem a ser dissonantes em alguns aspectos e consonantes em outros, nos perfis geracionais.

##### 4.2.1 Influência dos aspectos de formação pessoal e profissional

O processo sucessório geracional, de pequenas propriedades rurais, tem sofrido, ao longo do tempo, alterações, cujas motivações estão especialmente ligadas ao avanço

tecnológico na produção agropecuária e, na região foco do estudo, ao crescente aumento de possibilidades no campo educacional. Com a facilidade de aprimoramento acadêmico, nos vários níveis -médio, técnico, tecnológico e superior-, os potenciais sucessores passaram a vislumbrar oportunidades além da porteira da propriedade dos pais, pois os atrativos urbanos lhes foram apresentados. Os filhos mais novos passaram a ver nos estudos novas perspectivas, que os afastaram do interesse sucessório.

Nesse sentido, percebe-se na região, uma gama significativa de oportunidades de aperfeiçoamento acadêmico que intensifica essa realidade. A presença de diversas instituições, públicas e privadas, ofertando cursos superiores, tecnológicos e técnicos, especialmente na área agrícola, possibilita aos potenciais sucessores a abertura de horizontes diferentes daqueles vislumbrados por seus pais na juventude. Esse cenário tem apontamentos positivos e negativos no campo do desenvolvimento rural local, pois oportuniza aos jovens do campo qualificação, que quando aplicada de maneira coerente, dentro das propriedades, gera bons resultados, mas também apresenta um mundo dinâmico que, por vezes, afasta-os do interesse pelas atividades familiares.

Nesse sentido, as tabelas 24 e 25 apresentam as visões de potenciais sucessores, filhos, e sucedidos, pais, acerca da influência dos estudos e de aperfeiçoamento educacional e profissional nas decisões que permeiam a sucessão. Percebe-se que, nas perspectivas sobre o tema, apesar de apresentar divergências importantes, pais e filhos têm visões lineares acerca dos prós e contras da ascensão educacional para a manutenção da agricultura familiar dentro de uma perspectiva sucessória.

**Tabela 24- O quanto a formação acadêmica e aperfeiçoamento profissional motivam os potenciais sucessores para sucessão. Visão dos sucessores**

FATORES	Motiva Muito (%)	Motiva (%)	Indif. (%)	Motiva Pouco (%)	Não motiva (%)
Formação em ensino médio não agrícola		6	12	48	34
Formação em ensino médio agrícola (formando técnicos agrícolas)	8	14	46	32	
Formação em ensino médio agrícola ( <b>não</b> formando técnico agrícola)	38	54	8		
Formação superior em área agrícola	2	36	28	32	2
Formação superior em área não agrícola		4	50	28	18
Participação em cursos de curta duração na área agrícola	16	42	32	10	
Participação periódica em feiras e exposições do setor agropecuário	66	32	2		
Fazer parte da diretoria de associações, sindicatos e cooperativas agrícolas	8	22	40	26	4
Participar de entidades de fomento como associado ou membro	26	48	26		

Fonte: Dados da pesquisa.

A principal divergência entre as opiniões de sucessores e sucedidos sobre a influência dos estudos, nas decisões sobre sucessão geracional, encontra-se nas oportunidades de cursar algo voltado ao setor agropecuário, seja em nível técnico, tecnológico ou superior. Um índice significativo de potenciais sucessores (Tabela 24) considera que cursos dessa espécie acabam motivando pouco o jovem a permanecer na pequena propriedade. Dentre os potenciais sucessores entrevistados, 34% acreditam que uma formação superior em área agrícola motiva pouco ou não os motiva a permanecerem na propriedade, enquanto que 28% se dizem indiferentes. No mesmo sentido, os mesmos potenciais sucessores acreditam que a conclusão do ensino médio ou tecnológico, com o título de técnicos agrícolas ou agropecuários, também gera pouca motivação para a sucessão. Assim, somam-se 78% entre indiferentes e pouca motivação.

Já os potenciais sucedidos, pais, têm uma visão diferente dos resultados dessas oportunidades, voltados à permanência dos potenciais sucessores na propriedade (Tabela 25). Os números mostram que 72% deles acreditam que, quando encaminham os filhos para cursar uma faculdade na área agrícola, são grandes as chances de retornarem para aplicar seus

conhecimentos no desenvolvimento da propriedade. Da mesma forma, quando os filhos saem para cursar ensino médio em escola agrícola formadora de técnicos, 64% entendem que essa formação poderá motivá-los e prepará-los para enfrentar os desafios da agricultura familiar.

Essas diferenças de percepção podem estar ocasionando conflitos de interesses pouco percebidos na família, uma vez que o jovem sai para estudar sabendo que poderá ser um processo sem retorno, ou seja, busca formação agrícola, mas sem a intenção de desempenhar as habilidades e conhecimentos adquiridos na propriedade familiar. Os pais, por sua vez, incentivam os filhos ao estudo, em muitos casos, na esperança de que possam retornar mais capazes de gerir as atividades, dentro da propriedade da família.

**Tabela 25- O quanto a formação acadêmica e aperfeiçoamento profissional motiva o jovem para sucessão. Visão dos sucedidos**

FATORES	Motiva Muito (%)	Motiva (%)	Indif. (%)	Motiva Pouco (%)	Não motiva (%)
Formação em ensino médio não agrícola		2	28	40	30
Formação em ensino médio agrícola (formando técnicos agrícolas)	16	48	32	4	
Formação em ensino médio agrícola (não formando técnico agrícola)	82	18			
Formação superior em área agrícola	12	52	28	8	
Formação superior em área não agrícola			10	36	54
Participação em cursos de curta duração na área agrícola	64	36			
Participação periódica em feiras e exposições do setor agropecuário	88	12			
Fazer parte da diretoria de associações, sindicatos e cooperativas agrícolas	4	40	50	6	
Participar de entidades de fomento como associado ou membro		32	52	14	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Outras diferenças de percepção, entre sucessores e sucedidos, são as motivações que cursos de curta duração, na área agrícola, e a sua participação em entidades de fomento exercem nas decisões dos potenciais sucessores pela sucessão. Apesar de ambos acreditarem que tais cursos possam motivá-los a permanecer, os pais acreditam em uma influência bem

maior pela permanência, o que não acontece com os filhos na mesma intensidade. Em outras palavras, 42% dos potenciais sucessores acham que os cursos de curta duração não são tão relevantes na construção de uma postura sucessória de sucesso, apenas 16% deles acreditam que eles motivam muito. Já 64% dos pais atrelam grande importância aos cursos e entendem que eles acabam motivando muito para sucessão.

Apesar das diferenças de posição nos fatores supracitados, pais e filhos têm um pensamento linear e consonante quanto à influência da formação dos potenciais sucessores, em escolas de ensino médio e cursos universitários que não são voltados ao setor agropecuário. Ambos são enfáticos em afirmar que quando os potenciais sucessores saem para cursar uma faculdade, em área não agrícola, dificilmente retornarão para as atividades da propriedade. Nesse caso, percebe-se que os pais têm essa certeza de forma mais clara que os filhos. Dentre os pais entrevistados, 90% acreditam que um curso superior em qualquer área que não esteja ligada à agricultura incentiva pouco ou nada os potenciais sucessores a buscar a sucessão.

No mesmo sentido, as duas gerações concordam que a formação de ensino médio, em escolas agrícolas que não formam técnicos agropecuários, acaba motivando bastante esses potenciais sucessores a permanecerem na propriedade familiar e preparando-os para a sucessão. Nesse caso, a contribuição da Casa Familiar Rural, existente no campo de estudos empírico, tem um papel importante na consolidação da agricultura familiar, na região, e na preparação de jovens para que, no futuro, possam assumir e dar continuidade às atividades da propriedade familiar.

Por fim, as tabelas 24 e 25 mostram que sucessores e sucedidos são incisivos em afirmar que a participação e envolvimento periódico dos potenciais sucessores com feiras e exposições agropecuárias são excelentes fatores motivacionais para que queiram se manter na pequena propriedade. Segundo eles, esses eventos acabam apontando alternativas reais, palpáveis de desenvolver a propriedade familiar com qualidade de vida, minimizando os problemas e desafios que os afasta daquele espaço. Os eventos apresentam aos potenciais sucessores novidades em termos de tecnologias, técnicas produtivas e de manejo, alternativas de gestão e de aumento de produtividade, que os motiva a pensar na sucessão.

#### 4.2.2 Influência dos aspectos estruturais, sociais, econômicos e pessoais

Considerando que uma parcela de potenciais sucessores vem buscando motivação, seja nos estudos ou em fatores diversos, para permanecer no campo e construir suas vidas, na pequena propriedade familiar, as tabelas que seguem foram elaboradas de acordo com os apontamentos de interesse sucessório dos 50 potenciais sucessores entrevistados. A tabela 26 apresenta uma série de fatores que possam vir a influenciar a decisão deles sobre a sucessão e foi composto por 26 potenciais sucessores que se dizem interessados em permanecer na propriedade. Já a tabela 27 é composta pelos apontamentos dos 14 potenciais sucessores que, apesar de ainda estarem residindo na propriedade rural, estão decididos a não permanecer nela e atrelam graus de influências de certos fatores que motivam a sua decisão. Os demais respondentes da amostra se dizem indecisos (Tabela 29) e serão tratados na sequência.

**Tabela 26- Grau de influência dos fatores nas decisões sobre sucessão. Visão dos sucessores que estão dispostos a permanecer na propriedade**

FATORES	Influen. Muito (%)	Influen. (%)	Indif. (%)	Influen. Pouco (%)	Não infl. (%)
Infraestrutura na propriedade	76,9	23,1			
Quantidade de terras	42,3	53,9		3,8	
Qualidade da terra	65,4	30,8	3,8		
Retorno financeiro	88,5	11,5			
Disponibilidade de mão de obra	3,8	34,7	50,0	11,5	
Distância da cidade	3,8	57,7	30,8	7,7	
Transporte até a cidade		27,0	65,4	3,8	3,8
Acesso às tecnologias	23,1	61,6	11,5		3,8
Opções de lazer	15,4	65,4	15,4	3,8	
Possibilidades de matrimônio	26,9	30,8	38,5	3,8	
Incentivo dos pais	76,9	19,3	3,8		
Políticas públicas de incentivo	23,1	53,9	19,2	3,8	
Comercialização da produção	69,2	30,8			
Preço dos produtos agrícolas	65,4	26,9	7,7		
Entidades (Coop. Sindic. Assoc.)	3,8	50,0	27,0	15,4	3,8
Assistência técnica especializada	7,7	46,1	34,7	11,5	
Participação nas decisões da propriedade	84,6	15,4			
Acesso à informação	38,5	46,1	7,7	7,7	
Acesso a crédito rural	38,5	46,1	15,4		
Disponibilidade de escolas agrícolas	42,3	30,8	23,1	3,8	
Valorização social do agricultor	23,1	46,1	27,0	3,8	

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os potenciais sucessores que, em princípio, apontam o interesse pela sucessão, os fatores que mais se destacam estão ligados, além do retorno financeiro, apontado como principal fator, aos aspectos familiares, de relacionamento interpessoal entre as gerações, tanto nas questões voltadas às práticas cotidianas, dentro da propriedade, como nas motivações diretas da família para que os potenciais sucessores queiram permanecer na propriedade. A pesquisa aponta que 84,6% deles sentem-se muito motivados a permanecerem no campo quando têm abertura para participar das decisões, dentro da propriedade. Os outros 15,5% também se dizem motivados quando lhes é dada abertura para participar das decisões. Tem-se, nesse ponto, um aspecto importante que compõe o processo sucessório e deve contar com a perspicácia dos chefes da propriedade que queiram encontrar um sucessor, para que compreendam a importância de incluir os filhos no dia a dia dela.

Da mesma forma, outra motivação vinda da família condiz com os incentivos dos pais. 96,2% dos potenciais sucessores propensos à sucessão se dizem motivados ou muito motivados a permanecerem na propriedade, quando são incentivados pelos pais. Esses apontamentos mostram que, para que haja interesse sucessório por parte dos potenciais sucessores, os pais devem estar interessados e motivados na formação de um sucessor. No entanto, em pergunta aberta feita aos pais, sobre sua satisfação com a vida no campo, alguns nutrem um duplo sentimento. Ao mesmo tempo em que gostariam que a propriedade continuasse nas mãos da família, com os filhos sucedendo-os e fazendo a propriedade prosperar, entendem que a sua geração sofreu com as dificuldades do campo e não gostariam de seus filhos passassem pelas mesmas dificuldades.

Considerando aspectos estruturais e de mercado, têm-se importantes fontes de motivação para a sucessão. A infraestrutura da propriedade e a qualidade da terra, bem como os fatores mercadológicos, de preço e comercialização dos produtos agrícolas. A quantidade de terra, disponibilidade de escolas agrícolas, bem como acesso ao crédito rural e à informação também são importantes para o êxito de um processo sucessório.

Percebe-se como ponto comum entre esses fatores mais considerados, a possibilidade de gerir a propriedade com técnicas modernas, intensificando o processo produtivo. Ou seja, os potenciais sucessores propensos a permanecerem no campo buscam, além do incentivo familiar e autonomia nas decisões, infraestrutura para produção, terras de qualidade, acesso ao crédito e à informação, para que possam se estabelecer de forma competitiva no setor.

Fatores como a possibilidade de matrimônio, opções de lazer e acesso às tecnologias também são considerados, apesar de menos expressivos na escala de motivação para a

permanência no campo. São fatores que estão diretamente ligados aos objetivos de vida e pessoais da maioria dos potenciais sucessores, assim como a valorização social do agricultor. Já a disponibilidade de mão de obra, distância e transporte até a cidade, fazer parte de entidades e receber assistência técnica foram considerados menos importantes, no momento de uma escolha futura.

**Tabela 27- Grau de influência dos fatores nas decisões sobre sucessão. Visão dos sucessores que não estão dispostos a permanecer na propriedade**

FATORES	Influen. Muito (%)	Influen. (%)	Indif. (%)	Influen. Pouco (%)	Não infl. (%)
Infraestrutura na propriedade	64,3	35,7			
Quantidade de terras	42,9	50,0	7,1		
Qualidade da terra	64,3	28,6	7,1		
Retorno financeiro	78,6	21,4			
Disponibilidade de mão de obra		28,6	42,9	21,4	7,1
Distância da cidade	7,1	35,7	35,7	21,4	
Transporte até a cidade	28,6	42,9	14,3	14,3	
Acesso às tecnologias		71,4	14,3	14,3	
Opções de lazer	21,4	21,4	35,7	21,4	
Possibilidades de matrimônio	28,6	35,7	21,4	7,1	7,1
Incentivo dos pais	50,0	35,7	14,3		
Políticas públicas de incentivo		42,9	50,0	7,1	
Comercialização da produção	28,6	64,3		7,1	
Preço dos produtos agrícolas	71,4	14,3	7,1	7,1	
Entidades (Coop., sindic. Assoc.)		28,6	50,0	7,1	14,3
Assistência técnica especializada		35,7	42,9	14,3	7,1
Participação nas decisões da propriedade	64,3	21,4	14,3		
Acesso à informação	14,3	57,1	14,3	14,3	
Acesso a crédito rural	14,3	57,1	21,4	7,1	
Disponibilidade de escolas agrícolas	28,6	57,1	7,1		7,1
Valorização social do agricultor	21,4	50,0	14,3	14,3	

Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando os fatores que possam vir a motivar os potenciais sucessores a ficarem no campo, apresentados nas tabelas 26 e 27, percebe-se uma convergência de opiniões. Constatou-se que a decisão sobre permanecer ou não, tende a estar diretamente ligada à realidade atual de cada jovem. Ou seja, se a propriedade familiar tem uma infraestrutura adequada, se a terra é de qualidade, se o jovem tem uma abertura para participar das decisões e são incentivados pelos pais, as chances de existência de um sucessor na família são grandes. Com isso, haverá maior propensão de melhores resultados financeiros, maior competitividade

no mercado e acesso às informações, fatores igualmente importantes para os potenciais sucessores.

As maiores diferenças de percepção entre os potenciais sucessores decididos pela sucessão e os que se afastam dela, estão na distância da terra até a cidade e no acesso às tecnologias. Essas questões dizem respeito às facilidades de fazer chegar o conforto tecnológico, encontrado nos centros urbanos, até a propriedade, e também a facilidade de estar mais próximo da cidade, por vezes com a possibilidade de residir nela e trabalhar no campo, ou ainda do sucessor trabalhar no campo e o cônjuge na cidade.

#### 4.2.3 Opiniões comparadas: entre potenciais sucessores e sucedidos.

Ao atribuir um grau de influência na motivação dos potenciais sucessores pela permanência ou não na propriedade familiar, de acordo com os sucedidos (Tabela 28), considerando os mesmos fatores analisados por eles, vê-se similaridades nas respostas, mas também são percebidas lacunas entre as ponderações das duas gerações. São considerados na amostra 41 pais, potenciais sucedidos, que afirmam ter ou não um sucessor definido, ou seja, aqueles que já têm uma decisão sobre sucessão encaminhada.

**Tabela 28- Grau de influência dos fatores nas decisões sobre sucessão. Visão dos sucedidos**

FATORES	Influen.	Influen.	Indif.	Influen.	Não infl.
	Muito (%)	(%)	(%)	Pouco (%)	(%)
Infraestrutura na propriedade	68,3	29,3	2,4		
Quantidade de terras	41,5	53,7	4,9		
Qualidade da terra	53,7	46,5			
Retorno financeiro	92,7	7,3			
Disponibilidade de mão de obra		24,4	53,1	19,5	
Distância da cidade	2,5	41,5	41,5	14,6	
Transporte até a cidade		26,8	48,8	19,5	4,9
Acesso às tecnologias	7,3	58,5	31,7	2,4	
Opções de lazer	2,4	34,1	53,7	9,8	
Possibilidades de matrimônio	65,9	29,3	4,9		
Incentivo dos pais	36,6	48,8	14,6		
Políticas públicas de incentivo	31,7	56,1	12,2		
Comercialização da produção	39	48,8	9,8	2,4	
Preço dos produtos agrícolas	75,6	19,5	4,9		
Entidades (Coop., sindic. Assoc.)	2,4	43,9	51,2	2,4	
Assistência técnica especializada	2,4	61,0	36,6		
Participação nas decisões da propriedade	41,5	34,1	22,0	2,4	
Acesso à informação	2,4	68,3	26,8	2,4	

Acesso a crédito rural	24,4	51,2	19,5	4,9
Disponibilidade de escolas agrícolas	12,2	51,2	36,6	
Valorização social do agricultor	17	41,5	41,5	

Fonte: Dados da pesquisa.

Os patriarcas concordam que a maior motivação está no retorno financeiro: 92,7% responderam que esse fator motiva muito os potenciais sucessores a permanecerem, ou seja, número superior ao dos filhos. Outros fatores consonantes nas respostas de sucessores e sucedidos apontam para uma visão singular de como o rural está sendo percebido nos dias atuais. Isso demonstra que a leitura de cenários que está sendo feita nesses fatores é a mesma, e as percepções de atrelar uma importância maior ou menor a cada fator são similares.

No entanto, percebem-se algumas análises controversas importantes e que podem se tornar decisivas quando se pensa a sucessão geracional. A dissonância de valores ou importância atrelada a determinados fatores que motivam as decisões dos atores são significativas na compreensão do resultado final do processo sucessório ou falta dele. Um exemplo disso está na percepção da influência da qualidade da terra como fator motivacional para a sucessão. Enquanto os potenciais sucessores afirmam considerar muito esse fator, os pais demonstram uma consideração menor. Essa visão pode estar associada às suas experiências passadas, de trato da terra, ou seja, de adaptação à realidade que se apresentava no momento.

Com relação às políticas públicas de incentivo, os potenciais sucessores mostram-se desacreditados e caracterizam esse fator como menos importante na escala de motivação, se comparado ao índice dos pais. Os pais, aparentemente, esperam mais das entidades fomentadoras de políticas públicas, considerando que essas instituições têm um papel importante na busca de alternativas para a manutenção da agricultura familiar, por meio de incentivo à sucessão.

Percebe-se que, apesar de pontos em comum, citados anteriormente, pais e filhos têm visões diferentes em alguns aspectos importantes. Para a maioria dos pais, 65,9%, a possibilidade de matrimônio influencia muito, e outros 29,3% também acreditam na influência desse fator como motivador para que os filhos queiram permanecer no campo. Considerando a tendência da masculinização no meio rural, e a conseqüente carência de potenciais sucessores do sexo feminino que queiram permanecer no campo, percebe-se a geração de um problema de interesse sucessório por parte dos homens, segundo os pais. Já os filhos não atrelam ao fator a mesma importância, apesar de revelarem índices relativamente altos na escala.

Dentre todos os fatores mencionados nas tabelas, os que mais chamam a atenção, pela dissonância de perspectivas entre as gerações, estão ligados ao relacionamento pessoal e profissional entre pais e filhos. Os potenciais sucessores afirmam que o incentivo dos pais é um fator amplamente determinante para o interesse sucessório, revelando um índice de 76,9% dos interessados pela sucessão e motivados por esse fator (Tabela 26). No entanto, apenas 36,6% dos pais atrelam seus incentivos ao interesse sucessório dos filhos. Os números afirmam a necessidade de diálogo familiar para se chegar a uma decisão sobre sucessão e também deflagram o receio dos pais em influenciar uma decisão dos filhos, que eles próprios não têm certeza de que seja a melhor.

Por fim, outro fator determinante, que pode mudar os rumos dos processos decisórios relacionados à sucessão, é a delegação de responsabilidade e autoridade dada aos filhos, dentro do empreendimento familiar. Os potenciais sucessores reiteram a importância de receber autonomia e participar das decisões no dia a dia da propriedade. Dentre os interessados pela sucessão, 84,6% (Tabela 26) dizem-se muito motivados a ficar na propriedade, quando participam ativamente das decisões internas dela. No entanto, apesar da maioria dos pais acharem que o fator é motivador, apenas 41,5% deles considera essas decisões compartilhadas no grau máximo da escala.

A dificuldade dos pais em compreender que os filhos estão aptos a participarem de forma mais enfática e direta das atividades da propriedade, e que estes, por sua vez, esperam receber essas responsabilidades, podem estar sendo decisivas para o futuro da propriedade. A falta de abertura com relação aos negócios e dividendos financeiros acaba desmotivando os potenciais sucessores, fazendo com que busquem a autonomia, tanto financeira quanto de estima e realização, em outros espaços.

#### **4.2.4 Considerações dos atores indecisos**

Considerando o montante de potenciais sucessores e pais, que se dizem indecisos sobre a existência ou não de sucessores na propriedade familiar, tem-se nas tabelas 29 e 30 os motivos apontados por eles, que os fazem protelar a decisão. As tabelas foram compostas por uma pontuação atrelada à ordem de preferência das respostas. Por falta de uma metodologia clara e definida sobre a tabulação de perguntas com respostas por ordem de preferência, foi tomado, por exemplo, aplicações já desenvolvidas em teses e dissertações com as mesmas características (ZAMPIERI, 2008; PANNO, 2005).

Para compor as tabelas, as respostas receberam notas, de acordo com a ordem de classificação. A pergunta pedia para que o entrevistado classificasse como 1º, 2º, 3º, e assim sucessivamente, os motivos que os levam a não ter decidido sobre a sucessão. A maioria dos entrevistados apontou três motivos. No entanto alguns apontaram quatro. Dessa forma, foram atribuídas as seguintes pontuações para compor as tabelas: 1º motivo recebeu 4 pontos (pt); 2º motivo recebeu 3 pontos (pt); 3º motivo recebeu 2 pontos (pt) e 4º motivo recebeu 1 ponto (pt). Os demais motivos, não citados pelo entrevistado, não receberam ponto algum.

**Tabela 29 – Motivos pela indecisão sobre a sucessão ou não da propriedade familiar. Visão dos potenciais sucessores**

Motivos	1º pos.	2º pos.	3º pos.	4º pos.	Total de pontos	%
	Peso 4	Peso 3	Peso 2	Peso 1		
Pais ainda jovens para a decisão	20 pt	6 pt	2 pt		28	33,7
Filhos ainda jovens para a decisão	8 pt	6 pt		2 pt	16	19,3
Indefinição sobre a partilha da terra		9 pt	2 pt		11	13,2
Indefinição sobre o futuro dos filhos		3 pt	8 pt		11	13,2
Filhos precisam estudar para decidir		3 pt	2 pt	3 pt	8	10,8
Mais de um interessado na sucessão	4 pt		2 pt		6	7,2
Pensam em vender a propriedade			2 pt		2	2,5
Filhos esperam alternativas profissionais				1 pt	1	1,2
Indefinições no setor agrícola	-	-	-	-	-	-
					83	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo a maioria dos potenciais sucessores (53%), o que os faz postergar a decisão sobre a sucessão é a pouca idade, tanto dos pais, quanto sua. Para os potenciais sucessores, o principal motivo está na jovialidade dos pais, condição que, segundo eles, não define o tempo de permanência desses à frente da propriedade. Associado ao percentual que atrela a indecisão à sua própria pouca idade, os números mostram que os potenciais sucessores, de maneira geral, não conseguem vislumbrar a sucessão como um processo, que deve ser discutido e trabalhado ao longo do tempo. Não se deve esperar uma concepção de amadurecimento dos filhos ou incapacidade dos pais para pensar a sucessão, pois isso é muito subjetivo.

Se dentre os principais aspectos que motivam os potenciais sucessores a permanecer na propriedade está o incentivo dos pais e a delegação de autoridade, responsabilidade e participação nas decisões dentro da propriedade, isso deve fazer parte do processo sucessório, de preparação de sucessor, inserindo os potenciais sucessores no dia a dia da propriedade. A sucessão não deve ser compreendida como um acontecimento abrupto, no qual subitamente os

pais deixam a gerencia das atividades e o sucessor assume. Esse discernimento aparentemente é falho entre os potenciais sucessores.

Na sequência dos fatores que levam à indecisão estão as indefinições sobre a partilha da terra e sobre o futuro dos filhos. A partilha da terra, por ser um tema delicado, em muitos casos é tratada como um tabu dentro da família, sendo evitada ao máximo para não criar conflito. Já a indefinição sobre o futuro dos filhos, geralmente está vinculada à pouca idade desses, que ainda estão em idade escolar secundária, apontada na tabela também como um fator determinante, o que acaba protelando as definições de oportunidades que lhes serão apresentadas para decidir.

Os potenciais sucessores não consideram as oscilações do setor agrícola como um fator importante para a sua decisão de permanecer ou não na propriedade. Nenhum dos entrevistados apontou as indefinições do setor agrícola como um motivo para postergar sua decisão. Esse resultado pode ser considerado importante, por apontar que, na opinião dos filhos, independentemente das condições do setor agropecuário, fatores globais, incontrolláveis, tomarão suas decisões sobre sucessão considerando, prioritariamente, fatores mais próximos, condizentes com suas próprias condutas e de sua família.

**Tabela 30 – Motivos pela indecisão sobre a sucessão ou não da propriedade familiar. Visão dos sucedidos**

<b>Motivos</b>	<b>1º pos. Peso 4</b>	<b>2º pos. Peso 3</b>	<b>3º pos. Peso 2</b>	<b>4º pos. Peso 1</b>	<b>Total de pontos</b>	<b>%</b>
Pais ainda jovens para a decisão	24 pt		2 pt		26	28,5
Filhos ainda jovens para a decisão	8 pt	3 pt	2 pt	3 pt	16	17,6
Indefinição sobre o futuro dos filhos		12 pt	4 pt		16	17,6
Indefinição sobre a partilha da terra	4 pt	3 pt	4 pt		11	12,1
Filhos esperam alternativas profissionais	4	3	2	1	10	11,0
Filhos precisam estudar para decidir		3	2		5	5,5
Indefinições no setor agrícola				2	2	2,2
Pensam em vender a propriedade				2	2	2,2
Outros – Pouca terra própria			2		2	2,2
Mais de um interessado na sucessão				1	1	1,1
					91	100

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 30 aponta para uma consonância nas opiniões de pais e filhos sobre os principais motivos que levam a indefinições sobre a sucessão na propriedade. Igualmente a pouca idade de pais e filhos foi o fator mais lembrado. Isso mostra que, assim como os potenciais sucessores, os chefes das propriedades também pensam em aguardar um

amadurecimento dos filhos ou incapacidade sua para pensar a sucessão, não vendo-a como um processo. Essa espera acaba minimizando o interesse sucessório por parte dos filhos.

No entanto, a indefinição sobre o futuro dos filhos tem afetado de forma mais significativa a maneira dos pais pensarem a sucessão. No mesmo sentido, a espera por alternativas profissionais aparece com certa ênfase nessa análise, em patamares similares à preocupação com a partilha da terra, que para os pais não é tão prioritário quanto para os filhos. Dentre esses fatores menos expressivos, destacam-se dois fatores apontados pelos chefes das propriedades, que não foram levantados pelos filhos: primeiro, a indefinição do setor agrícola, apontando para uma preocupação maior dos pais sobre o tema, o que é natural, por esses estarem mais presentes, no cenário rural, e por terem passado ou estar passando por dificuldades oriundas dessa realidade. E também a pouca quantidade de terra própria, fato comum na região, devido as suas características minifundiárias.

#### 4.3 ORIENTAÇÕES DE VALOR SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DE RUTH GASSON (1973)

As transformações de cenários, modos de vida, processos produtivos e mercadológicos, intensificadas nos últimos anos pelas inovações tecnológicas e avanços científicos, têm oportunizado aos indivíduos uma série de alternativas para direcionamentos profissionais e pessoais. Essas possibilidades estão carregadas de prós e contras, que são analisados, de maneira mais ou menos intensa e racional, para que se obtenha uma escolha vista como a mais próxima do ideal. São processos decisórios vivenciados periodicamente por todos os seres humanos, em todos os momentos de sua vida; alguns complexos e passíveis de análises mais apuradas e morosas, outros cotidianos e rotineiros.

A complexidade que envolve a tomada de decisão em determinadas situações e momentos da vida requer que as análises dessas alternativas e possibilidades sejam tratadas de maneira mais intensa. Nesse sentido, Machado et al. (2006) evidenciam duas possibilidades relacionadas à tomada de decisão: para a teoria econômica clássica, a tomada de decisão deverá ser baseada em um processo de seleção e escolha que conduza àquela alternativa que for considerada ótima para seus propósitos, ponderando por uma escolha racional, baseada no melhor curso de ação entre as alternativas existentes. Já o pensamento contemporâneo tem valorizado elementos diferenciados como o juízo das pessoas, seus valores, a negociação

política, o senso comum, o ambiente socioeconômico, além de aspectos comportamentais, presentes no processo decisório.

As análises que seguem buscam compreender a amplitude com que fatores pessoais de comportamento influenciam ou tendem a influenciar o processo decisório de agricultores familiares, quando instigados a pensar a sucessão geracional. Para mensurar as orientações de valor desses atores foi considerada a classificação proposta por Ruth Gasson, que explora temas sobre objetivos e valores de agricultores, como uma faceta motivacional, para descobrir o que eles realmente querem e pensam da atividade agrícola (GASSON, 1973).

Para a autora, os valores não existem isoladamente, mas são organizados em sistemas ou orientações de valor, as quais podem determinar fins desejados de comportamento que visam ao alcance de objetivos e prescrevem normas ou meios socialmente aceitáveis de alcançá-los. A compreensão e valorização de orientações de valores se fazem necessárias para prever e entender determinados comportamentos.

As orientações de valor propostas por Gasson (1973) são: (1) instrumental, em que a agricultura é vista como um meio de obter renda e segurança com condições de trabalho agradáveis; (2) social, em que os indivíduos tornam-se ou mantêm-se agricultores pelas relações interpessoais no trabalho; (3) expressiva, diz respeito aos valores que sugerem que a agricultura é um meio de autoexpressão ou realização pessoal; e (4) intrínseca, significando que a agricultura é valorizada como uma atividade por suas características particulares e de direito.

Na sequência, são apresentados os dados coletados junto aos agricultores familiares, potenciais sucessores e sucedidos que compõem a amostra do estudo, projetando suas orientações de valor sobre a agricultura e, conseqüentemente, interesse e direcionamento sucessório. Primeiramente demonstram-se os resultados individuais de sucessores e sucedidos, acerca das orientações de valor, sendo que essas informações são complementadas com a coleta de opinião sobre os aspectos que caracterizam o trabalhador rural como um bom agricultor.

Posteriormente, essas características particulares são confrontadas com o propósito de identificar possíveis diferenças e similaridades nas orientações de valor entre as gerações de agricultores familiares. E por fim os potenciais sucessores são divididos de acordo com sua percepção sobre o futuro da propriedade. As orientações são analisadas de acordo com as afirmações de interesse sucessório deles, divididos em três grupos: os que se dizem decididos pela sucessão, os que estão decididos em não suceder e os indecisos. A partir dessas

considerações é possível esboçar os direcionamentos comportamentais e decisórios dos atores frente à problemática da sucessão geracional na agricultura familiar.

#### 4.3.1 Orientação de valor segundo os potenciais sucessores

Para organizar e analisar os fatores que expõem as percepções de potenciais sucessores quanto as suas orientações de valor, considerando as particularidades que envolvem a vida no campo, os quadros que seguem (02 e 03) foram elaborados considerando a média das respostas desses indivíduos no questionário aplicado. Nesse instrumento, eles deveriam pontuar os fatores, com notas de um a cinco -quanto mais próximo de cinco mais importante-, de acordo com a importância de cada um, para compor a percepção sobre os atrativos da vida no campo e, conseqüentemente, mensurar o que valorizam mais ou menos no momento de decidir pela sucessão ou não da propriedade.

No quadro 02, as respostas estão ordenadas de acordo com as médias obtidas no questionário, classificando as orientações de Gasson (1973), segundo as percepções dos potenciais sucessores. Dentro de cada orientação, os fatores são ordenados pelas considerações, da maior para a menor, afim de, além de determinar a classificação geral da orientação de valor, analisar individualmente quais são os fatores que contribuem de forma mais significativa para compor a orientação.

**Quadro 2- Orientação de valor segundo os potenciais sucessores**

FATORES	MÉDIA INDIVIDUAL	ORIENTAÇÃO	MÉDIA DA ORIENTAÇÃO
Fazer renda satisfatória	4,86	Instrumental	4,65 1ª Orientação
Maximizar renda	4,76		
Expandir os negócios	4,72		
Ter condições de trabalho agradáveis	4,58		
Fazer renda para o futuro	4,32		
Ter prestígio, ser reconhecido	4,54	Social	4,21 2ª Orientação
Ter boas relações de trabalho	4,38		
Continuar uma tradição da família	4,34		
Trabalhar com membros da família	4,02		
Pertencer à comunidade agrícola	3,78		
Ter qualidade de vida	4,70	Intrínseca	3,99 3ª Orientação
Ter prazer no trabalho que executa	4,52		
Independência na organização do tempo	3,74		
Controle sobre situações do dia a dia	3,56		

FATORES	MÉDIA INDIVIDUAL	ORIENTAÇÃO	MÉDIA DA ORIENTAÇÃO
O valor de um trabalho árduo	3,42		
Sentimento de orgulho, pertencimento	4,08	Expressiva	3,54 4ª Orientação
Exercitar habilidades, fazer o que sabe	4,06		
Ter autoestima, trabalho que vale a pena	3,52		
Ser criativo e original. Flexibilidade	3,28		
Ser desafiado, ter objetivos	2,76		

Fonte: Dados da pesquisa.

De maneira geral, os filhos de agricultores familiares, por serem jovens e estarem construindo sua vida, tendem a valorizar fatores econômicos como principais orientadores de suas decisões, se comparados a valores sociais ou pessoais (Quadro 02). Nas respostas, são identificados altos índices de importância a fatores como maximizar e fazer renda satisfatória, além de expansão dos negócios. Ou seja, visão empreendedora direcionada ao crescimento da propriedade, vista como um negócio, objetivando uma lucratividade apropriada para investir em técnicas e modernização das atividades, visando melhorias nas condições de trabalho. Essas características observadas nos potenciais sucessores, foco do estudo, insere-os em uma orientação predominantemente instrumental.

A orientação instrumental é seguida por uma orientação social, de reconhecimento do seu trabalho pela sociedade, fazendo parte dela numa atividade vista como importante e fundamental. Os potenciais sucessores demonstram o anseio pela valorização social do agricultor e da agricultura. Segundo eles, a pouca valorização da agricultura, especialmente a familiar, e do pequeno agricultor, consideradas por eles como aquém do que se espera, é um fator pertinente nas suas escolhas de vida e de interesse sucessório.

Por outro lado, constata-se que uma orientação expressiva, relacionada ao sentimento histórico de pertencimento, de valorização das raízes e das atividades rurais não são fatores cruciais nas decisões dos potenciais sucessores. Eles primam e consideram, de maneira mais incisiva, fatores mais concretos do que abstratos.

O quadro 03 segue como um complemento da teoria de Gasson (1973), apontando, entre uma série de fatores pessoais, aqueles que os potenciais sucessores mais consideram quando compõem a imagem de um bom agricultor. A metodologia para compor o quadro é a mesma do quadro anterior, considerando as médias de cada fator nas respostas do questionário aplicado. Os fatores estão apresentados em ordem decrescente de importância.

**Quadro 3- Fatores que caracterizam um bom agricultor segundo os filhos**

Fatores	Média
Buscar informações agrícolas constantemente	4,64
Produzir mais e melhor	4,56
Ser atualizado, adepto a novidades e tecnologias	4,54
Preparar seus filhos para assumir a propriedade	4,54
Produzir focado na qualidade e aceitabilidade dos produtos pelo mercado	4,52
Conseguir ter mais renda, construir capital	4,48
Estar preocupado com o bem estar dos trabalhadores e de sua família	4,46
Estar preocupado com a continuidade da propriedade (futuro da propriedade)	4,40
Deixar a terra melhor do que encontrou	4,36
Construir uma imagem positiva do agricultor, papel importante na sociedade	4,30
Estar satisfeito com sua vida	4,22
Estar preocupado com o futuro da produção de alimentos	3,82
Ter sua própria terra	3,64
Preservar a beleza da paisagem (ambiente)	3,40
Oportunizar aos moradores urbanos um espaço agradável em meio à natureza	2,90
Não ter dívidas, empréstimos ou financiamentos	2,80
Ser atuante na comunidade agrícola (localidade e órgãos)	2,74

Fonte: Dados da pesquisa.

Complementando a estrutura perceptiva dos potenciais sucessores, obtida com as orientações de valor, têm-se fatores importantes para compor a análise (Quadro 03), os quais atribuem a esses atores particularidades que vão além dos interesses e classificações econômicas, de renda, expansão dos negócios e ganhos financeiros. Os potenciais sucessores mostram que a busca por informações do setor, estar atualizado, de acordo com aquilo que o mercado está priorizando em termos de tecnologia e técnicas de produção, são atributos essenciais, que moldam o perfil de um bom agricultor.

A importância de formar sucessores e não simplesmente herdeiros e preocupação com a continuidade das atividades familiares também recebe certa ênfase nos atributos dos potenciais sucessores. Os respondentes apontam para a responsabilidade dos pais, como bons agricultores, de criar condições e despertar o interesse sucessório nos filhos. Tem-se nessas afirmações, consolidando os anseios dos atores, um cenário voltado à sucessão. Fica claro que para os potenciais sucessores, um bom agricultor carrega em si, mais que um espírito empreendedor, também visto como fundamental, deve buscar um equilíbrio entre a rentabilidade das atividades, acesso às informações e tecnologias, autovalorização da sua imagem e direcionamento para essas atividades perdurarem.

Uma característica apontada, que merece destaque, é a pouca preocupação dos potenciais sucessores agricultores com o endividamento. Para eles, um bom agricultor pode, de forma coerente, contrair dívidas para buscar seus objetivos, considerando as dificuldades

típicas do setor. Tais afirmações reforçam uma visão de mercado interessante, na perspectiva de “correr riscos para alcançar as metas”. No entanto, diante das dificuldades expostas pela agricultura familiar, essa linha de pensamento deve ser trabalhada entre os potenciais sucessores, pelas consequências econômicas e financeiras que podem acarretar.

#### 4.3.2 Orientação de valor segundo os sucedidos

Seguindo a mesma metodologia de apresentação e análise de informações dos quadros anteriores, os quadros 04 e 05 mostram as orientações de valor e fatores que caracterizam um bom agricultor na opinião de outro grupo de atores do presente estudo: os sucedidos. As mesmas interrogações foram apresentadas aos pais dos potenciais sucessores, mensurando suas percepções sobre a importância de determinados fatores na definição de seus direcionamentos decisórios, diante da realidade agrícola. São apontadas também algumas diferenças entre as orientações de sucessores e sucedidos.

**Quadro 4- Orientação de valor segundo os sucedidos**

FATORES	MÉDIA INDIVIDUAL	ORIENTAÇÃO	MÉDIA DA ORIENTAÇÃO
Ter qualidade de vida	4,88	Intrínseca	4,49 1ª Orientação
Ter prazer no trabalho que executa	4,64		
Independência na organização do tempo	4,42		
Controle sobre situações do dia a dia	4,32		
O valor de um trabalho árduo	4,20		
Maximizar renda	4,70	Instrumental	4,33 2ª Orientação
Fazer renda para o futuro	4,56		
Fazer renda satisfatória	4,54		
Expandir os negócios	4,00		
Ter condições de trabalho agradáveis	3,84		
Sentimento de orgulho, pertencimento	4,74	Expressiva	4,22 3ª Orientação
Ser criativo e original. Flexibilidade	4,24		
Ter autoestima, trabalho que vale a pena	4,08		
Exercitar habilidades, fazer o que sabe	4,04		
Ser desafiado, ter objetivos	4,00		
Continuar uma tradição da família	4,38	Social	4,16 2ª Orientação
Trabalhar com membros da família	4,34		
Ter boas relações de trabalho	4,10		
Ter prestígio ser reconhecido	4,08		
Pertencer à comunidade agrícola	3,90		

Fonte: Dados da pesquisa.

A diferença de interesses entre as gerações é explícita na formação dos quadros de orientações de valor. Enquanto para os potenciais sucessores, a orientação predominante é a instrumental, com fatores voltados à renda e à expansão de negócios, para os pais esta orientação fica em segundo plano. Os potenciais sucedidos mostram-se propensos a uma orientação intrínseca, lembrada como terceira orientação pelos potenciais sucessores.

A orientação intrínseca valoriza aspectos como qualidade de vida, prazer no trabalho, independência na organização do tempo. Para os pais, essas características da vida no campo são mais valorizadas que os rendimentos econômicos. Isso pode estar associado à realidade vivenciada pelos agricultores familiares, ao longo dos tempos, e às transformações que as atividades foram sofrendo. Para eles, o relevante é manter o que se conquistou, tendo condições de usufruir das conquistas.

Essas diferenças reforçam as afirmações de Gasson (1973). Para a autora, não existem motivos puramente econômicos ou não econômicos, embora alguns sejam mais relevantes do que os outros para o comportamento econômico dos indivíduos. E as atitudes diante desses motivos são distintas. Por exemplo, ao invés de maximizar renda, o indivíduo pode querer maximizar a satisfação dentro de um determinado sistema de preferência. Essa ideia ficou clara na organização das orientações de valor dos pais. Sendo assim, a orientação expressiva surge como terceira na escala de importância, enquanto a social é a última.

**Quadro 5- Fatores que caracterizam um bom agricultor, segundo os pais**

Fatores	Média
Produzir mais e melhor	4,66
Produzir focado na qualidade e aceitabilidade dos produtos pelo mercado	4,62
Conseguir ter mais renda, construir capital	4,56
Ser atualizado, adepto a novidades e tecnologias	4,52
Buscar informações agrícolas constantemente	4,36
Não ter dívidas, empréstimos ou financiamentos	4,32
Ter sua própria terra	4,26
Estar preocupado com o bem estar dos trabalhadores e de sua família	4,18
Estar satisfeito com sua vida	4,18
Preparar seus filhos para assumir a propriedade	4,08
Estar preocupado com a continuidade da propriedade (futuro da propriedade)	4,04
Deixar a terra melhor do que encontrou	3,88
Estar preocupado com o futuro da produção de alimentos	3,48
Construir uma imagem positiva do agricultor, papel importante na sociedade	3,30
Preservar a beleza da paisagem (ambiente)	2,84
Ser atuante na comunidade agrícola (localidade e órgãos)	2,58
Oportunizar aos moradores urbanos um espaço agradável em meio à natureza	2,56

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação ao perfil de um bom agricultor, os sucessores mostram opinião, muitas vezes, divergente dos apontamentos de orientação de valor. Para eles, a caracterização “bom agricultor” está relacionado a fatores e técnicas de produção, rentabilidade e acompanhamento das inovações tecnológicas, além de busca e uso de informações sobre o setor. Estas afirmações controversas podem apontar para uma incerteza dos agricultores familiares sobre suas atribuições. Esses indicadores acabam moldando uma imagem de agricultor ideal, que, aparentemente, não condiz com a realidade em que vivem, ou seja, de maneira geral, eles se autocaracterizam como distantes do perfil de um bom agricultor, por valorizarem mais aspectos intrínsecos do que instrumentais.

Gasson (1973) alerta para essa predisposição dos agricultores familiares com áreas de terras exíguas que tendem a valorizar os aspectos intrínsecos da agricultura, enquanto que os agricultores com médias e grandes quantidades de terra e realidade produtiva diferenciada tendem a valorizar aspectos instrumentais e sociais. Essas variações são perceptíveis no presente estudo. Por mais que, dentre o público alvo, não tenham médios e grandes produtores, percebe-se na concepção de “bom agricultor” dos agricultores familiares o perfil de agricultor ideal, naquele grande produtor e não na sua realidade.

Enquanto isso, os potenciais sucessores demonstram ter maiores ambições econômicas nas orientações de valor e atrelam uma imagem de “bom agricultor” formada por fatores que estão mais presentes no seu dia a dia e próximos de sua realidade. Outra diferença importante entre as opiniões sobre ser um bom agricultor é a maior valorização, por parte dos sucedidos, de fatores como terra própria e não contrair dívidas. Esses desvios de opiniões podem estar relacionados ao acesso à informação e à utilização dessas para conviver e administrar os riscos do setor, considerando as mudanças que o mercado financeiro sofreu nas últimas décadas, dando outro viés ao conceito de “dívida”, que os sucedidos, de certa forma, desconhecem.

#### **4.3.3 Relações entre comportamento decisório sobre sucessão e orientação de valor**

Dentre os potenciais sucessores que compõem a amostra do presente estudo, 52% se dizem decididos pela sucessão geracional da propriedade, 28% decidiram por não dar continuidade às atividades familiares e os outros 20% ainda não chegaram a uma decisão.

Objetivando verificar se há relação entre a existência de sucessor e as diferentes orientações de valores dos potenciais sucessores verificam-se nos quadros que seguem as percepções de valor nos três públicos, de maneira individualizada.

Observa-se, nos três grupos de potenciais sucessores, um padrão similar dentro das orientações de valor, e as análises individuais seguem a ordem de orientação da análise geral. Nas três situações, a classificação das orientações é similar, com variações de percentuais. No entanto, observam-se algumas diferenças no posicionamento dos fatores dentro de cada orientação. Sendo assim, são elencadas as dissonâncias mais significativas em cada um dos grupos, uma vez que o direcionamento decisório sobre sucessão tende a estar diretamente relacionado a esse posicionamento dos potenciais sucessores.

**QUADRO 6- Orientação de valor segundo os potenciais sucessores com interesse sucessório**

FATORES	MÉDIA INDIVIDUAL	ORIENTAÇÃO	MÉDIA DA ORIENTAÇÃO
Fazer renda satisfatória	4,85	Instrumental	4,65 1ª Orientação
Expandir os negócios	4,77		
Maximizar renda	4,73		
Ter condições de trabalho agradáveis	4,50		
Fazer renda para o futuro	4,38		
Ter prestígio ser reconhecido	4,58	Social	4,21 2ª Orientação
Continuar uma tradição da família	4,40		
Ter boas relações de trabalho	4,28		
Trabalhar com membros da família	3,96		
Pertencer à comunidade agrícola	3,82		
Ter qualidade de vida	4,68	Intrínseca	4,12 3ª Orientação
Ter prazer no trabalho que executa	4,56		
Independência na organização do tempo	3,94		
Controle sobre situações do dia a dia	3,76		
O valor de um trabalho árduo	3,64		
Exercitar habilidades, fazer o que sabe	4,08	Expressiva	3,61 4ª Orientação
Sentimento de orgulho, pertencimento	4,04		
Ter autoestima, trabalho que vale a pena	3,62		
Ser criativo e original. Flexibilidade	3,42		
Ser desafiado, ter objetivos	2,88		

Fonte: Dados da pesquisa.

Na construção das orientações de valor dos potenciais sucessores, decididos pela sucessão, percebe-se uma predominância da orientação instrumental. De acordo com os

resultados empíricos do presente estudo, os potenciais sucessores que compõem esse grupo já têm uma atuação direta dentro das atividades da propriedade, têm uma idade mais avançada e, geralmente, trabalham em tempo integral nos afazeres rurais. Essas características podem estar relacionadas a um interesse maior desses em expandir os negócios, pensando no futuro, como conhecedores da realidade da propriedade, além de maximizar renda, mais valorizada entre os potenciais sucessores na análise geral.

Da mesma forma, comparando as respostas com a classificação geral das orientações de valor, os potenciais sucessores decididos pela sucessão, mostram-se mais preocupados em continuar a tradição da família, do que ter boas relações de trabalho e em exercitar suas habilidades, dando menos ênfase ao sentimento de orgulho e pertencimento. Índices relevantes chamam a atenção, nos aspectos relacionados à como fazer renda satisfatória, expandir os negócios e ter qualidade de vida.

Esse último tem uma consideração significativa por parte de todos os potenciais sucessores, fator que eleva os índices da orientação intrínseca. Nesse grupo, a orientação intrínseca se apresenta muito próxima da social, fato que demonstra que os potenciais sucessores decididos pela sucessão seguem uma linha de valores mais próxima da de seus pais do que aqueles que não pensam na sucessão ou estão indecisos.

**Quadro 7- Orientação de valor segundo os potenciais sucessores sem interesse sucessório**

FATORES	MÉDIA INDIVIDUAL	ORIENTAÇÃO	MÉDIA DA ORIENTAÇÃO
Fazer renda satisfatória	4,86	Instrumental	4,62 1ª Orientação
Maximizar renda	4,79		
Expandir os negócios	4,57		
Ter condições de trabalho agradáveis	4,57		
Fazer renda para o futuro	4,29		
Ter prestígio ser reconhecido	4,50	Social	4,24 2ª Orientação
Ter boas relações de trabalho	4,43		
Pertencer à comunidade agrícola	4,21		
Continuar uma tradição da família	4,14		
Trabalhar com membros da família	3,93		
Ter qualidade de vida	5,00	Intrínseca	3,81 3ª Orientação
Ter prazer no trabalho que executa	4,57		
Independência na organização do tempo	3,36		
Controle sobre situações do dia a dia	3,14		
O valor de um trabalho árduo	3,00		

FATORES	MÉDIA INDIVIDUAL	ORIENTAÇÃO	MÉDIA DA ORIENTAÇÃO
Exercitar habilidades, fazer o que sabe	4,21	Expressiva	3,50 4ª Orientação
Sentimento de orgulho, pertencimento	3,86		
Ter autoestima, trabalho que vale a pena	3,43		
Ser criativo e original. Flexibilidade	3,29		
Ser desafiado, ter objetivos	2,71		

Fonte: Dados da pesquisa.

O quadro 07 apresenta as orientações dos potenciais sucessores sem intenção de suceder. São indivíduos que permanecem na propriedade, com objetivos pontuais, de concluir etapas de estudo ou manter-se até encontrar uma ocupação fora. Percebe-se nesse grupo orientações fortes no campo instrumental e social, apontando para uma descrença na agricultura familiar como alternativa de retorno financeiro. Enquanto os potenciais sucessores com interesse sucessório expressam valorizar aspectos econômicos e mesmo assim pretendem ficar na propriedade, tirando dela seu sustento e acreditando que com a agricultura podem atingir seus objetivos financeiros, aqueles sem intenção de permanecer demonstram pensar o contrário, ou seja, pretendem alcançar seus objetivos financeiros em outros cenários, vistos como mais atraentes ou propensos ao sucesso.

Fazendo um contraponto com a caracterização das orientações de valor dos potenciais sucessores, de maneira geral, percebe-se que esse grupo valoriza mais o fato de pertencer a uma comunidade agrícola do que continuar as tradições da família. Também vale salientar que o grupo demonstra valorizar muito uma característica peculiar da vida no campo e atividades da agricultura familiar: a qualidade de vida. Esse é o único fator com índice máximo de valorização por parte dos entrevistados. Apesar dessa concepção e valorização da qualidade de vida, atrelada ao rural, o grupo parece considerá-la pouco, na sua decisão, em detrimento dos fatores instrumentais e sociais.

Por fim, as orientações de valor dos potenciais sucessores que ainda não chegaram a uma decisão sobre permanecer ou não na propriedade (Quadro 08) seguem o mesmo padrão das demais. Esses sucessores têm como características a jovialidade e o fato de, no geral, estarem em alguma fase de estudo, aguardando definições para chegarem a uma decisão sobre seu futuro.

**Quadro 8- Orientação de valor segundo os potenciais sucessores indecisos**

FATORES	MÉDIA INDIVIDUAL	ORIENTAÇÃO	MÉDIA DA ORIENTAÇÃO
Fazer renda satisfatória	4,90		4,70

Maximizar renda	4,80	Instrumental	1ª Orientação
Expandir os negócios	4,80		
Ter condições de trabalho agradáveis	4,80		
Fazer renda para o futuro	4,20		
Ter boas relações de trabalho	4,60	Social	4,28 2ª Orientação
Continuar uma tradição da família	4,60		
Ter prestígio ser reconhecido	4,50		
Trabalhar com membros da família	3,90		
Pertencer à comunidade agrícola	3,80		
Ter prazer no trabalho que executa	4,70	Intrínseca	3,78 3ª Orientação
Ter qualidade de vida	4,40		
Controle sobre situações do dia a dia	3,50		
Independência na organização do tempo	3,40		
O valor de um trabalho árduo	2,90		
Sentimento de orgulho, pertencimento	4,50	Expressiva	3,42 4ª Orientação
Exercitar habilidades, fazer o que sabe	3,80		
Ter autoestima, trabalho que vale a pena	3,40		
Ser criativo e original. Flexibilidade	2,90		
Ser desafiado, ter objetivos	2,50		

Fonte: Dados da pesquisa.

Tendo como parâmetro o quadro 02, de orientações de toda população amostral, os potenciais sucessores indecisos também seguem o padrão de resposta dos demais, sendo que a orientação predominante, a instrumental, registrou a maior média entre todas as outras, tanto nos dados gerais quanto nos outros dois grupos de potenciais sucessores. A princípio, esse grupo apresenta maior propensão por uma orientação voltada aos fatores financeiros. Dessa forma, sua decisão futura sobre sucessão certamente terá grande influência desses fatores.

Por outro lado, esses potenciais sucessores, diferentemente dos resultados gerais, valorizam mais as boas relações de trabalho e a oportunidade de continuar com as tradições da família do que ter prestígio e ser reconhecido. Também valorizam mais o controle sobre as atividades do dia a dia e o valor do trabalho árduo, características das atividades rurais familiares, em detrimento da independência e da organização do tempo.

Analisando a valorização de fatores relacionados à vida no campo e percepções de agricultores familiares de Frederico Westphalen/RS, sendo eles potenciais sucessores e sucedidos, veem-se claros direcionamentos que podem explicar seus interesses decisórios. Ao organizar esses fatores, de acordo com a metodologia de análise sugerida por Gasson (1973), percebe-se uma consonância de descobertas. Em seus estudos sobre orientações de valores de

agricultores do Reino Unido, Ruth Gasson descobriu que a maioria dos agricultores em tempo integral são filhos de agricultores e, em muitos casos, escolheu permanecer no campo sem muita consciência de sua escolha. Essa realidade pode ser associada aos pais, hoje sucessores, no passado, quando sucederam seus pais.

Os valores geralmente são formados em resposta ao ambiente do indivíduo. No caso, o ambiente em questão passou por profundas transformações ao longo dos anos e, conseqüentemente, o perfil de decisão e fatores a serem considerados pelos atuais sucessores, também. A autora complementa dizendo que, se os filhos crescerem na expectativa de seguir os passos de seus pais, inconscientemente, absorverão os valores adequados aos interesses deles e tenderão a se voltar para a sucessão. No entanto, há também aqueles filhos que rejeitam esses valores e decidem deixar a agricultura para exercer outras ocupações, vistas como mais agradáveis para seus sistemas de valores pessoais (GASSON, 1973).

## 5 CONCLUSÕES

A presente tese tem origem e surge nas perspectivas de se desvendar as particularidades que permeiam as decisões sobre sucessão geracional na pequena propriedade rural familiar. Diante da importância da agricultura familiar, especialmente em regiões com características rurais, voltadas ao minifúndio, estudos como esse, voltados a pensar a reprodução social e econômica do setor, tornam-se substanciais. Debates acadêmicos e políticos são levantados a todo instante, com o propósito de gerar políticas públicas que viabilizem a agricultura familiar, com instâncias pontuais e imediatas. No entanto, de pouco adianta estruturar o hoje se não for pensado o amanhã, ou seja, a continuidade destas iniciativas. Se não houver interesse sucessório por parte dos potenciais sucessores rurais, os rumos trilhados pela agricultura familiar tendem a ser distintos das propostas atuais.

A crescente desmotivação dos jovens em permanecer nas propriedades familiares passa a gerar problemas sociais e econômicos importantes. O êxodo rural jovem, com intensidade no sexo feminino, está ocasionando um aumento do envelhecimento e masculinização da população rural e, conseqüentemente, vem dificultando o processo sucessório e as perspectivas de continuidade das atividades agrícolas.

Apesar de se observar uma realidade econômica e estrutural animadora em termos de rentabilidade econômica, de considerável número de propriedades locais, mesmo com pouca quantidade de terra, percebe-se, nos estudos preliminares, pouca intenção de continuidade das atividades familiares por parte dos potenciais sucessores. Em muitos casos eles reconhecem que a propriedade pode lhes proporcionar uma garantia financeira melhor do que a maioria das atividades urbanas ou como funcionários em grandes unidades agropecuárias, mas mesmo assim não cogitam permanecer, por outros fatores que se sobrepõem aos financeiros. Julgam não saber qual é o futuro da propriedade familiar, tampouco o destino dos investimentos feitos pelos patriarcas.

Percebem-se, nesse contexto, duas situações distintas relacionadas aos investimentos em infraestrutura e processos produtivos na propriedade. Primeiramente, quando o agricultor familiar com boas iniciativas empreendedoras, faz investimentos que culminam em melhores resultados produtivos e financeiros, sem a preocupação com a sucessão como processo ou com a preparação de um sucessor, corre o risco de ver sua iniciativa descontinuar e até mesmo acabar. Ou, com o tempo, a estrutura e a propriedade construída deve ser repassada para

terceiros, pela falta de um sucessor na família. Essa realidade é comumente observada nas relações familiares, dentro das propriedades familiares do local do estudo.

Em outros casos, quando os investimentos vêm associados a uma concreta perspectiva sucessória, a manutenção do espaço e das técnicas, no meio familiar, podem servir de alento para investimentos maiores e contínuos, com mútuo interesse de sucessores e sucedidos. Uma propriedade com sucessor tende estar mais preparada para receber investimentos. A nova geração investe para melhorar a produtividade e as receitas, buscando uma alternativa de construir sua vida no campo. Enquanto isso, os sucedidos -geração anterior- procuram investir com o intuito de garantir uma aposentadoria mais tranquila e segura.

Na presente tese, apontamentos de estudos em diversas partes do mundo atestam para importância de se pensar planos de sucessão para direcionar os rumos da propriedade na família. Deixam claro que tal procedimento é de fundamental importância para que a decisão sobre a sucessão seja segura, assim como o interesse sucessório, por parte dos jovens, aumente. Ao analisar e confrontar essas descobertas com os dados levantados no presente estudo percebem-se consonâncias em muitos pontos e afirmações.

Nesse cenário, analisar as decisões dos agricultores familiares de Frederico Westphalen/RS, com relação à sucessão geracional nas suas propriedades, torna-se fundamental para compreender seus direcionamentos e, conseqüentemente, buscar alternativas que os façam cogitar a sucessão. Para tal, buscou-se conhecer melhor o perfil dos potenciais sucessores. Da mesma forma, a verificação da intensidade com que as características pessoais e estruturais das propriedades, juntamente com a identificação dos valores e motivações que influenciam e orientam a decisão desses potenciais sucessores e de seus pais (GASSON, 1973), torna-se importante para compreender de maneira ampliada como o processo vem ocorrendo.

Para atender os objetivos da tese, fez-se necessário conhecer a realidade agrícola local, considerando que está inserida num contexto de sistema agrário global. Além disso, o sistema agrário local passou e ainda passa por transformações e adaptações, ao longo da história. A compreensão dessas alterações de cenários agrícolas, desde a colonização da região, passando pelas adaptações impostas pela modernização da agricultura e Revolução Verde, até as integralizações vistas na atualidade, evidencia como se deu a condução das práticas agrícolas, garantias alimentares e processos sucessórios, no passado, e quais as conseqüências e traços desses processos no que se apresenta hoje.

A percepção que os agricultores têm de sua situação, finalidades e do futuro de sua propriedade, acabam direcionando suas decisões e impulsionam as decisões de seus descendentes. A escolha dos potenciais sucessores por permanecer na propriedade familiar e suceder seus pais é fortemente influenciada pelas circunstâncias econômicas e ambientais dos sistemas e cenários agrícolas em que estão inseridos, bem como as diretrizes do setor, no momento da decisão.

As adaptações a determinadas mudanças de situações, perspectiva tecnológica, potencialidades e limitações, fatores de produção, situação familiar, características físicas, sociais e econômicas da propriedade, capital e força de trabalho podem influenciar na finalidade de uso da propriedade, contribuindo para uma formação de opinião voltada ou não ao interesse por investimentos ou sucessão geracional. Torna-se uma questão de interpretação e leitura das alternativas ou situações e suas consequências a curto e médio prazo.

A análise e interpretação dos dados gerados pela pesquisa de campo possibilitam achados reveladores. Sobre o tamanho das propriedades e diversificação da produção agrícola, os números corroboram com as expectativas regionais. A realidade produtiva das propriedades é voltada, especialmente para a integralização da produção com empresas de leite, suíno e frango, com alguns agregados, como grãos e, em alguns casos, a comercialização de produtos no centro urbano.

Também, por apresentarem, de maneira geral, uma boa escolaridade, diante das possibilidades de aprimoramento acadêmico existentes no local, aliada à constatação de que os potenciais sucessores demonstraram mais interesse por cursos fora da área agrícola, tem-se mais um fator influenciador importante na perspectiva sucessória desses atores. Diante disso, o cenário sucessório em pequenas propriedades rurais se torna mais preocupante na medida em que, além das possibilidades de aprimoramento acadêmico estar sendo percebidas como um entrave no interesse sucessório, mesmo entre aqueles que optam por cursos voltados ao setor agropecuário, a perspectiva não se altera, ou até se intensifica.

Isso demonstra mais uma vez a importância de pensar sucessão geracional como um processo planejado, cujo incentivo familiar é fundamental. Os potenciais sucessores demonstraram ter uma forte orientação instrumental, segundo a classificação de Gasson, (1973), especialmente na perspectiva de maximização de renda. Dessa forma, sua participação nas atividades da propriedade, bem como a percepção de retorno financeiro atrelado ao seu esforço no processo produtivo, independência e autonomia nas decisões sobre investimentos e

mercado são apontados como condicionantes fundamentais para que os atores se decidam pela sucessão.

Talvez se estabeleça nesse raciocínio um dos gargalos identificados na problemática da sucessão geracional. Muitas vezes os atores não veem a sucessão como um processo, que precisa ser planejado, discutido e traçado. Imaginam a sucessão como um acontecimento repentino, cuja decisão deve ser tomada quando o chefe da propriedade não puder mais administrá-la ou por incapacidade física, doença ou morte. Logicamente que os potenciais sucessores mais jovens precisam amadurecer suas intenções para decidir, mas o processo decisório deve iniciar logo, para que se pense num planejamento adequado.

Esse processo é conduzido pelas características endógenas dos atores, moldadas e alimentadas pelas situações e condições micro e macroambientais em que vivem. Dessa forma, é natural que haja diferenças nas orientações de valor, motivações e perspectivas sucessórias em diferentes regiões agrícolas, assim como o processo decisório sobre sucessão, é conduzido pelas características econômicas, sociais e políticas locais. Essas diferenças reportam a distintas orientações de valor dos agricultores, como também foi observado por (GASSON, 1973).

No entanto, o estudo aponta para a necessidade de oportunizar aos jovens do campo acesso aos benefícios urbanos. Se para permanecer na propriedade, eles precisarem abdicar daquilo que a cidade oferece, possivelmente não terão motivação plena para a permanência na propriedade. A geração atual acaba se confrontando mais com o mundo urbano, pois esses potenciais sucessores circulam nesses espaços a partir das oportunidades de estudo e lazer. Tais percepções são claramente identificadas no presente estudo.

Dessa forma, os resultados observados no estudo apontam para a necessidade de uma maior atenção aos anseios dos pequenos agricultores familiares, sobretudo para que seus descendentes percebam que a sucessão pode ser vista como uma alternativa de futuro.

Destaca-se que os agricultores familiares e seus descendentes mostram-se sabedores da importância da sua atividade produtiva para o desenvolvimento do lugar onde moram. Apesar de divergentes em alguns pontos, de serem orientados por valores distintos, e de passarem por processos decisórios particulares e influenciados por diferentes fatores, sucessores e sucedidos demonstram, em muitas situações, que existem possibilidades para o contínuo desenvolvimento das práticas familiares na agricultura.

No entanto, essas possibilidades passam pela compreensão da sucessão como um processo e não como uma ação pontual, e que as dificuldades da vida no campo podem ser

minimizadas, com planejamento produtivo e técnicas de gestão, que garantam suprir os anseios mínimos de quem pretende fazer sua vida no campo, sem ter que precisar abdicar de todos os benefícios urbanos, considerados atrativos pelos potenciais sucessores, com dignidade, valorização e qualidade de vida.

Diante das constatações, que clareiam as necessidades por medidas pontuais e urgentes em prol da manutenção e continuidade desse pilar importante do sistema agroalimentar, a agricultura familiar em pequenas unidades produtivas, tem-se a certeza de que alternativas e possibilidades para aumentar o interesse sucessório dos jovens do campo, assim como a vontade de seus pais em preparar sucessores existem. Por isso e pensando nisso, o presente estudo deixa uma gama de ramificações passíveis de estudos futuros. São delineamentos que foram levantados, mas não aprofundados ou trabalhados a ponto de gerarem pareceres conclusivos.

A participação de instituições públicas, comunitárias e até mesmo particulares, como universidades, sindicatos, cooperativas e empresas voltadas ao setor agrícola, nas discussões e projetos que abracem planos de sucessão para a agricultura familiar, tem um papel fundamental nesse processo. As propostas devem envolver toda a família e não somente os potenciais sucessores, uma vez que os pais são influenciadores e motivadores importantes nas decisões dos filhos. Além disso, os currículos e grades de cursos de formação, em todos os níveis, devem contemplar de forma mais incisiva a preparação dos jovens, também para construir sua vida profissional nas pequenas propriedades, ofertando-lhes essa oportunidade, dentro de sua gama de direcionamentos profissionais.

O poder público deve pensar com clareza políticas que realmente incentivem e direcionem os jovens à sucessão, considerando as suas perspectivas de futuro e valores pessoais e profissionais. A manutenção desta força motriz do desenvolvimento rural que prevalece em muitas regiões do país torna-se fundamental na engrenagem que envolve a segurança alimentar e a produção de alimentos.

Na seara da segurança alimentar, os apontamentos do presente estudo atestam a importância de discussões futuras que analisem de maneira mais enfática até que ponto a carência de perspectivas sucessórias pode interferir sobre questões de segurança alimentar. Nesse sentido, cabe a elaboração de um estudo específico para analisar a relação da problemática da sucessão e suas consequências para segurança alimentar. As discussões que permeiam as garantias alimentares têm na agricultura familiar um pujante alicerce que não

pode ser visto como coadjuvante na economia, já que tem um papel fundamental na produção de alimentos para os centros urbanos e na sua própria manutenção como ator social.

Por fim, propostas com planos que pensem a sucessão geracional como um processo de médio e até longo prazo são de responsabilidade dessas instituições e da própria população rural, com o aporte e interesse da população urbana que, de certa forma, depende da agricultura para sua sobrevivência. Apesar da perceptível evasão jovem e queda constante do interesse sucessório, vê-se também possibilidades e alternativas para alçar novos rumos e redirecionar os caminhos da agricultura familiar de maneira viável e sustentável.

## REFERÊNCIAS

- ABBADE, E. B. **A Insegurança Alimentar no Ambiente Obesogênico Global (Food Insecurity in the Global Obesogenic Environment)**. 2014. 158f. Tese (Doutorado em Agronegócio) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri, Brasília: Nead/ Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.
- ADACHI, P. P. **Família S.A.: Gestão de Empresa Familiar e solução de conflitos**. São Paulo: Atlas, 2006.
- ALCÂNTARA, N. de B.; MACHADO FILHO, C. A. P. O Processo de Sucessão no Controle de Empresas Rurais Brasileiras: um Estudo Multicasos. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 16, n. 1, p. 139-151, 2014.
- ANDRADE, J. J de. **Os valores e as motivações no processo de tomada de decisão dos produtores rurais no município de Sant’Ana do Livramento/RS**. 2008. 288f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ARAÚJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial: o complexo “agribusiness” brasileiro**. Rio de Janeiro: Suma Economia, 2001.
- ARGABE, A. P. **Fundamentos de Economia Rural**. Chapecó: Argos, 2006.
- BARBIERI, C.; MAHONEY, E. Why is the Diversification an Attractive Farm Adjustment Strategy. **Journal of Rural Studies**, Texas, v. 25, p. 338-345, 2009.
- BARBOSA, F. D. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1985.
- BATALHA, M. O. (Org.). **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2001.
- BATTISTELLA, V. **Painéis do Passado**. Frederico Westphalen: Gráfica Marin, 1969.
- BERNARDES, N. **Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Unijuí, 1997.
- BERTALANFFY, L. V. **Teoria General de los Sistemas: fundamentos, desarrollo, aplicaciones**. Traducción de Juan Almela. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.
- BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da Pesquisa: monografia, dissertação e tese**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BOHN GASS, S. L.; VERDUM, R.; MANTELLI, J. Estrutura, processo, função e forma no setor agrário do noroeste do Rio Grande do Sul. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**,

Paris, v.20, n.20, 2014. Disponível em: <[www.confins.revues.org/8879?lang=PT](http://www.confins.revues.org/8879?lang=PT)>. Acesso em: 14 nov. 2015.

BORGES, J. A. R. **Riscos e mecanismos para gerenciá-los**: uma análise a partir das percepções dos produtores de *commodities* agrícolas. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

BRIXIUS, L.; AGUIAR, R.; MORAES, V. A. A força da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul. **Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.1/3, set/dez, 2006.

BROSSIER, J. Système et système de production: not sur ces concepts. **Chaiers Des Sciences Humanies**, Paris, v. 23, n. 3-4, p. 377-390, 1987.

BRUM, A, J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Fidene, 1985.

COLÉGIO AGRÍCOLA DE FREDERICO WESTPHALEN - CAFW. **Arquivos UFSM**. 1957. Disponível em: <<http://ptah.adm.ufsm.br/atom/index.php/colégio-agricola-de-frederico-westphalen-1957;isaar>>. Acesso em: 03 e novembro de 2015 as 14 horas.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**. v. 15, n. 2, p. 45-66, 1998.

CARRIERI, A. P. **A racionalidade Administrativa**: os sistemas de produção o processo de decisão-ação em unidades de produção rural. 1992. 208f. Dissertação. (Mestrado em Administração Rural) - Escola Superior de Agricultura, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1992.

CASILLAS, J. C. B. et al. **Gestão da empresa familiar**: conceitos, casos e soluções. São Paulo: Thomson, 2007.

CHEMIN B. F.; AHLERT L. A Sucessão patrimonial na Agricultura Familiar. **Estudo e Debate**, Lajeado, v. 17, n. 1, p. 50-52, jan. 2010.

CHIARINI, T. **A pobreza no espaço**: uma aplicação para o Rio Grande do Sul, 2000. 2008. 125f. Dissertação. (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

CHONCHOL, J. **Sistemas agrários em América Latina**. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1994.

CREMA, R. **Visão Holística em Psicologia e Educação**. São Paulo: Summus, 1991.

DAFT, R. L. **Administração**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

DALCIN, D. **Os Estilos de tomada de Decisão e o Desempenho Econômico das propriedades Rurais de Palmeira das Missões/RS**. 2013. 130f. Tese (Doutorado em

Agronegócio) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DALLA NORA, H. A. D. **A organização Sindical Rural no Rio Grande do Sul e o Surgimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Frederico Westphalen.** 2002. 148f. Dissertação. (Mestrado em História Regional) – Faculdade de História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2002.

DEVES, O. D.; RAMBO, A. G.; MIGUEL, L. de A. A Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul: uma análise dos sistemas agrários e das políticas de desenvolvimento neste “território”. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, n.4, 2008, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUCRS, 2008. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/eventos/encontro-de-economia-gaucha/4-encontro-de-economia-gaucha-2008/>>. Acesso em setembro de 2015.

DUTRA, A. da S.; MACHADO, J. A. D.; RATHMANN, R. Alianças Estratégicas e Visão Baseada em Recursos: um Enfoque Sistêmico do Processo de Tomada de Decisão nas Propriedades Rurais. Evento Sober. Rio Branco, Acre, 2008.

EL-OSTA, H.; JOHNSON; MISHRA. Succession in Family Farm Business: Empirical Evidence from the U.S. Farm Sector. **AAEA Meeting in Denver**, Denver, 2004.

ERRINGTON, A.; GASSON, R. Labour use in the Farm Family Business. **Sociologia Ruralis**, London, v. 34, n. 4, p. 293–307, 1994.

FERIGOLLO, W. **Rostos e Rastros do Barril.** Frederico Westphalen: Pluma, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sonhos & Trilhas:** a história das comunidades. Frederico Westphalen: Pluma, 2014.

FLORES, M. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ediplat, 2006.

FREITAS, H. et al. **Informação e Decisão:** sistemas de apoio e impacto. Porto Alegre: Ortiz, 1997.

GASSON, R. Goals and Values of Farmers. **Journal of Agricultural Economics**, Malden, v. 24, p. 521-538, 1973.

GAZOLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma Análise do PRONAF Crédito de Custeio e Investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GAZOLLA, M. **Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS.** 2004. 306f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GRUBBSTRÖM, A.; STENBACKA, S.; JOOSSE, S. Balancing family traditions and business: Gendered strategies for achieving future resilience among agricultural students. **Journal of Rural Studies**, Ekonomikum, v.6, n.35, p. 152-161, 2014.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1972.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística -IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do ano de 1959**. 1959. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_33.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_33.pdf)>, acesso em 10 de novembro de 2015 às 10 horas.

\_\_\_\_\_. Sinopse do Censo Demográfico de 1991. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-20RJ/CD1991/CD\\_1991\\_sinopse\\_preliminar\\_RS.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-20RJ/CD1991/CD_1991_sinopse_preliminar_RS.pdf)>. Acesso em: 11 de novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Estudos e Pesquisas: Informações Demográficas e Socioeconômicas. População Jovem do Brasil. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 11 de novembro de 2015 às 14 horas.

\_\_\_\_\_. Banco de dados agregados SIDRA: Universo – Tabela 202 – População residente por sexo e situação de domicílio. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 10 de novembro de 2015.

\_\_\_\_\_. Censo Estatístico 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 13 de Agosto de 2014.

JACOMELLI, J. **Comissão de Terras: relações de poder em Palmeira**. Passo Fundo: UPF, 2004.

KHUSH, G.S. Green revolution: the way forward. **Nature Reviews, Genetic**, London, v. 2, n.10, p. 815-822, 2001.

LEVIN, J. **Estatística Aplicada a Ciências Humanas**. 2. ed. São Paulo: Arbra, 1987.

LIMA, A. J. P.; BASSO, N. ; NEUMANN, P. S. **Administração de Unidades de Produção Familiar: modalidades e trabalhos com agricultores**. Ijuí: Unijui, 2005.

LOBLEY, M. Succession in the family farm business. **Journal of Farm Management**, Teerã, v. 13, n. 12, p. 839-851, 2010.

LUDWIG, M. B. *et al.* **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos de 1960 a 1980**. Porto Alegre: FEE, 1984.

MACHADO, J. A. D. **Análisis del sistema información-decisión en agricultores de regadio del Valle Medio del Guadalquivir**. Córdoba/España: ETSIAM. Tesis Doctoral. 1999.

MACHADO, J. A. D.; OLIVEIRA, L. M. de; SCHNORRENBERGER, A. Compreendendo a Tomada de Decisão do Produtor Rural. In.: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 64., Fortaleza, 2006. **Questões agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento**. Fortaleza: SOBER, 2006.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 3. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2001.

MANN, S. Tracing the process of becoming a farm successor on Swiss family farms. **Agriculture and Human Values**. v. 24, p. 435-443. Ettenhausen, Switzerland, 2007.

MANZINI, E. J. **Entrevista: definição e classificação**. Marília: Unesp, 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MAXIMIANO, A. C. **Introdução à administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. NEAD. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

MERTZ, M. A Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul – Um Sistema Agrário “Colonial”. **Ensaio Fundação de Economia e Estatística (FEE)**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 277-298, abril de 2004.

MIGUEL, L. de A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

\_\_\_\_\_. Entre os Campos e as Florestas: origem e evolução da agricultura no Rio Grande do Sul/Brasil. **Séminaire franco-brésilien « Dialogues contemporains sur la question agraire et l’agriculture familiale au Brésil et en France »**. Paris, 24 et 25 avril 2013.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. **O quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Caderno de Saúde Pública: Rio de Janeiro, 1993.

MINKES, A. L.; FOXALL, G. R. Herbert Simon and the Concept of Dispersed Entrepreneurship. **Journal of Economic Psychology**. v. 24, p. 221-228, 2003.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOREIRA, A. C.; MELLO, D. Manifestações Culturais no Espaço Agrário de Frederico Westphalen (RS) Voltadas ao Saber do Campo na Alimentação Humana. **Revista de Ciências Humanas e Educação**. v.11, n. 16. Frederico Westphalen: URI/FW, 2010.

MOTTA, P. R. **Transformação organizacional: a teoria e a prática de inovar**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

NAKAGAWA, M. **Introdução à Controladoria: Conceitos, Sistemas, Implementação**. São Paulo: Atlas, 1993.

NORMAN, D.; DOUGLAS, M. Desarrollo de Sistemas Agrícolas y Conservación Del Suelo. Serie FAO: **Gestión de Sistemas de Exploración Agrícola**. Roma, 1996. *In* <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=DmM04rsfTSYC&oi=fnd&pg=PR7&dq=norman+1996.+desarrollo+sisntemas+agropecuarios&ots=3ZGU6hl6HZ&sig=K7ZkFKxqVYorAXxmFEvlZFZUH9I#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 08 de setembro de 2015.

OLKOSKI, V. **História Agrária do Médio Alto Uruguai – RS: Colonização, (re)apossamento das terras e exclusão (1900 – 1970)**. 2002. 135f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2002.

PÁDUA, E. M. M. Metodologia da Pesquisa: abordagem teórica-prática. 15. ed. Campinas: Papirus, 2004.

PANNO, F. Sucesso Agroindustrial Através de Mudança Organizacional. **Revista de Administração URI/FW**. V. 2, n. 3, p. 69-88. Frederico Westphalen: URI, 2003.

\_\_\_\_\_. **Competitividade Agroindustrial Através de Produto Diferenciado: o caso do Abatedouro de Frangos Piovesan de Frederico Westphalen/RS**. 2005. 166f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania) – Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2005.

PANNO, F.; ROSSONI, S.; SANTOS, E. Formação e Influências Atuais na Região do Médio Alto Uruguai – Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Humanas**. v. 7, n. 9. Frederico Westphalen: URI, 2006.

PELLEGRIN, M. de. **A Cultura do Alimento e a Espiritualidade Reativando a Memória da População da comunidade da Linha São Paulo em Frederico Westphalen, RS**. 2008. Monografia. (Especialização em História) – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões) – Frederico Westphalen, 2008.

PIOVESAN, A. J. **Diferentes Manifestações Constituintes da Realidade do Espaço Rural de Frederico Westphalen**. 2002. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões) – Frederico Westphalen, 2002.

PIRAN, N. **Agricultura familiar: lutas e perspectivas no Alto Uruguai**. Erechim: Edifapes, 2001.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

RIZZATTI, M. E. C. **Aspectos significativos da história de Frederico Westphalen**. Frederico Westphalen: Ed. Marin, 1996.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHNEIDER, S. **Os Colonos da Indústria Calçadista: Expansão Industrial e as Transformações da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul**. 1994. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

\_\_\_\_\_. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo v. 18, n. 51. Fev., 2003.

SEGATTI, S.; HESPANHOL, A. N. Alternativas para a geração de renda em pequenas propriedades rurais. In.: ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA , 4., São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: ENGRUP: São Paulo, 2008. p. 615-631.

SILVA NETO, B.; LIMA, A. P. de; BASSO, D. Incerteza, Racionalidade e Procedimentos em Ações de Desenvolvimento Local. In.: **Desenvolvimento em Questão**. Ijuí: Unijui, Jul./Dez 2003.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SILVA NETO, B. A Regionalização do Estado Segundo seus Sistemas Agrários. In.: \_\_\_\_\_. **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SILVA NETO, B.; FRANTZ, T. R. A formação Histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SILVA NETO, B.; OLIVEIRA, A. Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural e Formação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 16, n. 1, p. 83-108. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N. Desenvolvimento rural sem jovens? **Agropecuária Catarinense**. v.11, n.4, p. 5-8, 1998.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis e Brasília: EPAGRI e NEAD, 2001.

SIMON, H. **Comportamento Administrativo**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1965.

SONNINO, R.; TORRES, C. L.; SCHNEIDER, S. Reflexive governance for food security: The example of school feeding in Brazil. **Journal of Rural Studies**. v. 36, p. 1–12, 2014.

SPANEVELLO, R. M. **A Dinâmica Sucessória na Agricultura Familiar**. 2008. 236f. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

SPONCHIADO, B. **Mons. Vitor Battistella na história de “Barril”**. Passo Fundo: Gráfica e Editora Berthier, 1989.

\_\_\_\_\_. **Vitor Battistella o Padre Caudilho**. 2003. 233f. Tese. (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

TARGINO, M. da G.; GARCIA, J. C. R. **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

VLIET, J. A. V.; SCHUT, A. G. T.; REIDSMA, P.; DESCHEEMAEKER, K.; SLINGERLAND, M.; VEN, G. V.; GILLER, K. E. De-mystifying family farming: Features, diversity and trends across the globe. **Global Food Security**, v. 5, p. 11-18, 2015.

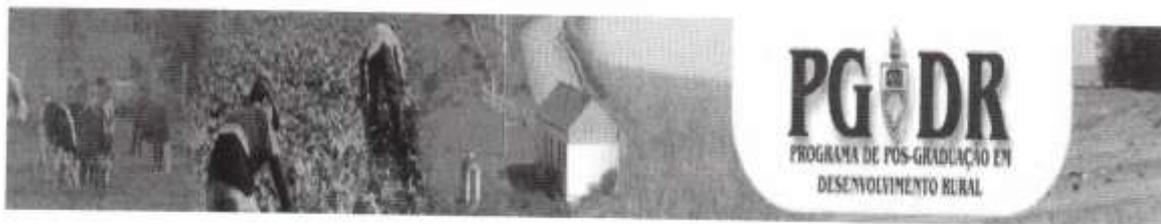
WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.15, p.87-145, out., 2000.

\_\_\_\_\_. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ZAMPIERI, M. C. **O Comportamento Sexual do Universitário Brasileiro**: Estudo Analítico-Descritivo Acerca de suas Concepções, Valores e Atitudes Sobre a Sexualidade. 2008. Tese. (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2008.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

## APÊNDICE A - Questionário aplicado aos agricultores familiares (pais)



### APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Prezado agricultor familiar.

Ao cumprimentá-lo, pedimos a sua colaboração respondendo o questionário que segue. Ele objetiva conhecer algumas características de sua propriedade e de sua família, bem como percepções sobre a vida no campo e especialmente sobre sucessão familiar. O questionário servirá para compor os dados de campo da tese de doutorado, que tem como título **SUCCESSÃO HEREDITÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR: VALORES, MOTIVAÇÕES E INFLUÊNCIAS QUE ORIENTAM AS DECISÕES DOS ATORES**, no Programa de Desenvolvimento Rural da UFRGS.

Reitero que o uso destes dados será único e exclusivamente destinado à tese e o anonimato do entrevistado será respeitado. Ao terminar o questionário pedimos que seja indicado um dos jovens maiores de 15 anos, residente na propriedade, que será entrevistado como potencial sucessor.

Desde já agradecemos a sua colaboração

ATT

Doutorando: Fernando Panno

Orientador: João Armando Dessimon Machado

Agricultor familiar: \_\_\_\_\_

De acordo: \_\_\_\_\_

Assinatura

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

Localidade \_\_\_\_\_; Tamanho \_\_\_\_\_ ha;

Distância da sede do município \_\_\_\_\_ km.

**Composição Familiar (na propriedade). Em escolaridade citar se tem formação agrícola.**

Nome*	Parentesco	Idade	Escolaridade	Funções desempenhadas na propriedade (produtivas, administrativas, domésticas)

\* Começar pelo chefe da propriedade, esposa, filho homem, filha mulher, neto, nora, genro, sobrinho(a)...

**Classifique em ordem de importância os cultivos e atividades que compõem a renda da propriedade**

Cultivar/atividade	% na comp.R\$	Cultivar/atividade	% na comp.R\$
1º		6º	
2º		7º	
3º		8º	
4º		9º	
5º		10º	

**Pertence à entidade(s) associativa(s)/cooperativa(s)? Qual(is)?** (citar caso ocupe cargo diretivo)

---



---



---

**CARACTERIZAÇÃO DA JUVENTUDE RURAL****Identifique o(s) jovem(s) presente(s) na propriedade por ordem de idade (mais velho primeiro)**

Nome	Idade	Estado Civil	Trabalha na Cidade	Local de residência
1-			( ) Int. ( ) Parc. ( ) Ñ trab.	( ) rural; ( ) urbano/rural
2-			( ) Int. ( ) Parc. ( ) Ñ trab.	( ) rural; ( ) urbano/rural
3-			( ) Int. ( ) Parc. ( ) Ñ trab.	( ) rural; ( ) urbano/rural

**Qual é a escolaridade deste(s) jovem(s)?**

1- ( ) Não Alfabetizado	1º Grau	2º Grau	3º Grau	Pós-graduação
	( ) Completo	( ) Completo	( ) Completo	( ) Completo
	( ) Incompleto	( ) Incompleto	( ) Incompleto	( ) Incompleto
2- ( ) Não Alfabetizado	1º Grau	2º Grau	3º Grau	Pós-graduação
	( ) Completo	( ) Completo	( ) Completo	( ) Completo
	( ) Incompleto	( ) Incompleto	( ) Incompleto	( ) Incompleto
3- ( ) Não Alfabetizado	1º Grau	2º Grau	3º Grau	Pós-graduação
	( ) Completo	( ) Completo	( ) Completo	( ) Completo
	( ) Incompleto	( ) Incompleto	( ) Incompleto	( ) Incompleto

## SUCCESSÃO HEREDITÁRIA

**Na sua opinião, quem decide sobre preparar ou não um sucessor para uma propriedade familiar?**

- ( ) Aos pais;  
 ( ) Aos filhos;  
 ( ) Ambos tem a mesma responsabilidade e poder de decisão. Decisão conjunta;

**A propriedade tem, entre o(s) jovem(s) que nela reside(m), um ou mais sucessor?**

- ( ) SIM (com sucessor). Quem é(são)? Nome(s) \_\_\_\_\_  
 ( ) NÃO (sem sucessor);  
 ( ) Não chegamos a uma resposta ainda;

**Se a resposta anterior for “não chegamos a uma resposta ainda”, aponte os motivos. Podem ser numerados em ordem de importância (1, 2, 3,...). Não responda as perguntas das colunas seguintes.**

( ) Os filhos são muito jovens para essa decisão	( ) Indefinição sobre o futuro dos filhos
( ) Os pais são jovens ainda, é cedo para essa decisão	( ) Filhos precisam estudar para decidir
( ) Não sabem como dar-se-á a partilha da terra	( ) Mais de um interessado na sucessão com pouca terra para todos.
( ) Estão aguardando definições no setor agrícola	( ) Outro _____
( ) Filhos esperam alternativas profissionais	( ) Outro _____
( ) Pensam em vender a propriedade	( ) Outro _____

**Se na sua opinião, o futuro sucessório da propriedade já está decidido, seja pela sucessão ou não, classifique os fatores que seguem, de acordo com sua influência na decisão tomada:**

FATORES	Muita influência					Pouca	S/R
	5	4	3	2	1		
Infraestrutura na propriedade							
Quantidade de terra							
Qualidade da terra							
Retorno financeiro							
Disponibilidade de mão de obra							
Distância da cidade							
Transporte até a cidade							
Acesso às tecnologias							
Opções de lazer							
Possibilidades de matrimônio							
Incentivo dos pais							
Políticas públicas de incentivo							
Comercialização da produção							
Preço dos produtos agrícolas							
Entidades (Coop., sindic. Assoc.)							
Assistência técnica especializada							
Participação dos jovens nas decisões dentro da propriedade							
Disponibilidade e acesso as informações							
Acesso a crédito rural							
Disponibilidade de escolas agrícolas para estudo							
Valorização social do agricultor							

Classifique, na escala, os fatores de estudo e participação em atividades ligadas ao campo que, na sua opinião, fazem com que os jovens se motivem a ficar na propriedade.

FATORES	Motiva muito			Motiva pouco		N/R
	5	4	3	2	1	
Formação em ensino médio não agrícola						
Formação em ensino médio agrícola (formando técnicos agrícolas)						
Formação em ensino médio agrícola (não formando técnico agrícola)						
Formação superior em área agrícola						
Formação superior em área não agrícola						
Participação em cursos de curta duração na área agrícola						
Participação periódica em feiras e exposições do setor agropecuário						
Fazer parte da diretoria de associações, sindicatos e cooperativas agrícolas						
Participar de entidades de fomento (Cooperativas de crédito, comitês municipais, consórcios de equipamentos, etc.)						

### ORIENTAÇÕES DE VALOR

Considerando sua percepção sobre a vida no campo e o que as atividades agrícolas podem proporcionar ao agricultor, classifique em uma escala de importância como você valoriza cada um dos fatores. Quanto mais valorizado e importante for o fator mais próximo de cinco, quanto menos valorizado e importante for o fator, mais próximo de 1.

FATORES	Muito Import.			Pouco Import.		N/R
	5	4	3	2	1	
<b>Orientação instrumental</b>						
Maximizar a renda. Obter maior resultado financeiro						
Fazer uma renda satisfatória						
Fazer renda para o futuro						
Expandir os negócios.						
Ter condições de trabalho agradáveis						
<b>Orientação Social</b>						
Ser reconhecido e ter prestígio como agricultor						
Pertencer à comunidade agrícola						
Continuar uma tradição da família						
Trabalhar com outros membros da família						
Ter boas relações de trabalho, com os outros trabalhadores						
<b>Orientação Expressiva</b>						
Sentimento de orgulho da propriedade. Pertencimento						
Ter auto estima com um trabalho que vale a pena						
Exercitar habilidade e aptidões. Fazer aquilo que se sabe						
Ser criativo e original. Flexibilidade na execução das atividades						
Ser desafiado, ter objetivos e crescimento pessoal						
<b>Orientação Intrínseca</b>						
Ter prazer no trabalho que executa						
Ter qualidade de vida (vida saudável, no campo)						
O valor de um trabalho árduo.						
Ser independente na organização do tempo						
Ter controle sobre situações do dia a dia						

**Classifique numa escala de importância, os fatores que, de acordo com a sua opinião, mais afetam a decisão dos jovens e direcionam suas carreiras profissionais e seu futuro.**

FATORES	Muito Import.		Pouco Import.			N/R
	5	4	3	2	1	
Atividade que traga satisfação pessoal						
Chance de tomar suas próprias decisões, independência						
Trabalho que oferece variedade (não é sempre a mesma atividade)						
Trabalho saudável, com qualidade de vida						
Boas perspectivas de futuro						
Trabalho que traga um custo de vida menor						
Segurança, pouco risco de desemprego						
Trabalhar em um ambiente agradável bom clima no trabalho						
Possibilidade de desenvolver o caráter						
Possibilidade de altas rendas financeiras						
Continuar com a tradição da família, atividades familiares						
Ter um trabalho bem visto pelos outros, trabalho importante						
Poder organizar seu próprio tempo						
Trabalho que estimula a criatividade						
Desafiador, possa traçar objetivos e lutar para conquistá-los						
Trabalhar com pessoas, interagir e trocas de experiências						
Contribuir com o desenvolvimento econômico e social do setor						

**Para você, o que é ser um bom agricultor? Responda atribuindo grau de importância aos fatores que seguem. Quanto mais importante for o fator, mais ele caracteriza um bom agricultor.**

FATORES	Muito Import.		Pouco Import.			n/r
	5	4	3	2	1	
Produzir mais e melhor						
Deixar a terra melhor do que encontrou						
Ser atualizado, adepto a novidades e tecnologias						
Estar satisfeito com sua vida						
Estar preocupado com o bem estar dos trabalhadores e de sua família						
Preservar a beleza da paisagem (ambiente)						
Conseguir ter mais renda, construir capital						
Ter sua própria terra						
Não ter dívidas, empréstimos ou financiamentos						
Ser atuante na comunidade agrícola (localidade e órgãos)						
Estar preocupado com a continuidade da propriedade (futuro da propr.)						
Preparar seus filhos para assumir a propriedade						
Buscar informações agrícolas constantemente						
Estar preocupado com o futuro da produção de alimentos						
Produzir focado na qualidade e aceitabilidade dos produtos pelo mercado						
Primar pela construção de uma imagem positiva do agricultor, importância de seu papel na sociedade						
Oportunizar aos moradores urbanos um espaço agradável em meio à natureza						

## APÊNDICE B - Questionário aplicado aos potenciais sucessores (filhos)



### APRESENTAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Prezado jovem, potencial sucessor da agricultura familiar.

Ao cumprimentá-lo, pedimos a sua colaboração respondendo o questionário que segue. Ele objetiva conhecer algumas características da propriedade e de sua família, bem como percepções sobre a vida no campo e especialmente sobre sucessão familiar. O questionário servirá para compor os dados de campo da tese de doutorado, que tem como título **SUCESSÃO HEREDITÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR: VALORES, MOTIVAÇÕES E INFLUÊNCIAS QUE ORIENTAM AS DECISÕES DOS ATORES**, no Programa de Desenvolvimento Rural da UFRGS.

Reitero que o uso destes dados será único e exclusivamente destinado à tese e o anonimato do entrevistado será respeitado.

Desde já agradecemos a sua colaboração

ATT

Doutorando: Fernando Panno

Orientador: João Armando Dessimon Machado

Potencial Sucessor: \_\_\_\_\_

De acordo: \_\_\_\_\_

Assinatura

SUCESSOR: \_\_\_\_\_ SUCEDIDO: \_\_\_\_\_

**Na sua opinião, quem decide sobre preparar ou não um sucessor para uma propriedade familiar?**

- ( ) Aos pais;  
 ( ) Aos filhos;  
 ( ) Ambos tem a mesma responsabilidade e poder de decisão. Decisão conjunta;

**Você será o sucessor da propriedade familiar?**

- ( ) SIM (serei o sucessor);  
 ( ) NÃO (não terá sucessor);  
 ( ) Não chegamos a uma resposta ainda;

**Se a resposta anterior for “não chegamos a uma resposta ainda”, aponte os motivos. Podem ser numerados em ordem de importância (1, 2, 3,...). Não responda as perguntas das colunas seguintes.**

( ) Sou muito jovem para essa decisão	( ) Indefinição sobre o meu futuro
( ) Os pais são jovens ainda, é cedo para essa decisão	( ) preciso estudar para decidir-mos
( ) Não sabem como dar-se-á a partilha da terra	( ) Mais de um interessado na sucessão com pouca terra para todos.
( ) Estão aguardando definições no setor agrícola	( ) Outro
( ) Estou esperando alternativas profissionais	( ) Outro
( ) A família pensa em vender a propriedade	( ) Outro

**Se na sua opinião, o futuro sucessório da propriedade já está decidido, seja pela sucessão ou não, classifique os fatores que seguem, de acordo com sua influência na decisão tomada:**

FATORES	Muita influência			Pouca		S/R
	5	4	3	2	1	
Infraestrutura na propriedade						
Quantidade de terra						
Qualidade da terra						
Retorno financeiro						
Disponibilidade de mão de obra						
Distância da cidade						
Transporte até a cidade						
Acesso às tecnologias						
Opções de lazer						
Possibilidades de matrimônio						
Incentivo dos pais						
Políticas públicas de incentivo						
Comercialização da produção						
Preço dos produtos agrícolas						
Entidades (Coop., sindic. Assoc.)						
Assistência técnica especializada						
Participação dos jovens nas decisões dentro da propriedade						
Disponibilidade e acesso as informações						
Acesso a crédito rural						
Disponibilidade de escolas agrícolas para estudo						
Valorização social do agricultor						

Classifique, na escala, os fatores de estudo e participação em atividades ligadas ao campo que, na sua opinião, fazem com que os jovens se motivem a ficar na propriedade.

FATORES	Motiva muito		Motiva pouco			S/R
	5	4	3	2	1	
Formação em ensino médio não agrícola						
Formação em ensino médio agrícola (formando técnicos agrícolas)						
Formação em ensino médio agrícola (não formando técnico agrícola)						
Formação superior em área agrícola						
Formação superior em área não agrícola						
Participação em cursos de curta duração na área agrícola						
Participação periódica em feiras e exposições do setor agropecuário						
Fazer parte da diretoria de associações, sindicatos e cooperativas agrícolas						
Participar de entidades de fomento (Cooperativas de crédito, comitês municipais, consórcios de equipamentos, etc.)						

### ORIENTAÇÕES DE VALOR

Considerando sua percepção sobre a vida no campo e o que as atividades agrícolas podem proporcionar ao agricultor, classifique em uma escala de importância como você valoriza cada um dos fatores. Quanto mais valorizado e importante for o fator mais próximo de cinco, quanto menos valorizado e importante for o fator, mais próximo de 1.

FATORES	Muito Import.		Pouco Import.			N/R
	5	4	3	2	1	
<b>Orientação instrumental</b>						
Maximizar a renda. Obter maior resultado financeiro						
Fazer uma renda satisfatória						
Fazer renda para o futuro						
Expandir os negócios.						
Ter condições de trabalho agradáveis						
<b>Orientação Social</b>						
	Muito Import.			Pouco Import.		N/R
	5	4	3	2	1	
Ser reconhecido e ter prestígio como agricultor						
Pertencer à comunidade agrícola						
Continuar uma tradição da família						
Trabalhar com outros membros da família						
Ter boas relações de trabalho, com os outros trabalhadores						
<b>Orientação Expressiva</b>						
	Muito Import.			Pouco Import.		N/R
	5	4	3	2	1	
Sentimento de orgulho da propriedade. Pertencimento						
Ter auto estima com um trabalho que vale a pena						
Exercitar habilidade e aptidões. Fazer aquilo que se sabe						
Ser criativo e original. Flexibilidade na execução das atividades						
Ser desafiado, ter objetivos e crescimento pessoal						
<b>Orientação Intrínseca</b>						
	Muito Import.			Pouco Import.		N/R
	5	4	3	2	1	
Ter prazer no trabalho que executa						
Ter qualidade de vida (vida saudável, no campo)						
O valor de um trabalho árduo.						
Ser independente na organização do tempo						
Ter controle sobre situações do dia a dia						

**Classifique numa escala de importância, os fatores que, de acordo com a sua opinião, mais afetam a decisão dos jovens e direcionam suas carreiras profissionais e seu futuro.**

FATORES	Muito Import.		Pouco Import.			N/R
	5	4	3	2	1	
Atividade que traga satisfação pessoal						
Chance de tomar suas próprias decisões, independência						
Trabalho que oferece variedade (não é sempre a mesma atividade)						
Trabalho saudável, com qualidade de vida						
Boas perspectivas de futuro						
Trabalho que traga um custo de vida menor						
Segurança, pouco risco de desemprego						
Trabalhar em um ambiente agradável bom clima no trabalho						
Possibilidade de desenvolver o caráter						
Possibilidade de altas rendas financeiras						
Continuar com a tradição da família, atividades familiares						
Ter um trabalho bem visto pelos outros, trabalho importante						
Poder organizar seu próprio tempo						
Trabalho que estimula a criatividade						
Desafiador, possa traçar objetivos e lutar para conquistá-los						
Trabalhar com pessoas, interagir e trocas de experiências						
Contribuir com o desenvolvimento econômico e social do setor						

**Para você, o que é ser um bom agricultor? Responda atribuindo grau de importância aos fatores que seguem. Quanto mais importante for o fator, mais ele caracteriza um bom agricultor.**

FATORES	Muito Import.		Pouco Import.			n/r
	5	4	3	2	1	
Produzir mais e melhor						
Deixar a terra melhor do que encontrou						
Ser atualizado, adepto a novidades e tecnologias						
Estar satisfeito com sua vida						
Estar preocupado com o bem estar dos trabalhadores e de sua família						
Preservar a beleza da paisagem (ambiente)						
Conseguir ter mais renda, construir capital						
Ter sua própria terra						
Não ter dívidas, empréstimos ou financiamentos						
Ser atuante na comunidade agrícola (localidade e órgãos)						
Estar preocupado com a continuidade da propriedade (futuro da propr.)						
Preparar seus filhos para assumir a propriedade						
Buscar informações agrícolas constantemente						
Estar preocupado com o futuro da produção de alimentos						
Produzir focado na qualidade e aceitabilidade dos produtos pelo mercado						
Primar pela construção de uma imagem positiva do agricultor, importância de seu papel na sociedade						
Oportunizar aos moradores urbanos um espaço agradável em meio à natureza						